Stephanie Pereira

**Mais pra preta do que pra branca: racismo estrutural na Lei Maria da
Penha**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Medicina da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Ciências

Programa de Medicina Preventiva

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Pires

Lucas d'Oliveira

(Versão corrigida. Resolução CoPGr 6018/11, de 1 de novembro de 2011. A versão original está disponível na Biblioteca da FMUSP)

São Paulo

2018

Stephanie Pereira

**Mais pra preta do que pra branca: racismo estrutural na Lei Maria da
Penha**

Dissertação apresentada à Faculdade de
Medicina da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Ciências

Programa de Medicina Preventiva

Orientadora: Profa. Dra. Ana Flávia Pires

Lucas d'Oliveira

São Paulo

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Pereira, Stephanie

Mais pra preta do que pra branca : racismo
estrutural na Lei Maria da Penha / Stephanie
Pereira. -- São Paulo, 2018.

Dissertação (mestrado)--Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo.

Programa de Medicina Preventiva.

Orientadora: Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira.

Descritores: 1.Violência contra a mulher
2.Violência doméstica 3.Violência de gênero
4.Racismo 5.Política pública 6.Rota crítica

USP/FM/DBD-347/18

Responsável: Eidi Raquel Franco Abdalla - CRB-8/4901

AGRADECIMENTOS

À Professora Ana Flávia, pela orientação deste trabalho e pelos afetos que transbordam os espaços da academia.

À Professora Lília, por todas as trocas vividas.

Às amigas Cecília, Janaína, Patrícia e Renata, por tornar a pesquisa um espaço de acolhimento.

Aos juízes de direito Tatiane, Mário e Rafaela, por possibilitarem a construção deste trabalho e por todo o apoio recebido nessa jornada.

A todas as amigas e companheiras de luta. Seguimos juntas!

À minha mãe e ao meu pai, por respeitarem minhas escolhas e por todo o incentivo.

Ao Douglas, meu amor, pela parceria cuidadosa e o afeto que transcendem as palavras.

Sumário

Resumo

Abstract

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 RAÇA, RACISMO E PRIVILÉGIO.....	2
3 GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL.....	8
4 MULHERES NEGRAS E (RE)EXISTÊNCIA.....	10
5 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	13
5.1 A perspectiva de raça no enfrentamento à violência doméstica: uma revisão bibliográfica não exaustiva.....	16
6 A LEI MARIA DA PENHA.....	19
7 OBJETIVOS.....	22
7.1 Objetivos específicos.....	22
8 MÉTODO.....	23
8.1 Estudos de corte transversal.....	23
8.2 Estudo exploratório.....	24
8.3 População e critérios de inclusão.....	24
8.4 Amostra do estudo transversal	25
8.5 Coleta de dados.....	26
8.6 Análise de dados.....	27
8.6.1 Estudo transversal.....	27
8.6.2 Estudo exploratório.....	28
8.6.2.1 Análise de conteúdo.....	28
8.6.2.2 A rota crítica	29
8.7 A importância da escolha do método misto	30

8.8 Questões éticas.....	31
9 RESULTADOS.....	32
9.1 Resultados quantitativos.....	32
9.1.1 Artigo penal.....	40
9.1.2 Pedido de medida protetiva.....	41
9.1.3 Deferimento da medida protetiva.....	42
9.1.4 Atendimento multiprofissional.....	42
9.1.5 Os casos já sentenciados.....	43
9.1.6 Tempo entre o registro da ocorrência e a denúncia do Ministério Público.....	44
9.1.7 Tempo entre a denúncia do Ministério Público e a sentença.....	45
9.1.8 Tempo total do processo – do B.O. até a sentença.....	45
9.1.9 Sentença.....	46
9.2 Resultados qualitativos: a rota crítica das mulheres.....	46
9.2.1 A rota crítica de Aramides Florença.....	47
9.2.2 A rota crítica de Natalina Soledad.....	51
9.2.3 A rota crítica de Shirley Paixão.....	54
9.2.4 A rota crítica de Maria do Rosário.....	56
9.2.5 A rota crítica de Lia Gabriel.....	60
9.2.6 A rota crítica de Mary Benedita.....	63
9.2.7 A rota crítica de Rose Dusreis	65
9.2.8 A rota crítica de Regina Anastácia.....	67
9.2.9 A rota crítica de Adelha Santana Limoeiro.....	72
9.2.10 A rota crítica de Líbia Moirã.....	76
9.2.11 A rota crítica de Mirtes Aparecida da Luz.....	78

9.2.12 A rota crítica de Saura Benevides Amarantino.....	80
9.2.13 A rota crítica de Isaltina Campo Belo.....	82
9.2.14 A rota crítica de Walquiria.....	84
9.2.15 A rota crítica de Aurora.....	86
9.2.16 A rota crítica de Atília Bessa.....	88
9.2.17 A rota crítica de Florença.....	90
9.2.18 A rota crítica de Idália.....	92
9.2.19 A percepção da violação de direitos e o racismo.....	94
10 DISCUSSÃO.....	100
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
12 ANEXOS.....	113
Anexo 1: Treinamento dos estagiários para a coleta de dados.....	113
Anexo 2: Roteiro das entrevistas semiestruturadas.....	115
Anexo 3: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	121
Anexo 4: Parecer consubstanciado do CEP:.....	124
13 REFERÊNCIAS.....	128

Resumo

Pereira S. *Mais pra preta do que pra branca: racismo estrutural na Lei Maria da Penha*[dissertação]. São Paulo: “Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo”;2018.

INTRODUÇÃO:A rota crítica das mulheres em situação de violência doméstica sob uma perspectiva racial ainda é tema pouco explorado nas pesquisas. Compreendendo as estruturas racistas, sexistas e classistas que operam em nossa sociedade, questiona-se a efetivação da Lei Maria da Penha na garantia de direitos perante as desigualdades vivenciadas por mulheres negras. **OBJETIVO:**Compreender se existem diferenças entre mulheres negras e brancas no acesso e na assistência dos serviços que compõem a rede de enfrentamento à violência doméstica. **MÉTODO:**Estudo misto. Integraram o estudo as mulheres acima de 18 anos que tiveram processos pela Lei Maria da Penha na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região oeste da cidade de São Paulo (VVDF-Oeste).A abordagem quantitativa ocorreu por meio de estudo transversal; os dados foram coletados pelos processos judiciais pela plataforma RedCap e foram analisados no SPSS, segundo análise estratificada. Foram avaliadas variáveis sociodemográficas e do processo criminal. A abordagem qualitativa foi realizada por meio de estudo exploratório, com 18 entrevistas semiestruturadas – novemulheres negras e novemulheres brancas. As entrevistas foram analisadas segundo análise de conteúdo de Bardine e as rotas críticas das mulheres, que foram esquematizadas. **RESULTADOS:**As mulheres menos escolarizadas buscaram mais medidas protetivas ($p=0,004$), sendo que as negras com até 11 anos de estudo o fizeram mais ($p=0,026$). Observa-se que as mulheres negras menos escolarizadas também são as que menos comparecem ao atendimento multiprofissional oferecido pela VVDF-Oeste ($p=0,039$). Além disso, observou-se que as mulheres brancas tiveram mais processos sentenciados ($p=0,012$), bem como menor tempo de processo ($p=0,018$). O fluxograma das rotas críticas demonstra que as mulheres negras entrevistadas vivenciaram mais episódios de violência institucional e receberam menos informações nos serviços. Tais questões resultaram em uma rota mais tortuosa e com mais passagens por instituições, na busca pela garantia de viver uma vida sem violência. As mulheres negras reconhecem o racismo, além de outros eixos de opressão em sua rota. Observou-se também que as mulheres brancas entrevistadas não reconhecem o racismo como barreira na efetivação de direitos de mulheres negras. **DISCUSSÃO:** Apesar de um importante marco no enfrentamento da violência, a Lei Maria da Penha não garantiu acesso igualitário às mulheres. Percebe-se a diferença traduzida em desigualdade. É imprescindível compreender que a diferença apontada por este trabalho entre as mulheres negras e as brancas não é mera coincidência: trata-se do racismo estrutural garantindo a manutenção de uma sociedade desigual. **CONCLUSÕES:** Ao compreendermos que o racismo, o sexismo e o preconceito de classe estruturam a nossa sociedade e moldam as relações sociais, é evidente que uma política pública jamais será universal se não construir mecanismos concretos que assegurem a igualdade de acesso e de direitos.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Violência doméstica; Violência de gênero; Racismo; Política pública; Rota crítica.

Abstract

Pereira S. *More black than white: structural racism in the Maria da Penha Law* [dissertation]. São Paulo: “Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo”;2018.

INTRODUCTION:The studies of the critical paths that women experiencing domestic violence go through are rarely explored on racial perspective. As racist, sexist and classist structures operate in our society, we question the Maria da Penha Law effectiveness in guaranteeing rights taking into account the inequalities experienced by Black women. **OBJECTIVE:** To understand if there are differences between Black and White women in the Access and assistance of the services of the intersectoral network of violence against woman. **METHOD:** Mix study. The study is comprised of women over the age of 18 who have prosecuted their aggressor under the Maria da Penha Law in the Domestic Violence and Family Violence Court in the western region of the city of São Paulo (VVDF). The quantitative approach was carried out through a cross-sectional study; the data were collected by the judicial processes by the RedCap platform and were analyzed in the SPSS, according to a stratified analysis. Sociodemographic variables and criminal process variables were evaluated. Qualitative approach was carried out through an exploratory study, with 18 semi-structured interviews –nine black women and nine white women. The interviews were analyzed according to Bardin's content analysis and the women's critical paths, which were schematized. **RESULTS:** Women up to 11 years of schooling asked more for protective measures ($p = 0.004$), and among those, Black women even more ($p = 0.026$). It is observed that less educated Black women are also the ones that least attend the multi-professional service offered by VVDF ($p = 0.039$). In addition, it was observed that White women had more sentenced cases ($p = 0.012$) in addition to a shorter process time ($p = 0.018$). The flow chart of the critical paths shows that the interviewed Black women experienced more episodes of institutional violence and received less information in the services. Such questions resulted in a more tortuous path and more passages by institutions, searching for the guarantee of living a life without violence. Black women recognize racism, as well as other axes of oppression in their route. It was also observed that White women interviewed do not recognize racism as a barrier for Black women have their rights guaranteed. **DISCUSSION:** Despite an important milestone in facing violence, the Maria da Penha Law did not guarantee equal access to women. The difference translated into inequality is perceived. It is essential to understand that the difference pointed out by this work among black and white women is not mere coincidence: it is structural racism guaranteeing the maintenance of an unequal society. **CONCLUSIONS:** By understanding that racism, sexism, and class prejudice shape our society and shape social relations, it is clear that public policy would never be universal unless it constructs concrete mechanisms to ensure equal access and rights.

Keywords: Violence against women; Domestic violence; Gender-based violence; Racism; Public policy; Critical pathway.

INTRODUÇÃO

Escrevo este trabalho do lugar de mulher branca e de seus privilégios materiais e simbólicos, que por muito tempo permaneceram inconscientes. O processo de me racializar e reconhecer o lugar privilegiado que ocupo entre as mulheres em uma sociedade hierárquica foi vivido por meio do movimento de mulheres que têm a sua história hegemônica marcada por assumir que somos sujeitos universais, negando que outros eixos de opressão atuam articulados às desigualdades de gênero, produzindo diferentes formas de vivenciar a opressão.

Ainda que nunca tenha vivido as marcas do racismo, entendo que seu enfrentamento é um processo imprescindível para a construção de um novo mundo, como pontua Sueli Carneiro.

A concepção deste trabalho parte da certeza de que a desigualdade racial é um problema de toda a sociedade, e que o caminho para o enfrentamento do racismo estrutural deve passar pelo uso dos espaços de privilégio para pautar essa questão.

Por fim, este trabalho é relevante no campo da saúde quando compreendemos o seu conceito ampliado, ou seja, que a saúde não é meramente a ausência de doenças, mas

resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, é principalmente resultado das formas de organização social, de produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (Brasil, 1986).

Dessa forma, torna-se essencial problematizar a garantia do direito a uma vida sem violência e nos atentarmos aos marcadores de diferenças como passíveis da criação de desigualdades.

2 RAÇA, RACISMO E PRIVILÉGIO

Entre os séculos XVI e XIX, o Brasil “importou” mais escravos da África do que qualquer outro país do continente americano. Conforme o Censo de 2011, os negros representam 51% da população brasileira (Instituto Geledes, 2014).

O sistema escravagista definiu a população negra enquanto propriedade, negando sua humanidade, por meio do violento processo de captura dos escravos, delimitando seu “lugar” e suas possibilidades de repertório social. Dessa maneira, foi imposto um paralelo entre a cor negra e a posição social inferior (Davis, 2016; Fernandes, 1978; Souza, 1983).

A abolição da escravidão não foi uma demanda por justiça social, mas a necessidade de inserir o país na economia mundial – que já não mais se utilizava da mão de obra escrava. Na contramão de qualquer hipótese de reconhecimento da humanidade dos escravos, o que viabilizou a abolição foi o avanço do capitalismo no Brasil, que tornara o sistema escravocrata não apenas anacrônico e antieconômico, como não eficiente para o desenvolvimento econômico do país (Maringoni, 2011).

Após a Lei Áurea, os negros libertos, totalmente desamparados pelo Estado, buscaram moradias em locais precários e afastados do centro da cidade. Conforme aponta Fernandes (1978), após a abolição, nem os “senhores”, nem o Estado, nem a igreja ou qualquer outra instituição assumiu a assistência que os preparasse e protegesse na “transição para o sistema de trabalho livre”.

No mesmo período (1870), o país também passou a incentivar a entrada de imigrantes – especialmente os europeus – para trabalhar nas lavouras do sul e do sudeste, período em que estes convivem ao lado de escravos na força de trabalho. Segundo o IBGE, estima-se que, entre 1871 e 1880, 219 mil imigrantes chegaram ao país e, na década seguinte, esse número salta para 513 mil (Maringoni, 2011).

Os senhores de posses, ansiosos em superar o dito atraso brasileiro, optavam pela mão de obra migrante. Além disso, os negros enfrentavam importantes problemas nas circunstâncias às quais foram empurrados: o não desejo de se submeter a funções que se assemelhassem ao recente trabalho escravo somado à dificuldade dos antigos senhores em se relacionar com os negros, agora “homens livres” (Fernandes, 1978). Com a força de obra migrante de baixíssimo custo e bancada pelo poder público, os ex-escravos

foram se tornando obsoletos, descartáveis e sem força política alguma para se enquadrar na nova ordem social a qual pertenciam (Maringoni, 2011).

Quase meio século após a abolição da escravidão, os negros ainda não haviam “conquistado” um espaço para si na sociedade competitiva em que foram inscritos. Em contrapartida, os imigrantes já haviam delimitado espaço para si e seus descendentes. A mudança do então “*status social*” não garantiu a “redenção da raça negra”, sendo que a única direção, diante do real desamparo vivido, foi a marginalização. O ex-cativo não era nem protagonista nem coadjuvante na nova ordem, visto que não havia consciência de como se integrar à ideia do coletivo (Fernandes, 1978).

Com os ideais da Revolução Francesa (1789), as teorias raciais foram especialmente criadas para legitimar a dominação de um grupo sobre o outro dentro de uma sociedade que pregava liberdade, igualdade e fraternidade (Maringoni, 2011).

As teorias raciais, famosas na Europa em meados do século XVII e que ancoravam tardiamente no Brasil (1870-1930), geravam incômodo nos intelectuais da época, que se deparavam com a ambivalência da adoção de tais modelos deterministas, em vista de que estariam atestando a inviabilidade e o insucesso do país. A introdução das teorias raciais no Brasil foi uma importante ferramenta para manter o *status quo* da população negra enquanto inferior e manter os privilégios sempre usufruídos pelos brancos, ou seja, “garantir que o futuro seja branco e ocidental” (Schwarcz, 1994).

O medo da degeneração, como retratado por Schwarcz (1994), referia-se à miscigenação entre as raças, fenômeno ainda desconhecido e tema polêmico entre as elites brasileiras. Nesse contexto, discursos raciais eram oportunos, no sentido de que naturalizavam as diferenças sociais e permitiam a idealização de um projeto de cunho nacionalista branco. Dessa forma, também geravam alguns conflitos: se os modelos deterministas e evolucionistas entendiam que a mistura de “raças heterogêneas” levava à degeneração do indivíduo e do coletivo, a nação estaria fadada ao fracasso.

Após a liberdade prometida pela abolição e a suposta igualdade atestada, o racismo científico, como ficou conhecido, buscava naturalizar as desigualdades em uma sociedade que, até hoje, só é formalmente igualitária (Schwarcz, 1994).

As teorias raciais foram amplamente abraçadas pelos intelectuais brasileiros, chamados por Schwarcz (1994) de “homens de *sciencia*”, que abraçaram a “ádua tarefa” de introduzir uma ciência positiva e determinista a fim de liderar saídas para o destino

da nação – dado que os “grupos inferiores” eram entendidos enquanto “barreiras frente ao progresso da civilização”.

A medicina carioca estava especialmente preocupada com questões ligadas a saúde pública e campanhas higienistas – dada sua inserção em uma grande cidade portuária, sendo palco de diversas epidemias. Essas epidemias e as doenças tropicais que acometiam o país eram entendidas como reflexo da “nação doente”. Apontavam como as principais peculiaridades brasileira “a natureza, o clima, a raça e até mesmo o grau de civilização”. O conceito de degeneração ganhou muita força nesse período (Schwarcz, 1993).

Os médicos baianos, regidos em especial pela medicina legal, estabeleceram relações entre aspectos exteriores e interiores do corpo humano, apontando a miscigenação como um fator de degeneração – atribuindo, por exemplo, questões como embriaguez, alienação, violência, imoralidade, epilepsia, “imperfeição hereditária mista”, capazes de enfraquecer a raça branca. Além disso, a escola baiana ficou conhecida por seus médicos peritos que estudavam a mente criminosa. Em 1902, na *Gazeta Médica da Bahia*, foi publicado que a identificação craniológica das raças era de extrema relevância em um povo de população heterogênea como o Brasil (Schwarcz, 1994).

Foucault (2011), em *Vigiar e punir*, fala da construção do discurso científico – capaz de produzir “verdades” – enquanto ferramenta utilizada para justificar não apenas as infrações, mas sobre teorias acerca dos indivíduos que a praticam – cristalizando atributos sobre o que eles “são, serão, ou possam ser”.

Angela Davis (2009), em *Democracia da abolição*, faz uma interessante reflexão sobre a naturalização da violência contra o negro no sistema carcerário, dada por uma visão essencialista de cunho discriminatório – os negros estão presos porque são criminosos, são criminosos porque são negros, logo, merecem estar presos.

Os homens de ciência ganharam importante papel nessa época para justificar a dominação da população negra, tida como inferior, incorporando ao conceito de raça a ideia de uma essência imutável que determina o sujeito socialmente. O conceito da eugenia começa a se desenvolver entre as décadas de 1910 e 1920 como a grande solução para os países miscigenados, sendo que deveriam priorizar as “raças boas” como projeto nacional. A eugenia configurou-se como um movimento tanto científico quanto social, embasada na ameaça à civilização humana, que condenava a união e, em

especial, a reprodução entre raças distintas (Schwarcz, 1993). Houve, então, o entendimento de que a união entre os brasileiros e os imigrantes europeus resultaria no branqueamento da população. O branco, enquanto superior, “refinaria a raça” (Pacheco, 2013).

A miscigenação no Brasil enquanto fenômeno romantizado por teóricos e pela literatura difundiu a ideia de que distância social havia sido corrigida por meio das relações sexuais-afetivas entre a “Casa Grande e a Senzala¹” (nome dado ao livro de Freyre*, 1995) e que o Brasil vivia uma harmonia racial. Lélia Gonzalez (1988) deixa nítido em suas obras que a miscigenação se deu por meio de estupros e explorações ao corpo da mulher negra, simbolizando a própria lógica objetificadora do sistema escravocrata (Pacheco, 2013).

Angela Davis (2016), em *Mulheres, raça e classe*, também chama atenção pela minimização feita pela literatura acerca da exploração sexual das mulheres negras, muitas vezes descritas enquanto algo encorajado pelas escravas, que desejavam a atenção dos homens brancos, o que não caracterizaria estupro, e sim a “miscigenação”. A autora também ressalta que a postura dos senhores brancos em relação às escravas foi marcada por sua mera conveniência: explorando-as com homens na força de trabalho para fins lucrativos e, quando passíveis de punição e exploração sexual cabíveis apenas às mulheres, eram reduzidas a “sua condição de fêmea”.

Por não ter acontecido um conflito racial aberto e a liberdade e a igualdade nunca terem saído do plano jurídico, a ideia de democracia racial torna-se uma das maiores falácias dos dias atuais (Fernandes, 1978). Lélia González (1988) nos lembre que a igualdade perante a lei sempre assumiu um caráter apenas formalista, sendo que o racismo – por meio da política do branqueamento – mantém os negros na condição de subordinação nas classes mais exploradas. Essa política nada mais é do que a propagação pelos aparelhos ideológicos de que os únicos valores universais e dignos são os do “ocidente branco”. Dessa forma, o mito da superioridade branca é internalizado, gerando a negação da própria raça e o “desejo de embranquecer”.

Como discutido anteriormente, apesar da grande influência dos escravos trazidos ao Brasil Colônia para a formação de referências familiares, étnicas, religiosas e culturais do país, as marcas dessa violência continuam vivas. A mistura racial sustenta hoje a ideia, bastante popular, de que vivemos uma “democracia racial” e de que

¹Freyre G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio; 1930.

convivemos harmonicamente. Diversos estudos apontam para a falácia dessa realidade que afirmamos viver. Entre os 10% mais pobres, 72% são negros. Além disso, 70% das vítimas de homicídio são negras e, ainda, 60% da população carcerária brasileira também é negra (Geledes, 2014).

Construída desde a escravidão e como óbvio propósito de manter o negro restrito aos limites da antiga ordem social, uma imensidão de atributos negativos é essencializada em seus corpos: o sujo, o irracional, o primitivo, o marginal, o perigoso, o despossuído de civilidade e humanidade. Além disso, segundo a mesma autora, características que reforçam a supremacia da biologia no negro, como maior resistência física e superpotência sexual, corroboram para a representação animalesca do negro – negando sua construção histórica e humanidade (Souza, 1983). Sobre a branquitude também há uma série de atributos positivos, construídos em oposição ao imaginário do negro, que, na construção subjetiva e social, garante privilégios simbólicos e materiais (Schucman, 2012).

Tais atributos continuam vivos no imaginário nacional, sendo que nesse contexto de uma sociedade de “classes multirraciais”, como aponta Souza (1983), a raça exerce uma função simbólica, e a distribuição dos indivíduos nas diferentes camadas também depende da adequação aos padrões raciais da classe/raça dominante.

O processo de desmitificação desse conceito de raça enquanto atributos da essência negra apoiou-se em muitos obstáculos. Hoje, os cientistas sociais passam a entender raça como um grupo de pessoas que é socialmente definido como diferente de um outro grupo em virtude de diferenças físicas reais ou presumíveis. Esse conceito não corresponde mais a uma realidade natural e endodeterminada (Wieviorka, 2007). Hoje, o termo raça é utilizado no Brasil também com conotação política, para justificar a maneira que determinadas características físicas, como cor da pele e tipo de cabelo, influenciam e interferem, ou até mesmo determinam, o lugar social dos sujeitos na sociedade (Schumacher, 2013).

O racismo transformou-se consideravelmente ao longo dos anos, e a distância é grande entre suas expressões clássicas, que se apoiavam na ciência para justificar a inferiorização e a segregação, e suas formas contemporâneas. É inegável, porém, a ideia de que as antigas concepções sobre raças circularam do velho para o novo mundo, influenciando a realidade atual.

É preciso compreender que o racismo, tipificado de diferentes formas pela literatura, é sempre estrutural. Isso significa dizer que é um dos elementos que compõem a organização econômica e política da sociedade, ou seja, não é um fenômeno isolado e patológico, mas uma estrutura que molda toda a organização social (Almeida, 2018). O combate a esse fenômeno deve iniciar, também, no combate à institucionalização das desigualdades de direitos individuais no tensionamento de sua naturalização (Guimarães, 2009).

Entende-se como racismo a caracterização de um grupo humano por atributos entendidos enquanto naturais, sendo associada a características intelectuais e morais, resultando em práticas de exclusão e inferiorização. O racismo consiste em uma forma bastante específica de naturalizar a vida social, justificando como naturais as diferenças culturais, sociais e pessoais. A manutenção histórica da segregação racial, vivenciada pelo racismo, é sempre uma violência, visto que se constitui de uma negação daquele que é sua vítima. Essa violência torna-se simbólica quando tem influência sobre a integridade moral do indivíduo, passando a entrar diretamente sua participação na vida social, política ou econômica (Guimarães, 2009).

Nos países em que atitudes racistas são combatidas e proibidas por lei, como no Brasil, pela Lei 7.716/1989, a discriminação circula de forma mais ou menos velada. O racismo institucional é um termo utilizado para referir-se ao funcionamento da sociedade diante de ações rotineiras e naturalizadas, com ou sem atores explícitos, que ajudam a manter o *status quo* tanto do negro quanto do branco. Denomina-se como racismo institucional a dominação e a inferiorização do negro pela manutenção silenciosa e velada de uma realidade desigual e discriminatória (Wieviorka, 2007).

Dessa forma, o racismo institucional aparece enquanto sistema generalizado de ações discriminatórias. Esse sistema é amplamente alimentado pela população branca, que se recusa a promover mudanças institucionais que poderiam alterar essa situação, sem sequer dispor de qualquer argumento racista – permitindo que amplas parcelas da sociedade usufruam dos benefícios (majoritariamente econômicos) oriundos do racismo, evitando “seus inconvenientes morais” (Wieviorka, 2007).

3 GÊNERO: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Desde a Antiguidade até a Idade Média, a diferenciação sexual não estava inscrita na medicina. Até meados do século XVIII, as mulheres eram entendidas como o sexo invertido: a vagina era o pênis invertido e o útero era a formação interna do escroto. Visto que não eram compreendidas diferenças biológicas fundamentais, as diferenças anatômicas foram hierarquizadas, atribuindo maior valor ao falo exteriorizado, que simbolizava uma figura de poder. A hierarquia social entre homens e mulheres era entendida como o “desejo de Deus para a humanidade”, sendo que não havia a necessidade de teorizar ou utilizara “verdade” da biologia para explicar o motivo pelo qual as mulheres detinham menos direitos. Como apontado por Laqueur, nesse caso gênero precede sexo (Laqueur, 2001).

No final do século XVIII, os médicos começaram a descrever a diferenciação sexual e, juntamente com outros intelectuais, deram início à ideologia das diferenças entre homens e mulheres, que não apenas refletiam em sexos diferentes, mas também acarretavam em distinções morais. Dada que as dissecações dos corpos já ocorriam desde o século XV, entende-se que a mudança desse paradigma ocorreu em oportuno momento histórico: com os ideais da Revolução Francesa – Igualdade, Liberdade e Fraternidade – foi necessário restringir ao biológico as diferenças sociais, tornando-as imutáveis e mantendo a organização social (Laqueur, 2001). A ciência assumiu o lugar da teologia, e a biologia, ciência dos corpos, foi delimitada a serviço da ideologia. A “verdade” científica seria capaz de manter as mulheres em seus devidos lugares (Moi, 2001).

O determinismo biológico, que emergiu com força no século XIX, foi fortemente caracterizado pela ideia de que a biologia seria responsável por responder à questão do papel da mulher na sociedade, visto que “a biologia era o destino”. Ao mesmo tempo, tornava-se evidente que, além de mulheres, estas eram humanas que tinham interesses, desejos, capacidades e que transbordavam a ideia de feminilidade – sendo esse o limite da mulher em vivenciar o mundo (Moi, 2001). É importante ressaltar que qualquer entendimento generalizado sobre feminilidades rígidas é armadilha que retifica a visão reducionista do ser mulher (Beauvoir, 2009).

A alteridade se apresenta como categoria fundamental do pensamento humano e historicamente se inscreve em diversas oposições mítico rituais: bom/mau, alto/baixo, ativo/passivo, masculino/feminino. Não há sociedade que se defina como “uma” sem imediatamente comparar-se a “outra”(Beauvoir, 2009). Para mais longe que a história seja remontada, as mulheres sempre aparecem como subordinadas ao homem e é isso que as caracteriza como o “outro”, sendo que nunca partilharam desse mundo em total igualdade de condições (Bourdieu, 2014).

A necessidade de teorizar gênero nasceu do movimento feminista, dada a necessidade de entender que “o sexo vivido no corpo”era um resultado histórico e social, ao contrário do que se entendia na época – uma essência biológica e imutável(Scott,1989; Moi, 2001).

Neste trabalho, compreendemos gênero como a construção social de corpos sexuados, ou seja, as atribuições de valor impostas pela sociedade ao feminino e masculino e que determinam organização social. É importante nos atermos ao fato de que não há como separar materialmente o corpo e suas atribuições sociais – “não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é inserida” (Saffioti, 2015).

Também assumidos aqui que gênero tem ênfase sobre sistemas de relações sociais. Desse modo, podemos interpretar que as desigualdades de gênero são produzidas nas e pelas relações de poder, estando presentes em todos os espaços da sociedade e afetando homens e mulheres (Scott, 1989).

Neste estudo, baseado nas autoras citadas anteriormente, assumiremos que gênero é um marcador que estrutura as relações sociais. Essas estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante de reprodução social, por meio de agentes, instituições, famílias e Estado (Beauvoir, 2009) e, portanto, passíveis de transformação.

4 MULHERES NEGRAS E (RE)EXISTÊNCIA

Eu realmente penso que utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. Utopia no sentido de que precisamos de visões para nos inspirar e ir para frente (Angela Davis – As mulheres negras na construção de uma nova utopia).

As mulheres negras representam uma parcela da população marcada pelos conceitos naturalizados de raça e gênero, condenadas ao aprisionamento de seus corpos para o domínio do “não ser”, constituindo o contrário do ser hegemônico: os homens brancos; e antítese do ideal feminino: as mulheres brancas. As variantes de gênero e raça continuam atuando de forma reveladora e discriminatória, situando as mulheres negras no chão da pirâmide social (Schumacher, 2013).

O Dossiê Mulheres Negras (IPEA, 2013) traz importantes reflexões sobre a realidade vivenciada pelas mulheres negras no Brasil e ainda reflete importantes mudanças no que se refere ao aumento de oportunidades, mas que ainda têm sido insuficientes para provocar uma significativa redução nas desigualdades de raça e gênero, como afirma Luiza Bairros, sendo os mecanismos de reprodução das desigualdades responsáveis pela manutenção dessa estrutura em que as mulheres negras ocupam as piores posições.

Na luta de mulheres para superar a desigualdade de gênero, as mulheres negras viram suas pautas serem secundarizadas em prol de uma suposta universalização (bell hooks, 2000; Carneiro, 2011). As reivindicações levantadas por mulheres brancas e negras eram bastante diferentes, até porque a construção social acerca de seus corpos e subjetividades também o eram (Werneck, 2002; Carneiro, 2003).

Logo, o surgimento de um movimento de mulheres negras, o feminismo negro, surge da não representação das mulheres negras no feminismo eurocêntrico, que ignorava as tensões de classe e raça, por não reconhecer uma diversidade interna do movimento (Carneiro, 2003).

Cabe ressaltar que, na história hegemônica do feminismo, há uma divisão em três ondas, caracterizando as reivindicações feitas pelo movimento. A terceira onda,

conhecida como “o feminismo da diferença”, é ligada ao reconhecimento da pluralidade das mulheres, assim como de suas diferentes necessidades na luta política.

O problema das histórias hegemônicas é o fato de que elas silenciam muitas vozes que já estavam compondo essa luta. Sojourner Truth, que nasceu escrava nos Estados Unidos da América, tornou-se livre em 1797, proferiu discurso como uma intervenção na Women’s Rights Convention, em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851– nomeado “E não sou uma mulher?”. Sojourner denuncia as diferentes formas como as mulheres negras e brancas eram tratadas – questionando as diferenças muito antes da então conhecida terceira onda.

Cabe, ainda, ressaltar que a forma como as diferenças de classe dividiram as mulheres no movimento feminista, pontuada por bellhooks, precedeu a discussão da questão racial. Tais diferenças também exercem grande impacto nas necessidades levantadas pelas feministas: enquanto as brancas de classes privilegiadas lutavam pelo fim do confinamento ao lar, as mulheres de classes inferiores, em sua maioria negras, já faziam parte da força de trabalho. Com o progresso do movimento feminista, as mulheres brancas alcançaram mais poder dentro da classe pertencente, beneficiando-se economicamente dos ganhos reformistas, reafirmando para as mulheres negras que o feminismo tratava de “aumentar o poder branco”.

É importante ressaltar que o grande marco do pensamento feminista negro é a herança da luta, compartilhada entre as mulheres negras em sua história de resistência às experiências de opressões vividas – podendo ser resistências pessoais, ao nível comunitário e sistêmico: as instituições (Collins, 2000).

O pensamento feminista negro, por não partir de gênero e adicionar outras formas de opressão a essa equação, percebe os distintos mecanismos de opressão como pertencentes a uma estrutura de dominação – dando sentido às experiências das mulheres negras (Collins, 2000).

Crenshaw (2002) nomeou essa interação entre diferentes formas de opressão como interseccionalidade, sendo definida como²

(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais a dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela (a interseccionalidade) trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas

²Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, p. 177.

discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Cabe ressaltar que o conceito pensado por teóricas negras reflete uma ausência de hierarquia entre as opressões. Não é mera soma de opressões – como também pensou Saffioti (2015), socióloga branca brasileira –, mas uma articulação capaz de formar novos eixos de opressão.

É importante reforçar que as imagens ligadas às mulheres negras são contraditórias, gerando estereótipos relativos à identidade e as colocando em uma posição de maior vulnerabilidade. Ao mesmo tempo selvagens e educadas, feias mas exóticas, sedutoras mas repugnantes, passivas mas rebeldes, inibidas mas promíscuas. As várias contradições também geram a ideia de que são um grupo forte e que não precisam de apoio físico ou emocional (Werneck, 2002), mas de que a força foi uma necessidade de sobrevivência (Ribeiro, 2018).

5 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência contra a mulher configura-se como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” e tem como principal agressor os companheiros ou companheiras íntimas (Brasil, 2012).

A violência doméstica, uma das formas de violência contra a mulher, é um problema multifacetado, indissociável das relações de poder baseadas em gênero, sexualidade, identidade e instituições (Heise, 1994). Constituída muitas vezes no interior do núcleo familiar, é um fenômeno fruto das relações de poder vividas na interação social (Saffioti, 2002). É importante ressaltar que a violência doméstica faz menção à relação entre agressor e vítima, podendo ocorrer tanto no espaço privado quanto no público (Narvaz, 2006).

A violência doméstica é uma violação dos direitos humanos e hoje é reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como um grave problema de saúde pública a ser enfrentado. Trata-se de um fenômeno discutido mundialmente, perante sua magnitude.

Em pesquisas de base populacional realizadas em diferentes regiões do mundo, a prevalência de violência por parceiro íntimo (VPI) ao menos uma vez na vida variou de 10% a 69% (Heise, 2002). Em outro estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde, no Brasil e em outros nove países, a ocorrência de VPI alguma vez na vida variou de 13% a 61%, sendo que os dois locais em que a pesquisa ocorreu no Brasil apontaram 27,2% – cidade de São Paulo – e 33,8% – Zona da Mata de Pernambuco (Garcia-Moreno, 2006).

Pensando na distribuição da violência por marcadores de diferença, a maioria dos estudos – e cabe ressaltar que muitos estudos que se propõem a discutir o perfil e a prevalência não fazem um recorte racial – apontam para o fato de que a violência de gênero acomete democraticamente a todas as mulheres, independentemente de raça, etnia, classe social, religião, entre outros (Venturi, 2004; Silveira, 2015a). Alguns estudos, porém, sugerem que um dos fatores associados à maior prevalência da violência doméstica é a precária situação socioeconômica das mulheres – como baixa renda, escolaridade, união informal e maior número de filhos (d’Oliveira, 2009). Outro estudo também aponta que a maior escolaridade e a inserção no trabalho formal são fatores protetivos da violência doméstica (Heise, 2015). Cabe problematizar que, como

afirma Sueli Carneiro (2011), raça – construída historicamente – determina as estruturas de classe no Brasil. Dessa forma, torna-se controverso não problematizar a questão racial dentro das desigualdades de classe, uma questão recorrente nos estudos de base populacional acerca da violência doméstica.

O Dossiê das Mulheres Negras(IPEA, 2013), em seu último capítulo, traz um retrato da vitimização de mulheres por agressões físicas. Os resultados apontam para uma associação entre a pobreza e a violência – tendo mais relatos de agressões nos grupos de baixa renda. Além disso, o estudo aponta – como diversos outros – para a maior perpetração da violência nas relações íntimas.

A violência doméstica tem diferentes formas de expressão, sendo que na literatura predominam três tipos: violência física, psicológica e sexual. A violência física refere-se a qualquer conduta que prejudique a integridade ou a saúde corporal; a violência psicológica é entendida como qualquer ação que resulte em dano emocional; e a violência sexual diz respeito a qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não consensual, mediante ou não o uso da força física (Corsi, 2003). A Lei Maria da Penha (Brasil, 2012), que será discutida posteriormente neste estudo, também tipifica como violência doméstica a violência patrimonial – conduta que resulte em retenção, subtração e destruição parcial ou total de bens e recursos econômicos– e a violência moral – entendida como qualquer ação que caracterize injúria, calúnia e difamação.

A violência doméstica não é mais encarada como um problema da vida privada, mas sim enquanto objeto de preocupação e intervenção social pelo poder público (Bravo, 1994), em vista das graves consequências, que não se limitam somente a sua integridade física e emocional, mas também comprometem a garantia dos direitos humanos e o exercício da cidadania. Além disso, gera importantes impactos no desenvolvimento socioeconômico do país (Narvaz, 2006). O fenômeno é responsável pela perda de um a cada cinco anos potenciais de vida saudável da mulher (Diniz, 1997) e, no mundo, um a cada cinco dias ausentes no trabalho é devido à violência doméstica (Thomas, 1992).

Diversos estudos apontam para o impacto da violência doméstica na saúde das mulheres, com adoecimentos físicos e mentais sendo bastante relatados na literatura. Essas mulheres são conhecidas como “hiperutilizadoras” dos serviços de saúde, ou seja, buscam constante ajuda no modelo biomédico para lidar com a violência vivida.

Normalmente, apresentam queixas diversas, muitas vezes sem conexão com outras patologias – nomeadas como “queixas vagas” (Schraiber, 2005).

Os serviços de saúde, em especial os de atenção primária, que se propõem a realizar um cuidado longitudinal, têm grande resistência em compreender a violência como um problema de saúde. Com práticas medicalizantes, e por vezes na contramão da autonomia das mulheres, acabam por reiterar a violação de direitos. Entretanto, alguns estudos mostram possibilidades de um cuidado pautado na perspectiva de gênero e nos direitos humanos (d’Oliveira, 2009).

Narvaz (2006) aponta para diferentes fatores que compõem a violência doméstica e que contribuem para o silenciamento das mulheres nessas situações, processo que a autora nomeia de assujeitamento, como a vivência de violência na família de origem, podendo culminar em naturalização; falta de modelos de família protetiva; o desejo de ter e manter uma família (também influenciadas por normas tradicionais de gênero); a dependência emocional e/ou econômica dos companheiros abusivos; falta de apoio da família e da rede de apoio formal e informal; a cultura de culpabilização das vítimas; o medo do agressor; e a “prescrição de obediência e submissão engendradas pelo poder patriarcal”.

A pesquisadora Terra (2015) aponta para os sentimentos de medo e vergonha, vivenciados pelas mulheres na decisão de busca por ajuda, enquanto obstáculos para o enfrentamento da violência doméstica de gênero. A autora enfatiza que, para a superação desse problema, esses sentimentos devem ser reconhecidos e trabalhados pelos profissionais que atuam na rede de enfrentamento à violência, considerando sua construção sociocultural.

Mesmo em meio a tantos obstáculos, é notável a movimentação das mulheres na busca por recursos capazes de cessar a violência vivida, recorrendo inicialmente a amigos, família e comunidade e aos serviços formais que compõem a rede intersetorial (Sagot, 2000). É importante compreender que, dificilmente, uma mulher consegue sair sozinha de uma situação de violência, necessitando de intervenção externa para sua ruptura (Saffioti, 2015).

O apoio da rede informal e o acesso à rede intersetorial pelas mulheres foram conceituados por Sagot (2000) como rota crítica: o trajeto vivenciado após a decisão de buscar apoio para o rompimento da situação de violência doméstica. São críticas, pois se entende que o caminho percorrido é longo, repetitivo e pouco eficaz.

A trajetória pelos serviços pode apresentar facilitadores e obstáculos, sendo que as respostas encontradas nas instituições podem inibir a busca por ajuda, favorecendo a perpetuação da violência doméstica na vida das mulheres, com os serviços reiterando violações de direitos que têm como objetivo combater (Sagot, 2000).

5.1 A perspectiva de raça no enfrentamento à violência doméstica: uma revisão bibliográfica não exaustiva

As publicações com perspectiva racial no enfrentamento à violência doméstica foram pesquisadas de forma não exaustiva nas bases de dados: CAPES, Lilacs e PubMed; por meio do cruzamento dos descritores e/ou palavras-chave: violência doméstica, violência contra a mulher, racismo, distribuição por raça ou etnia, equidade no acesso, sistema de justiça e direito penal. Os três bancos de dados foram escolhidos por conterem um expressivo número de periódicos bem indexados relacionados e serem referência na área da saúde. Foram selecionados seis artigos que tinham maior ligação com o tema. Em todas as bases de dados, as pesquisas relacionadas à violência doméstica quase nunca abrangiam uma perspectiva racial enquanto categoria de análise e, na maior parte, raça está ausente é ou apresentada apenas como uma categoria descritiva. Vale lembrar que quase todos os artigos foram escritos por mulheres, com exceção de um.

Relacionados mais diretamente com esta dissertação – o enfrentamento à violência doméstica pelas mulheres negras e seu acesso à justiça pela Lei Maria da Penha – foram encontrados dois artigos, ambos com a mesma autoria principal, publicados em 2014 na *Revista Psicologia e Sociedade*.

O artigo “Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha” (Silveira, 2014a) traz entrevista com 290 mulheres e seis juízes (quatro em Porto Alegre e dois em Sevilha), além de analisar 70 processos judiciais e 50 boletins de ocorrência. Os resultados apontam que, no registro da queixa, o percentual de mulheres negras é muito maior que a distribuição da raça negra na população de Porto Alegre, apontando para duas hipóteses: as mulheres negras são mais vitimizadas pela violência doméstica e/ou buscam mais ajuda no âmbito judicial que as mulheres brancas. Esse número cai pela metade quando foi analisada a continuidade do acesso à justiça: o processo judicial, sugerindo barreiras importantes na efetivação dos direitos dessas mulheres. A entrevista

com os juízes escancara a invisibilidade no sistema judiciário, ao menos no discurso, da intersecção da violência de gênero com marcadores de raça e etnia, entendidos pelos juízes como questões que não interferem no acesso à justiça.

O artigo “Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero” (Silveira, 2014b) teve como campo o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Delegacia da Mulher, ambos na cidade de Porto Alegre, com metodologia de entrevistas e análise dos processos judiciais em andamento. Os resultados apontam que as mulheres negras buscam mais o sistema judiciário, comparado à distribuição racial da cidade de Porto Alegre. Em entrevista com uma liderança da ONG Maria Mulher, foi ressaltada a importância da problematização da questão racial, muito ligada com a classe, no que tange à proteção das mulheres, visto que as medidas protetivas têm um limitante: o movimento ligado ao tráfico de drogas impõe regras à população nesses locais, e as mulheres ficam proibidas de chamar a polícia, podendo receber sanções caso o façam. A autora faz um apelo final para que sejam incluídas perspectivas de raça-gênero para se pensar a vulnerabilidade das mulheres que sofrem violência.

Ainda na temática da violência doméstica e acesso à justiça, o artigo “Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha” (Pasinato, 2015). Por meio de 64 entrevistas com operadores de direito e outros profissionais que atuam com a aplicação da lei, a pesquisa buscou compreender os obstáculos para a universalização do acesso à justiça para as mulheres em situação de violência doméstica. A autora aponta como principal dificuldade a falta de especialização dos profissionais e da perspectiva de gênero. A questão racial sequer foi citada no artigo, o que, em razão da metodologia empregada, sugere a invisibilidade da mulher negra no discurso dos operadores de direito.

Estudo internacional publicado no *Journal of Interpersonal Violence* – “Racial and ethnic disparities in police-reported intimate partner violence perpetration: a mixed methods approach” (Lipsky, 2012) – incluiu 4.470 homens perpetradores, categorizados enquanto hispânicos, brancos e negros. O estudo aponta que as mulheres negras e hispânicas denunciam mais a violência, que ocorre com maior frequência entre os casais inter-raciais em que o homem é branco. Além disso, os homens negros aparecem,

juntamente com os hispânicos, como maiores perpetradores, porém em menores proporções quando se analisa a gravidade da consequência.

Relacionado com o tema de violência contra a mulher e interseccionalidade, foi encontrado o artigo “Da (in)visibilidade do caso Sirlei Dias Carvalho: um estudo interseccional da violência contra a(s) mulher(es)” (Carneiro, 2008). A pesquisa, com metodologia de estudo de caso, discute o caso de Sirlei Dias Carvalho – mulher negra, de 32 anos e empregada doméstica que, em 2007, no Rio de Janeiro, foi agredida e roubada ao ser confundida, por cinco jovens brancos de classe média, com uma prostituta. O artigo chama atenção para a invisibilidade do caso de violação dos direitos da mulher, quando o crime é moralmente justificado pela confusão de Sirlei com uma prostituta. A autora ressalta a importância da interseccionalidade enquanto categoria analítica, tanto por parte das feministas quanto pelos operadores de direito.

Articulando o racismo e o acesso à justiça, foi encontrado o artigo “Atributos raciais no funcionamento do sistema de justiça criminal paulista” (Lima, 2004), que discute os atributos raciais no funcionamento do sistema de justiça criminal paulista. O texto não faz menção à violência doméstica. O estudo aponta para a reificação das desigualdades dentro do sistema judiciário, reproduzindo relações de poder pautadas em ideologias raciais. Além disso, o artigo traz uma importante questão a ser considerada pelo presente projeto de pesquisa: a classificação racial é feita pelo escrivão de polícia.

Por último, estudo de 2006 com metodologia de revisão não exaustiva, destaca-se o artigo “Violência e saúde: estudos científicos recentes” (Schraiber, 2006), que faz uma análise crítica da produção acadêmica acerca do tema. As autoras apontam para a questão da pobreza enquanto importantes referências, sendo articulada com família e gênero. Ressaltam, porém, a ausência de enfoques de marcadores de raça/etnia.

6 A LEI MARIA DA PENHA

As ações do Estado são fundamentais na construção da igualdade, sendo capazes de agenciar mudanças culturais e das condições de vida da população por meio da regulação de leis e de políticas públicas (Soares, 2014), sendo o Estado responsável pelas respostas que proporciona.

O Estado, ao reconhecer a violência doméstica como objeto de intervenção, dá visibilidade ao problema à medida que passa a considerá-la um desvio da normatividade, e não mais uma norma aceita socialmente (Schraiber, 1999). Essa mudança do paradigma entre as esferas públicas e privadas foi um importante passo na luta contra a violência doméstica, ao passo que se torna objeto de políticas específicas (Carneiro, 2003).

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, foi essencial para o fortalecimento de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres. A SPM, além de ampliar a visibilidade da violência de gênero na esfera política, por meio da elaboração de conceitos, diretrizes e normas, investiu em ações integradas e estratégias para o enfrentamento da questão. Nesse processo, o movimento de mulheres foi um importante propulsor no avanço de serviços e políticas públicas, estabelecendo parceria com o Estado para trabalhar esse problema (Brasil, 2011).

Na história brasileira de luta contra a violência doméstica, o movimento de mulheres foi um importante propulsor no avanço dos serviços e de políticas públicas, estabelecendo parceria com o Estado para trabalhar esse problema. Em São Paulo, foi instituído, em 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina, seguido em 1985 pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), também no estado de São Paulo. As DDMs foram o primeiro grande recurso ao combate público à violência contra a mulher. Com caráter estritamente policial, objetivam detectar transgressões à lei, averiguar sua procedência e criminalizar a violência doméstica (Schraiber, 1999).

Apesar de as DDMs configurarem grande avanço na luta contra a violência doméstica, a legislação brasileira ainda era insuficiente para garantir os direitos e a proteção às mulheres em situação de violência.

A Lei 9.099/1995, conhecida por tratar de crimes de menor potencial ofensivo, era a legislação adotada nos casos de violência doméstica. A lei não previa sentenças privativas de liberdade e, principalmente, a proteção das mulheres. A justiça brasileira sentenciava os crimes de violência doméstica pelo pagamento de cestas básicas ou serviços comunitários.

Resultado de lutas históricas dos movimentos feministas por uma legislação contra a impunidade da violência doméstica e familiar, a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, atingiu reconhecimento internacional, sendo considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência doméstica. Cabe ressaltar que o processo de elaboração da lei ocorreu de forma democrática, com a participação de um consórcio de ONGs feministas (Brasil, 2011; Brasil, 2012).

Em razão da complexidade da violência doméstica em suas diversas dimensões, são necessárias medidas igualmente complexas para combatê-la. A lei prevê a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, medidas protetivas para as vítimas e programas de responsabilização do agressor. Além disso, a lei determina a integração do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação. A assistência à mulher em situação de violência, assim como as medidas de prevenção, deve ser prestada por meio de uma rede articulada e conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Segurança Pública.

Apesar do grande foco dado ao caráter punitivo da lei, ressalta-se a importância das medidas protetivas às mulheres que estão em situação de violência, que devem ser solicitadas na delegacia e têm o prazo de até 48 horas para ser avaliadas pelo juiz e deferidas ou não.

A Lei Maria da Penha, para além de uma legislação de caráter penal, deve ser interpretada como uma política pública de articulação intersetorial e, assim, capaz de responder às demandas das mulheres que estão vivenciando relações íntimas violentas – dado que suas necessidades extrapolam o Poder Judiciário.

Propusemo-nos, aqui, compreender quem são as “mulheres” no documento da lei e quais medidas a legislação aponta, ou não, para a garantia de acesso universal. A Lei Maria da Penha ressalta em seu texto questões acerca de marcadores de diferença e

estimula a produção de estudos, assim como este, que tenham perspectivas de gênero, raça ou etnia.

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (Lei Maria da Penha, artigo 2º).

A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas (Lei Maria da Penha, artigo 8º, §II).

Além disso, a Lei Maria da Penha propõe medidas integradas de prevenção, para ampliar o olhar dos profissionais acerca da violência doméstica, com uma perspectiva de gênero e raça, porém de maneiras amplas e pouco concretas.

A capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas enunciados no inciso I quanto às questões de gênero e de raça ou etnia (Lei Maria da Penha, artigo 8º, §VII – Medidas integradas de prevenção).

A promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia (Lei Maria da Penha, artigo 8º, §VIII – Medidas integradas de prevenção).

Ao analisar o texto da Lei Maria da Penha, observa-se que a questão racial, assim como outros marcadores da diferença, é entendida como qualificador de gênero.

O nosso intuito com esse apontamento não é diminuir o reconhecido impacto positivo dessa legislação na vida de todas as mulheres. Devemos entender, porém, que a citação de raça, classe e outros marcadores de diferença como opressões que se somam à opressão de gênero gera tensionamentos que hierarquizam as formas de dominação e, dessa forma, produzem práticas de exclusão.

7 OBJETIVOS

O objetivo deste estudo é investigar se existem diferenças entre mulheres negras e brancas no acesso aos serviços e à assistência que compõem a rede de enfrentamento à violência doméstica.

7.1 Objetivos específicos

- Analisar se há diferença no acesso e na efetivação dos direitos no sistema de justiça entre mulheres brancas e negras que têm processo na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

- Compreender a rota crítica das mulheres negras e brancas com processo pela Lei Maria da Penha na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e refletir sobre os obstáculos e facilitadores que mulheres brancas e negras encontraram nas respostas institucionais.

8 MÉTODO

Estudo misto. Nesse desenho de estudo são usadas abordagens qualitativas e quantitativas visando maior aproximação do fenômeno estudado e possibilitando respostas mais abrangentes (Brannen, 2005).

De um lado, a abordagem qualitativa ressalta a construção social da realidade, dos processos e significados que não podem ser captados em termos de quantidade, intensidade ou frequência. Em contraste, os estudos quantitativos salientam a medição e a análise de relações entre as variáveis (Ribeiro, 2010).

A abordagem quantitativa foi realizada por meio de estudo transversal; e a investigação qualitativa deu-se por meio de estudo exploratório.

8.1 Estudos de corte transversal

Os estudos epidemiológicos buscam testar hipóteses ou descrever padrões de eventos determinados. O desenho epidemiológico escolhido permite um diagnóstico “instantâneo” de uma comunidade ou um local. O termo “estudo transversal”, também conhecido como “estudo seccional”, remete a um recorte no fluxo histórico do problema, evidenciando características e correlações naquele momento (Almeida Filho, 2011).

Os estudos transversais são a principal escolha para estudos descritivos que objetivam compreender a dimensão de problemas em tempos definidos – importante para pensar na definição de prioridades e formulação de políticas (Almeida Filho, 2011).

Esse desenho de estudo também é utilizado para identificar populações mais vulneráveis, de acordo com a extensão do problema. Importante ressaltar que o estudo transversal não é direcionado apenas a doenças e agravos, mas a qualquer situação relacionada com o processo saúde/doença, como o acesso aos serviços e experiências de vida (Almeida Filho, 2011).

Comumente, os estudos de corte transversal utilizam dados primários, coletados indivíduo a indivíduo, seja por entrevistas diretas, por informante próximo, seja por

documentos individuais (Almeida Filho, 2011) – nesta pesquisa, as unidades de análise foram os processos criminais pela Lei Maria da Penha.

Uma vantagem do estudo transversal é seu baixo custo e a possibilidade de analisar as variáveis de exposição e desfecho em uma única coleta de dados. Esse desenho de estudo também apresenta algumas limitações, como a dificuldade em estabelecer sequência temporal do problema a ser estudado, não podendo inferir causalidade, visto o recorte delimitado a que se propõe (Almeida Filho, 2011).

8.2 Estudo exploratório

O estudo exploratório se caracteriza por enfatizar a descoberta de ideias e discernimentos (Marconi, 2006). Esse desenho de estudo é realizado em casos em que o tema escolhido é pouco explorado (Gil, 2008).

Ao final do estudo, pretendemos proporcionar familiaridade com a questão, propiciando visibilidade por meio de dados que possibilitem um conhecimento mais profundo. O planejamento da pesquisa exploratória foi flexível, para possibilitar os aspectos variados relativos ao contexto estudado. Envolveu, em seu processo, um levantamento bibliográfico (item 5.1 da introdução) e se instrumentalizou por meio de entrevistas com pessoas que haviam vivenciado práticas com o problema pesquisado (Gil, 2008).

A abordagem do estudo exploratório deu-se por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram ao entrevistado discorrer sobre o tema de forma ampla e subjetiva (Ribeiro, 2010).

8.3 População e critérios de inclusão

A população-alvo foi de mulheres acima de 18 anos com processo pela Lei Maria da Penha na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da região oeste da cidade de São Paulo – VVDF-Oeste.

As varas de violência doméstica são territorializadas, ou seja, têm o território de atuação delimitado – correspondendo ao local de ocorrência do crime. O território da VVDF-Oeste corresponde aos distritos: Alto de Pinheiros, Anhanguera, Brasilândia,

Butantã, Freguesia do Ó, Jaguará, Jaguaré, Jaraguá, Lapa, Morumbi, Perus, Pinheiros, Pirituba, Raposo Tavares, Rio Pequeno, São Domingos, Vila Leopoldina e Vila Sônia.

Dos distritos citados, a Freguesia do Ó e a Brasilândia dividem seu território com outra Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da cidade de São Paulo, sendo que os dados não correspondem à totalidade de processos daquele território.

É importante elucidar que, para iniciar um processo criminal, a mulher deve fazer o Boletim de Ocorrência – B.O. na delegacia e, nos casos de violência sexual e psicológica, representá-lo no prazo de seis meses – indicando o desejo de processar criminalmente o agressor. No caso de a violência física constar de lesão corporal, não é necessário a representação do B.O., sendo a queixa incondicionada ao desejo da mulher em dar continuidade ao processo, que vai transcorrer automaticamente.

Logo depois, será aberto o inquérito policial, que objetiva juntar provas (fotos, vídeos, mensagens, exames médicos, testemunhas) para então as enviar ao Ministério Público – MP, que vai averiguar se o caso tem material suficiente para abertura do processo. Caso seja constatado que há provas suficientes, o MP faz a denúncia formal e o processo é aberto na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que abrange o local da ocorrência do crime a ser averiguado.

8.4 Amostra do estudo transversal

Em maio de 2015, foi feito um levantamento dos processos pelo sistema informatizado do setor judiciário, que identificou 1.066 processos em andamento, ou seja, tramitando no espaço físico da Vara de Violência Doméstica. Na delimitação do estudo, pensou-se inicialmente na coleta dos dados apenas dos processos que ainda não haviam sido julgados, visto que, após a sentença, seriam alocados em outro espaço físico. No início da coleta, porém, diversos processos que constavam como “em andamento” não puderam ser localizados, apontando para a precariedade do sistema informatizado.

Em razão da impossibilidade de usar o sistema de informação, optou-se por coletar todos os processos que preenchiam o critério de inclusão, físicos ou informatizados, que tramitavam no cartório da VVDF-Oeste entre os meses de janeiro e fevereiro de 2016. Ao todo, foram coletados dados de 1.339 processos. Uma das

limitações possíveis dessa abordagem foi a possibilidade de o processo estar retido no MP, mas, devido ao período de dois meses de coleta, compreendeu-se que os processos que não constavam mais no cartório já haviam retornado.

8.5 Coleta de dados

A coleta de dados foi feita por meio dos processos criminais, físicos ou digitais, em trâmite na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2016. Os dados foram coletados pela pesquisadora, juntamente com a co-pesquisadora e os estagiários treinados (Anexo 1), usando a plataforma RedCap.

Na delimitação inicial da pesquisa, as mulheres convidadas para a entrevista semiestruturada foram escolhidas por conveniência, conforme dados do processo coletados na parte quantitativa. Dessa forma, foram levantados, inicialmente, os telefones de 100 mulheres (50 negras e 50 brancas), e as ligações foram realizadas pela própria pesquisadora, em aparelho telefônico da Faculdade de Medicina da USP, com o intuito de convidá-las a participar de forma voluntária da pesquisa. A concessão de entrevista foi realizada na própria Vara de Violência Doméstica, lugar entendido como seguro. Nesse processo, registrado por meio de diário de campo, foram encontradas algumas barreiras: a primeira foi o fato de que a maior parte dos números de telefones ou constava como não existentes ou pertencia a outra pessoa (68%); a segunda configurou-se como números que chamavam, porém sem resposta (23%); a terceira barreira foi conseguir encontrar as mulheres em casa ou disponíveis para conversar, mesmo as ligações sendo feitas em horários diferentes, inclusive aqueles informados por familiares como apropriados para encontrá-las (5%).

Das mulheres contatadas por meio das ligações, obteve-se duas recusas (2%) e dois aceites (2%). Lamentavelmente, as duas que por fim aceitaram, acabaram não realizando as entrevistas, por dificuldade de marcar o encontro, medo e até desconfiança.

Após o consentimento dos juízes de direito que atuam na VVDF-Oeste e que apoiaram integralmente esta pesquisa, decidiu-se entrevistar as mulheres que passaram por audiência entre março e junho de 2018, já que se tratava de uma população semelhante. Elas foram convidadas a participar do estudo e esclarecidas quanto a

participação voluntária, sigilo e ausência de prejuízo ao processo criminal em andamento.

Foram realizadas 18 entrevistas – nove mulheres negras e nove mulheres brancas – em sala concedida pela VVDF-Oeste, garantido a privacidade. Ao todo, oito mulheres se recusaram a participar da pesquisa, seis por falta de tempo e duas por terem reatado o relacionamento e estarem aflitas com a sentença do juiz.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas em sua integridade. Abordou-se a experiência pessoal em ser negra/branca, a rota institucional percorrida desde a decisão de buscar ajuda, assim como as expectativas do cuidado almejado, as respostas, orientações e encaminhamentos recebidos por elas nesses locais. Além disso, foram enfatizadas as percepções dessas mulheres sobre a influência da cor da pele nas respostas institucionais (Anexo 2).

8.6 Análise de dados

Em razão da complexidade do estudo misto, cada etapa da pesquisa foi analisada e discutida separadamente. Ao fim da dissertação, pretendeu-se obter uma visão ampliada da questão a partir da reflexão conjunta acerca de todos os dados encontrados, em uma síntese interpretativa.

8.6.1 Estudo transversal

Para o estudo transversal, optou-se pela análise descritiva estratificada. Esse tipo de análise permite descrever a relação entre um resultado (variável de desfecho, dependente ou de resposta) e um conjunto simultâneo de variáveis explicativas (variáveis independentes). Nesse modelo, a relação entre as variáveis foi realizada uma a uma, controlando o conjunto das demais variáveis.

A vantagem da análise estratificada consiste na facilidade do entendimento do leitor, na simplicidade de sua execução e por promover proximidade entre o pesquisador e seus dados (Gimeno, 1995).

A hipótese desse estudo transversal é de que as mulheres negras encontram obstáculos na efetivação de seus direitos pela Lei Maria da Penha, quando comparadas com as mulheres não negras. Dessa forma, a variável de interesse principal é a cor da

pele e as variáveis de desfecho, capazes de responder à hipótese, são: a concessão de medidas protetivas, o acesso ao atendimento multiprofissional, o tempo entre a busca por ajuda (B.O.) e a abertura do processo (denúncia do Ministério Público), as sentenças proferidas e o tempo total dos processos já julgados (entre a realização do B.O. e a sentença). A associação entre a cor da pele e os desfechos foi também ajustada pela variável escolaridade (Almeida Filho, 2011).

A análise seguiu algumas etapas: a primeira verificou a existência de associação entre as variáveis de desfecho e cada uma das variáveis de interesse (cor) e de controle (escolaridade) por meio de uma tabela. A segunda etapa consistiu na análise de cada desfecho separadamente entre negras e brancas, diferenciadas por escolaridade. Tal etapa foi mantida para as análises seguintes. Foram então comparadas negras e brancas, diferenciadas por escolaridade. Em todas as etapas descritas o valor do qui-quadrado de Mantel-Haenszel foi calculado. A análise foi realizada utilizando o programa SPSS v23.

8.6.2 Estudo exploratório

O exame do material qualitativo foi realizado por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2000) e da ilustração da rota crítica percorrida pelas mulheres na busca por ajuda institucional (Sagot, 2000).

8.6.2.1 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo é uma técnica que trabalha com a palavra, produzindo inferências do conteúdo do discurso que representem seu contexto social (Bauer, 2002).

O discurso é considerado o meio como o sujeito se expressa, sendo o pesquisador o responsável por categorizar os discursos diferentes em unidades ou ideias que se repetem, inferindo o contexto que representam. O objetivo desse tipo de análise é explorar exaustivamente a mensagem do discurso (Bardin, 2000).

Trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações, em que o pesquisador precisa relacionar, por meio do discurso, as estruturas semânticas (significantes) com as estruturas sociológicas (significados). Assim, a fala deve ser analisada situando-a em características que podem influenciá-la, como o contexto social (Manayo, 1992).

Seguindo o estruturado por Bardin (2000), a análise de conteúdo deste trabalho foi dividida em três fases, a citar: pré-análise, categorização e, por fim, interpretação e análise.

Na pré-análise, foi realizada leitura flutuante, buscando estabelecer contato inicial entre as entrevistas e seus sujeitos, momento em que surgiram as primeiras impressões que se aprimoraram as leituras sucessivas. Foi nessa fase que as hipóteses sobre o material foram formuladas, com base também na literatura já lida.

A fase de categorização consistiu no agrupamento do discurso em características comuns, após a leitura sistemática e exaustiva de cada entrevista. O critério utilizado para a categorização foi semântico, ou seja, o agrupamento foi feito por categorias temáticas, representando todas as ideias similares sobre um mesmo tema.

A interpretação e a análise foram baseadas na literatura acerca do assunto, momento em que foram formuladas as inferências do estudo que, segundo Bardin (2000), é o termo utilizado para designar a indução a partir dos fatos.

8.6.2.2 A rota crítica

A rota institucional pela busca de ajuda para cessar a violência doméstica foi identificada nas entrevistas e desenhada em um fluxograma, buscando manter sua temporalidade. Durante as entrevistas, nota-se a dificuldade das mulheres em organizar suas rotas temporalmente, visto que, em muitos casos, passaram-se muitos anos desde o início do caminhar pelos serviços – em uma das histórias esse tempo chegou a 28 anos. Nesses casos, o fluxograma foi organizado conforme as instituições citadas, sem menção ao tempo. Apresentar as rotas de cada mulher dessa maneira gráfica foi uma opção para oferecer ao leitor uma síntese mais densa de cada história de forma menos extensa possível.

Após a análise de conteúdo, duas categorias analisadas foram escolhidas para ser destacadas na análise das rotas: o acolhimento vivido nas instituições e as informações assimiladas por elas.

Por uma questão de distinção, as rotas ganharam cores em cada uma de suas etapas: a cor verde ilustrando que foram bem acolhidas no serviço e receberam informações; a laranja representando que não foram bem acolhidas ou não receberam

todas as informações (ou ambos); e a vermelha indicando que a rota da mulher foi interrompida.

Importante esclarecer que se considerou como bom acolhimento as atitudes profissionais não julgadoras, não culpabilizadoras e que produziram no contato com a mulher uma sensação de escuta, compreensão e amparo.

Quando há referência quanto à informação recebida, considerou-se que na delegacia a mulher foi minimamente informada sobre três quesitos: medidas protetivas de urgência, que devem ser oferecidas e explicadas sobre seu funcionamento; a necessidade de representar os boletins de ocorrência de crimes referentes a violência psicológica e sexual no prazo de até seis meses; e que a lesão corporal se configura como crime incondicionado ao desejo da mulher em ter o agressor processado. Nas outras instituições, a informação foi considerada aquela suficiente para dar continuidade à rota das mulheres.

Cabe ressaltar que, em um cenário ideal de atendimento às situações de violência doméstica de forma articulada e em rede, também seria imprescindível que as mulheres fossem informadas sobre serviços de saúde, educação, assistência social e muitos outros capazes de responder a outras questões que se relacionam com o enfrentamento da violência e a garantia de direitos.

Compreendendo a realidade atual da rede intersetorial fragmentada, ou seja, de uma trama de serviços (Schraiber, 2012b), optou-se pelo considerado como “mínimo” de informações necessárias a cada serviço.

A interrupção da rota foi considerada quando os serviços negavam atendimento, ou quando a mulher interrompeu o uso do serviço por sentir-se maltratada, não acolhida ou mal informada. Ainda que as mulheres retornassem ao serviço após a interrupção, considerou-se essa etapa como “vermelha”, em virtude dos prejuízos que podem ocasionar à mulher, incluindo o agravamento da situação de violência.

8.7 A importância da escolha do método misto

Considerando a complexidade da temática estudada e com o intuito de responder aos objetivos desta pesquisa, o método misto tornou-se essencial, sendo a pesquisa quantitativa e qualitativa complementares.

A leitura crítica do texto da Lei Maria da Penha, com uma análise racial, criou o contexto no qual o decorrer desta pesquisa aconteceu, sendo fundamental para posteriormente refletir acerca de sua efetivação de forma igualitária entre as mulheres. Os dados quantitativos foram utilizados para compreender de forma macro a realidade das mulheres negras e brancas no acesso ao sistema de justiça, e os dados qualitativos, para compreender a experiência subjetiva dessas mulheres e as possibilidades de ocorrência do racismo institucional, visto que poderão discorrer livremente sobre os equipamentos da rede, as respostas institucionais encontradas nesses locais e as marcas deixadas na busca de romper com a situação de violência.

8.8 Questões éticas

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – Parecer 1.818.409 (Anexo 4). Durante toda a pesquisa foi mantido o sigilo quanto às entrevistadas e elas não terão seus nomes divulgados.

As mulheres que participaram das entrevistas em profundidade foram esclarecidas sobre o propósito da pesquisa e, depois disso, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3), cientes de que podem retirar seu consentimento em qualquer etapa da pesquisa sem qualquer prejuízo – em especial ao andamento do processo pela Lei Maria da Penha.

Os nomes das mulheres foram substituídos por nomes fictícios, a fim de preservar a identidade das entrevistadas. Os nomes escolhidos foram baseados nas personagens, principais ou não, do livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*, da escritora Conceição Evaristo – presente de minha orientadora no início dessa trajetória de “escrevivência”.

Aramides, Líbia, Shirley, Isaltina, Da Luz, e mais outras que desafiavam as contas de um infinito rosário de dor. E, depois, elas mesmas, a partir de seus corpos mulheres, concebem a sua própria ressurreição e persistem vivendo (Evaristo, p. 95).

Em seis entrevistas, cinco de mulheres negras e uma branca, surgiram sofrimentos ou demandas importantes, assim como a necessidade de acolhimento e encaminhamento para serviços adequados para atendê-las, o que foi realizado.

Os dados coletados na Vara de Violência Doméstica e Intrafamiliar contra a Mulher teve o consentimento da Juíza responsável.

9 RESULTADOS

Os resultados foram divididos em dois capítulos, buscando apresentar os principais achados do material empírico. O primeiro capítulo é referente à análise dos dados quantitativos, e o segundo, ao material qualitativo.

O capítulo da discussão ficou responsável por apresentar a argumentação de ambas as técnicas de pesquisa e articular os resultados com a literatura, buscando uma síntese interpretativa sobre como as mulheres negras e brancas vivenciam a busca por ajuda e como as respostas encontradas são capazes de efetivar ou não os direitos garantidos nas políticas públicas de forma igualitária.

9.1 Resultados quantitativos

Dos 1.339 processos analisados, em 4% (53) não constava a cor da pele da mulher. Considerando a porcentagem válida, encontramos 58,7% (755) brancas; 4,9% (63) pretas; 36% (482) pardas e 0,4 (5) amarelas.

Em razão da baixa porcentagem de mulheres amarelas, optamos por agrupá-las junto às brancas; sendo as pretas e pardas também agrupadas, representando as mulheres negras – conforme ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1– Raça das mulheres com processo pela Lei Maria da Penha na Vara de Violência Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018.

As características sociodemográficas das mulheres negras e brancas com o processo em trâmite pela Lei Maria da Penha são descritas a seguir.

Característica	Brancas		Negras		<i>p</i>*
Idade	n	%	n	%	
18 – 25 anos	192	25,3	125	23,8	
26 – 35 anos	283	37,3	216	41,1	
36 – 45 anos	170	22,4	121	23,0	<i>0,012</i>
46 – 55 anos	70	9,2	55	10,5	
56 – 65 anos	36	4,7	8	11,5	
> 65 anos	8	1,1	1	0,1	
Total	759	100,0	526	100,0	
Escolaridade	n	%	n	%	
Analfabeta	4	0,5	10	1,9	
Ensino fundamental incompleto	63	8,5	69	13,4	
Ensino fundamental completo	208	28,0	221	43,0	<i>0,000</i>
Ensino médio	351	47,3	195	37,9	
Ensino superior	117	15,7	19	3,8	
Total	743	100,0	514	100,0	
Estado civil	n	%	n	%	
Solteira	362	47,9	279	53,2	
Convivente	135	17,9	110	21,0	
Casada	167	22,1	106	20,2	<i>0,001</i>
Divorciada	76	10,1	22	4,2	
Viúva	16	2	7	1,4	
Total	756	100,0	524	100,0	

Parentesco com o agressor	n	%	n	%	
Companheiro/Namorado	362	47,6	238	45,2	
Ex-companheiro/Ex-namorado	328	43,2	244	46,4	0,366
Pai, padrasto, irmão, filho ou neto	57	7,5	31	5,9	
Outros	13* ²	1,7	13	2,5	
Total	760	100,0	526	100,0	

Cor da pele do agressor	n	%	n	%	
Branca	463	62,7	190	36,6	0,000
Negra	276	37,3	329	63,4	
Total	739	100,0	519	100,0	

*Teste qui-quadrado.

*²Apenas um casal homoafetivo.

Tabela 1 – Características sociodemográficas de mulheres brancas e negras com processo pela Lei Maria da Penha na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

A maioria das características sociodemográficas apresentou diferenças estatisticamente significativas entre as mulheres negras e as brancas quanto a idade, escolaridade, estado civil e cor da pele do agressor. Apenas o tipo de relacionamento com o agressor não apresentou diferença.

No quesito idade das mulheres, observamos a presença significativa das brancas com mais de 56 anos – em comparação com as negras – ainda que notavelmente haja uma queda nessa faixa etária para os dois grupos. O número maior de processos se concentra na faixa etária entre 26 e 35 anos, com a predominância de casos de mulheres negras.

Percebemos uma diferença importante na escolaridade das mulheres, sendo as negras o grupo representado pela menor escolaridade.

Na condição do estado civil, as mulheres brancas apareceram em número maior nas relações formais – casada, divorciada e viúva –, enquanto as mulheres negras

declararam-se solteiras ou conviventes. Além disso, na composição racial conjugal, percebemos uma predominância de casais da mesma raça, sendo 30% os inter-raciais.

A violência, por parceiro íntimo, apareceu como a forma mais predominante de violência, sem diferença estatisticamente substancial entre as mulheres negras e as brancas. Na Tabela 2, as características dos processos criminais pela Lei Maria da Penha e as diferenças entre brancas e negras são discriminadas.

Característica	Brancas		Negras		p*
Artigo Penal	n	%	n	%	
Lesão corporal	325	43,0	187	35,8	
Lesão corporal e ameaça	157	20,8	120	22,9	
Ameaça	135	17,9	122	23,3	0,001
Agressão física sem lesão corporal	20	2,6	29	5,5	
Outros	118	15,7	65	12,5	
Total	755	100,0	523	100,0	
Pedido de Medida Protetiva	n	%	n	%	
Sim	321	42,5	237	45,6	0,270
Não	435	57,5	283	54,4	
Total	756	100,0	520	100,0	
A Medida Protetiva foi deferida?	n	%	n	%	
Sim	226	71,7	161	69,1	0,501
Não	89	28,3	72	30,9	
Total	315	100,0	233	100,0	
Atendimento multiprofissional	n	%	n	%	
Sim	257	34,6	145	28,7	0,028
Não	485	65,4	360	71,3	
Total	742	100,0	505	100,0	

Caso já foi sentenciado	n	%	n	%	
Sim	180	23,7	90	17,1	0,004
Não	580	76,3	436	82,9	
Total	760	100,0	526	100,0	
Tempo entre o B.O. e a denúncia do MP	n	%	n	%	
Até 1 ano	452	59,9	313	59,6	
Entre 1 e 2 anos	198	26,2	159	30,3	0,065
Acima de 2 anos	105	13,9	53	10,1	
Total	755	100,0	525	100,0	
Tempo entre a denúncia do MP e a sentença	n	%	n	%	
Até 1 ano	74	42,3	21	23,6	
Entre 1 e 2 anos	71	40,6	49	55,1	0,011
Acima de 2 anos	30	17,1	19	21,3	
Total	175	100,0	89	100,0	
Tempo do processo (B.O. até a sentença)	n	%	n	%	
Até 1 ano	17	9,6	4	4,4	
Entre 1 e 2 anos	76	42,6	27	30,0	0,018
Acima de 2 anos	85	47,8	59	65,6	
Total	178	100,0	90	100,0	
Sentença	n	%	n	%	
Condenado	137	76,1	59	65,6	0,067
Extinta a punibilidade ou absolvido	43	23,9	31	34,4	
Total	180	100,0	90	100,0	

p^* = Teste de qui-quadrado de Pearson.

Tabela 2—Características dos processos criminais pela Lei Maria da Penha de mulheres brancas e negras na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

Observamos diferenças, estatisticamente significantes, entre as mulheres brancas e as negras nas variáveis artigo penal, atendimento multiprofissional, casos já sentenciados, tempo entre a denúncia do MP e a sentença e o tempo total da sentença. Nas variáveis pedido e deferimento de medidas protetivas, tempo entre o registro do B.O. e a denúncia do MP e sentença não foram observadas diferenças relevantes.

Apesar disso, notamos uma tendência nas sentenças, sendo as mulheres negras acometidas com mais casos em que a punibilidade foi extinta ou o agressor foi absolvido. Além disso, no intervalo de tempo entre o B.O. e a denúncia do MP, observamos que há concentração maior dos casos de até um ano e que há uma tendência, nos casos das mulheres brancas, de demorar mais de dois anos para ser denunciadas pelo MP.

Nos artigos penais, observamos que as mulheres brancas e negras apresentaram mais processos referentes à lesão corporal, seguido de lesão corporal e ameaça juntos. Entretanto, as mulheres brancas estão presentes em maior número nesses quesitos.

No pedido e deferimento das medidas protetivas, não foram observadas diferenças entre as mulheres negras e as brancas, pois praticamente metade da amostra solicitou medidas protetivas e, entre elas, aproximadamente 70% obtiveram o deferimento em seu favor.

A variável atendimento multiprofissional apresentou diferença relevante entre os grupos, sendo que as mulheres negras são as menos atendidas por esse serviço. Cabe ressaltar que esse atendimento é referente ao setor técnico da vara, que convoca as mulheres para atendimento em grupo.

Dos processos analisados neste estudo, 20,8% já haviam sido julgados e sentenciados. Observamos uma distinção entre os grupos, sendo as mulheres negras as menos representadas nessa amostra, ou seja, seus casos foram julgados em menor proporção, quando comparados aos das mulheres brancas.

Quanto ao tempo entre a realização do B.O. e a denúncia do MP – momento em que o inquérito policial apresenta materialidade para a abertura de um processo criminal –, não houve diferença estatística importante entre as mulheres negras e as brancas, sendo que, na maior parte dos casos, a denúncia do MP foi realizada em até um ano.

Já no tempo que decorreu depois de o B.O. virar processo, a denúncia do MP e os casos já sentenciados, percebemos uma diferença importante, em que um maior tempo de processo apareceu para as mulheres negras quando comparadas com as

brancas. No período que representou as sentenças com até um ano de processo, as mulheres negras representaram proporcionalmente quase a metade das mulheres brancas.

Quando agrupamos os tempos descritos anteriormente, ou seja, o tempo vivido entre o registro da queixa na delegacia, por meio do B.O., e o encerramento do processo pela sentença, notou-se outra diferença entre os grupos. Como demonstrado pela Tabela 2, as mulheres negras viveram esse processo por mais tempo quando comparado às mulheres brancas.

Na variável sentença, ainda que não estatisticamente pertinente, observamos uma tendência de os casos das mulheres negras serem julgados como absolvidos ou tendo a sua punibilidade extinta.

Na Tabela 3, as características dos processos criminais pela Lei Maria da Penha pela escolaridade das mulheres são ilustradas.

Característica	Mulheres com 11 anos ou mais de estudo		Mulheres com menos de 11 anos de estudo		<i>p</i> *
	n	%	n	%	
Artigo Penal					
Lesão corporal	309	44,0	211	35,5	
Lesão corporal e ameaça	147	20,9	135	22,7	
Ameaça	124	17,6	140	23,5	0,017
Agressão física sem lesão corporal	25	3,6	24	4,0	
Outros	98	13,9	85	14,3	
Total	703	100,0	595	100,0	
Pedido de Medida Protetiva					
Sim	279	40,1	284	48,1	0,004
Não	416	59,9	307	51,9	
Total	695	100,0	591	100,0	
A Medida Protetiva foi deferida?					
Sim	192	70,3	201	72,0	0,657
Não	81	29,7	78	28,0	
Total	273	100,0	279	100,0	

Atendimento multiprofissional	n	%	n	%	
Sim	239	34,8	171	29,7	0,054
Não	447	65,2	404	70,3	
Total	686	100,0	575	100,0	
Caso já foi sentenciado	n	%	n	%	
Sim	162	23,0	103	17,3	0,011
Não	541	77,0	492	82,7	
Total	703	100,0	595	100,0	
Tempo entre o B.O. ea denúncia do MP	n	%	n	%	
Até 1 ano	423	60,4	344	58,1	
Entre 1 e 2 anos	205	29,3	170	28,7	0,268
Acima de 2 anos	72	10,3	78	13,2	
Total	700	100	592	100	
Tempo entre a denúncia do MP e a sentença	n	%	n	%	
Até 1 ano	56	35,2	40	39,2	
Entre 1 e 2 anos	76	47,8	41	40,2	0,470
Acima de 2 anos	27	17	21	20,6	
Total	159	100	102	100	
Tempo do processo (B.O. até sentença)	n	%	n	%	
Até 1 ano	12	7,5	8	7,8	
Entre 1 e 2 anos	67	41,9	35	34	0,429
Acima de 2 anos	81	50,6	60	58,3	
Total	160	100	103	100	
Sentença	n	%	n	%	
Condenado	120	47,1	75	72,8	0,821
Extinta a punibilidade ou absolvido	42	25,9	28	27	
Total	162	100	103	100	

p^* = Teste de qui-quadrado de Pearson.

Tabela 3–Características dos processos criminais pela Lei Maria da Penha por escolaridade. Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

Constatamos, pela tabela apresentada, que foram identificadas diferenças estatisticamente expressivas entre as mulheres com escolaridade maior e entre aquelas com escolaridade menor referentes ao artigo penal, pedido de medidas protetivas, comparecimento ao atendimento multiprofissional e aos casos já sentenciados.

Quanto ao artigo penal, notou-se que as mulheres mais escolarizadas têm mais processos por lesões corporais, e as menos escolarizadas, pelos crimes de ameaça.

Quanto às medidas protetivas, foram as mulheres menos escolarizadas as que mais pediram as medidas. No deferimento, não foram observadas diferenças.

Tanto no comparecimento ao atendimento multiprofissional quanto nas sentenças já proferidas, observamos que as mulheres mais escolarizadas aparecem mais representadas.

Com o intuito de melhor compreender o efeito, independentemente de raça e classe social, nas características das mulheres e dos processos, optamos por realizar uma análise estratificada em que a raça foi analisada agregada à escolaridade – variável mais indicativa de camada social no banco de dados.

Buscaram-se, em primeiro lugar, as diferenças internas no grupo de mulheres brancas e negras por escolaridade; depois, os quatro grupos assim constituídos foram comparados.

9.1.1 Artigo penal

Analisando o crime cometido, não percebemos diferença no estrato das mulheres brancas ($p=0,434$) ou no das mulheres negras ($p=0,114$).

Na análise das mulheres brancas e negras por escolaridade (Tabela 4), porém, notou-se diferença significativa ($p=0,007$), sendo que as mulheres com mais anos de estudo tinham mais processos por lesão corporal, com o predomínio das mulheres brancas. Além disso, as negras com menor escolaridade apareceram mais representadas nos crimes de ameaça.

Mulheres	Lesão corporal		Lesão corporal e ameaça		Ameaça		Agressão física sem lesão corporal		Outros		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Branca com 11 anos ou mais de estudo	209	44,9	97	20,9	78	16,8	10	2,2	71	15,3	465	100,0
Branca com menos de 11 anos de estudo	108	39,6	55	20,1	54	19,8	10	3,7	46	16,8	273	100,0
Negra com 11 anos ou mais de estudo	89	41,6	46	21,5	41	19,2	13	6,1	25	11,7	214	100,0
Negra com menos de 11 anos de estudo	95	31,9	72	24,2	79	26,5	13	4,4	39	13,1	298	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson =27,392.
P= 0,007.

Tabela 4 – Artigos penais nos processos criminais pela Lei Maria da Penha de mulheres negras e brancas segundo a escolaridade. Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

9.1.2 Pedido de medida protetiva

O pedido de medida protetiva pelas mulheres brancas foi analisado não sendo perceptível a diferença por escolaridade ($p=0,123$), já entre as mulheres negras aparece diferença significativa ($p=0,021$). Conforme a Tabela 5, as mulheres negras menos escolarizadas pediram mais medida protetiva do que as negras de escolaridade maior.

Mulheres	Não		Sim		Total	
	n	%	n	%	n	%
Negra com 11 anos ou mais de estudo	127	60,2	84	39,8	211	100,0
Negra com menos de 11 anos de estudo	147	49,8	148	50,2	295	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson = 5,317.
P= 0,021.

Tabela 5 – Pedido de medida protetiva nos processos criminais pela Lei Maria da Penha de mulheres negras segundo a escolaridade. Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

Analisando os dois grupos em conjunto, conforme demonstrado pela Tabela 6, percebemos que as mulheres com menor escolaridade pediram mais medidas protetivas, e entre elas, as negras foram destaque.

Mulheres	Não		Sim		Total	
	n	%	n	%	n	%
Branca com 11 anos ou mais de estudo	276	59,9	185	40,1	461	100,0
Branca com menos de 11 anos de estudo	147	54,0	125	46,0	272	100,0
Negra com 11 anos ou mais de estudo	127	60,2	84	39,8	211	100,0
Negra com menos de 11 anos de estudo	147	49,8	148	50,2	295	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson = 9,263.
P= 0,026.

Tabela 6 – Pedido de medida protetiva nos processos criminais pela Lei Maria da Penha de mulheres brancas e negras segundo a escolaridade. Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

9.1.3 Deferimento da medida protetiva

Quanto ao deferimento das medidas protetivas pedidas, não observamos diferença relevante entre o grupo das mulheres brancas ($p=0,645$) e o das mulheres negras ($p=0,239$), assim como na comparação desses dois grupos ($p=0,582$).

9.1.4 Atendimento multiprofissional

Não houve diferença estatística significativa nos grupos estratificados (brancas $p=0,065$; negras $p= 0,461$), ainda que no grupo das mulheres brancas tenha aparecido uma tendência – mulheres com escolaridade maior foram mais representadas nos grupos que compareceram ao atendimento multiprofissional do setor técnico.

Ao olhar os dois grupos juntos, conforme a Tabela 7, percebemos que as mulheres brancas com escolaridade maior foram as que mais compareceram ao grupo, e as que menos compareceram foram as mulheres negras de escolaridade baixa. Apareceram bem próximas as mulheres brancas com escolaridade baixa e as mulheres negras com escolaridade alta.

Mulheres	Não		Sim		Total	
	n	%	n	%	n	%
Branca com 11 anos ou mais de estudo	285	62,8	169	37,2	454	100,0
Branca com menos de 11 anos de estudo	185	69,5	81	30,5	266	100,0
Negra com 11 anos ou mais de estudo	144	69,2	64	30,8	208	100,0
Negra com menos de 11 anos de estudo	206	72,3	79	27,7	285	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson =8,390.
P=0,039.

Tabela 7 – Comparecimento ao atendimento multiprofissional do setor técnico de mulheres brancas e negras segundo a escolaridade.Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

9.1.5 Os casos já sentenciados

Entre as mulheres brancas, não foram constatadas diferenças importantes segundo a escolaridade ($p=0,412$). Já entre as mulheres negras, observamos que há uma diferença: entre aquelas já sentenciadas, as mulheres negras de escolaridade maior apareceram mais representadas (Tabela 8).

Mulheres	Não		Sim		Total	
	n	%	n	%	n	%
Negra com 11 anos ou mais de estudo	169	79,0	45	21,0	214	100,0
Negra com menos de 11 anos de estudo	256	85,9	42	14,1	298	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson =4,246.
P= 0,039.

Tabela 8 – Casos com sentença nos processos criminais pela Lei Maria da Penha de mulheres negras segundo a escolaridade.Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

Ao analisar as mulheres negras e brancas juntas (Tabela 9), percebemos que a diferença foi mantida: as mulheres brancas de escolaridade maior apareceram mais representadas entre aquelas com sentença já proferida, e as mulheres negras de escolaridade menor como as menos representadas. Novamente, notamos uma

aproximação entre as mulheres brancas de escolaridade baixa e as mulheres negras de escolaridade alta.

Mulheres	Não		Sim		Total	
	n	%	n	%	n	%
Branca com 11 anos ou mais de estudo	354	76,1	111	23,9	465	100,0
Branca com menos de 11 anos de estudo	215	78,8	58	21,2	273	100,0
Negra com 11 anos ou mais de estudo	169	79,0	45	21,0	214	100,0
Negra com menos de 11 anos de estudo	256	85,9	42	14,1	298	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson = 10,883.
P= 0,012.

Tabela 9 – Casos com sentença nos processos criminais pela Lei Maria da Penha de mulheres brancas e negras segundo a escolaridade. Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

9.1.6 Tempo entre o registro da ocorrência e a denúncia do Ministério Público

Não foram encontradas diferenças significativas no estrato das mulheres brancas ($p= 0,081$) ou no das mulheres negras ($p= 0,582$) –, ainda que haja uma tendência entre as mulheres brancas (Tabela 10), em que as de menor escolaridade vivenciaram um tempo um pouco maior de processo. Ao contrastar os quatro grupos, não foram observadas diferenças importantes ($p=0,122$).

Mulheres	Até 1 ano		De 1 a 2 anos		Acima de 2 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Branca com 11 anos ou mais de estudo	279	60,1	133	28,7	52	11,2	464	100,0
Branca com menos de 11 anos de estudo	159	58,9	66	24,4	45	16,7	270	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson = 5,015.
P= 0,081.

Tabela 10 – Tempo do inquérito policial entre mulheres brancas segundo a escolaridade. Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

9.1.7 Tempo entre a denúncia do Ministério Público e a sentença

Entre os estratos das mulheres brancas ($p=0,398$) e das mulheres negras ($p=0,633$) não foram observadas diferenças. Apesar do contraste observado entre elas, na Tabela 2, em que as mulheres brancas viviam tempos menores até a sentença, quando adicionada a escolaridade a essa equação não foram observadas diferenças estatísticas relevantes ($p = 0,071$), apesar de mantida essa tendência – em que as mulheres brancas tiveram um tempo menor até a sentença, independentemente da escolaridade (Tabela 11).

Mulheres	Até 1 ano		De 1 a 2 anos		Acima de 2 anos		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Branca com 11 anos ou mais de estudo	45	41,3	46	42,2	18	16,5	109	100,0
Branca com menos de 11 anos de estudo	27	47,4	18	31,6	12	21,1	57	100,0
Negra com 11 anos ou mais de estudo	9	20,5	26	59,1	9	20,5	44	100,0
Negra com menos de 11 anos de estudo	12	28,6	21	50,0	9	21,4	42	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson = 11,627.
P= 0,071.

Tabela 11–Tempo entre a denúncia do Ministério Público e sentença de mulheres negras e brancas por escolaridade. Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

9.1.8 Tempo total do processo – Do B.O. até a sentença

Novamente, não foi observada diferença no estrato de mulheres brancas ($p=0,254$) e no de mulheres negras ($p=0,428$). Também não foi observada tal diferença na comparação dos grupos por escolaridade ($p=0,202$), apesar de significativa na Tabela 2. Cabe ressaltar que, devido ao baixo número total de mulheres negras de escolaridade baixa com sentença (1), a análise estatística ficou comprometida.

9.1.9 Sentença

Os grupos estratificados não apresentaram diferença significativa (brancas $p=0,367$; e negras $p=0,262$). A comparação entre os dois grupos não apresentou diferença importante ($p=0,075$), porém foi observada uma tendência (Tabela 12): as mulheres negras, independentemente da escolaridade, possuíam mais casos sentenciados como extintos de punibilidade ou absolvidos quando comparados às mulheres brancas.

Mulheres	Condenado		Absolvido/ Extinta punibilidade		Total	
	n	%	n	%	n	%
Branca com 11 anos ou mais de estudo	89	80,2	22	19,8	111	100,0
Branca com menos de 11 anos de estudo	43	74,1	15	25,9	58	100,0
Negra com 11 anos ou mais de estudo	27	60,0	18	40,0	45	100,0
Negra com menos de 11 anos de estudo	30	71,4	12	28,6	42	100,0

Teste de qui-quadrado de Pearson = 6,899.
P= 0,075.

Tabela 12 – Sentença proferida nos processos criminais pela Lei Maria da Penha de mulheres brancas e negras segundo a escolaridade. Vara de Violência familiar contra a Mulher – São Paulo, 2018

9.2 Resultados qualitativos: a rota crítica das mulheres

Neste capítulo, os resultados qualitativos das entrevistas são apresentados em profundidade, com 18 mulheres entrevistadas, sendo nove brancas e nove negras, autodeclaradas. No processo de análise, constituído desde leitura até a impregnação de dados, duas questões se destacaram: a diferença na rota crítica das mulheres brancas e negras, levando também em consideração as diferenças de extrato social; e as violências replicadas nos serviços, configurando uma importante barreira para a garantia dos direitos das mulheres, notavelmente mais presente no discurso das mulheres negras.

Nas entrevistas, ficou evidente que a rota percorrida pelas mulheres na busca de ajuda é diversa e, por vezes, bastante crítica.

Assim como mostra a literatura (Sagot, 2000), o primeiro pedido de ajuda, por tantas vezes chamado de “desabafo”, foi feito com familiares e amigos, sendo reconhecido como um importante suporte para a continuidade da rota. O apoio familiar esteve presente na maior parte das entrevistas. Não pretendemos discutir a questão do papel da família e amigos neste trabalho, embora reconheçamos sua fundamental importância nos casos.

A busca por ajuda formal foi tardia, o que significa dizer que as mulheres já viviam em situação de violência há algum tempo. As mulheres entrevistadas estavam, em grande parte das histórias narradas, há anos em situação de violência antes de buscar ajuda nos mecanismos de proteção do Estado. Sentimentos como vergonha, medo e culpa estavam presentes, em maior ou menor grau, nos discursos de todas as mulheres. Ainda que vergonhas, medos, culpas e julgamentos sejam simbolizados de diferentes formas, eles demonstram o que a literatura já nos disse sobre as barreiras subjetivas para romper com a violência vivida (Terra, 2015) e como elas são construídas na vida social.

Todas as mulheres entrevistadas superaram as barreiras encontradas para denunciar o crime e chegar à fase do processo. Venceram o medo e a vergonha, a ambivalência, e tiveram, em sua grande maioria, apoio familiar e da rede social mais próxima. Mas, quando o assunto é violação de direitos no uso dos serviços, percebemos diferenças entre as experiências vividas pelas mulheres brancas e negras, especialmente no que tange ao acolhimento e ao acesso a informação nos serviços.

As rotas percorridas por cada uma das mulheres entrevistadas e as falas que representam as barreiras enfrentadas, assim como o que facilitou a busca por ajuda e as mudanças percebidas na situação de violência e o risco envolvido, serão apresentadas na sequência.

9.2.1 A rota crítica de Aramides Florença

Aramides, que ao declarar a cor da pele deu nome a esta pesquisa, é uma mulher negra, de 50 anos, e que estudou até a terceira série do ensino fundamental. Parou de estudar em decorrência de uma gravidez, do primeiro marido – de quem é viúva e com quem teve dois filhos, hoje com 27 e 32 anos.

Há seis anos se relaciona com seu companheiro, negro, de 43 anos, período em que coabitam a mesma residência – construída em um terreno sem documentação na

comunidade. Aramides recebe pensão do marido falecido e trabalha, sem registro, em uma escola, 12 horas por dia, de segunda a sábado.

A história de Aramides é diferente da das outras mulheres entrevistadas, pois ainda está na fase de inquérito policial. Encontramo-nos na Vara de Violência Doméstica no momento de sua audiência de justificação, em que ela é ouvida para entender o pedido de medida protetiva e o juiz decidir sobre seu deferimento.

Aramides reportou sofrer violência psicológica do companheiro desde o início da relação, com comportamentos abusivos. Além disso, relatou episódios de violência patrimonial e física.

Relacionou diversos problemas de saúde com a violência vivida, a citar: diabetes, pressão alta e hemorragia vaginal. Descreveu seu acompanhamento clínico em um serviço de atenção primária à saúde, mas relatou que nunca relatou a violência vivida ou foi questionada a esse respeito.

Seu processo criminal foi referente a uma lesão corporal com agravante do contexto das relações domésticas, além dos crimes de ameaça e injúria.

A Figura 1 representa a rota crítica que Aramides percorreu na busca de ajuda para romper com a violência, marcada pela sensação de não compreender as informações solicitadas nos serviços e sentir-se tratada com descaso.

A primeira vez que Aramides procurou a Delegacia de Defesa da Mulher – DDM, após ser ameaçada de morte e sofrer violência psicológica em diversos episódios, teve o registro do boletim de ocorrência negado.

Três dias depois, após sofrer violência física, procurou outra delegacia, dessa vez não especializada, para o registro do B.O. Ainda que as medidas protetivas tenham sido oferecidas, foi desencorajada a pedi-las:

Eles falaram [sobre as medidas protetivas], mas falaram assim, que não sabia como que agia. (...) Eles não sabiam. (...) Aí ele falou assim: “Mas você tá...? Mas a coisa é demorada. Você vai procurar?”. (Aramides)

Cabe ressaltar que as medidas protetivas, tratando-se de um mecanismo de proteção de urgência, devem ser enviadas ao juiz, que tem o prazo de 48 horas para emitir parecer: deferir ou indeferir.

Figura 1 – A rota crítica de Aramides Florença

Aramides relatou o desejo de se separar e tinha muitas dúvidas sobre o processo e a divisão dos bens. Ao procurar a Vara de Família, não foi bem informada e teve a sua rota dificultada, visto que precisou voltar diversas vezes aos serviços, sentindo-se “jogada igual a uma peteca”. Eis aqui um exemplo da dificuldade da efetivação da Lei Maria da Penha na prática, que prevê a atuação cível e criminal com a criação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Eu não sei como é que funciona. Ninguém explicou. [falando sobre o processo na Vara da Família] Só falou assim, que lá eles não “podia” fazer nada porque lá eles não têm acompanhamento se ele vai chegar perto de mim ou não. Que eles não “podia” fazer nada. (Aramides)

Eu vim antes, pra falar a mesma coisa, que eu tinha ido lá, que eles “tinha” me mandado pra cá, aí e eles “fez” um monte de papel e mandou eu ir lá de novo, na outra, na da família. Aí eu fui, aí eles “perguntou”: “Ah, mas ninguém mandou nada? Você deu os ‘papel’ lá pra ele?” Eu falei: “Dei!” / “Aí o que eles fizeram?” Eu falei: “Escutaram, igual você tá escutando.” / “Ah, não. Você leva esse papel, pede pra eles ‘assinar’ e aí, quando você ‘vim’ aqui aí você traz de volta.” (...) Saí de lá chorando. “Aí, gostaria de te ajudar, mas eu não posso fazer nada. (Aramides)

Ao ser intimada para a audiência de Justificação, Aramides foi surpreendida pelo pedido do Oficial de Justiça:

Me ligaram e falaram assim comigo: “Ai, eu não consegui falar com ele. Tem como você falar com ele que tem uma... uma audiência? – segunda-feira”. Eu falei: “Tá. Eu aviso pra ele. Só que ele já tá me agredindo sem saber nada. E se ele saber e ele me matar, quem vai resolver?” – eu falei com o rapaz. Aí desligou e não falou mais nada. (...) Mas se fosse uma pessoa rica, uma pessoa que tivesse alguma coisa, eu acho que teria já sabido, né? Já tinha “descobrido” aonde tava, como é que é. (Aramides)

A fala anterior expressa também a percepção de Aramides sobre o acolhimento recebido nos serviços (por ser uma mulher de um extrato social baixo, é atendida com “descaso” (sic)).

Aramides não se sentiu segura ao procurar ajuda e expressa vergonha em dar continuidade à sua rota.

Não fica claro e você não se sente segura, entendeu? (...) Eu tô sentindo até vergonha de procurar. (...) É perigoso ele me matar e eu ficar como a culpada de tudo. (Aramides)

9.2.2 A rota crítica de Natalina Soledad

Natalina tem 38 anos, é uma mulher negra que cursava o ensino superior no curso de direito, mas precisou trancar em razão dos conflitos na relação. Tem dois filhos de um relacionamento anterior, um de 20 e o outro de 13 anos. Estava desempregada no momento da entrevista.

Com o ex-namorado, branco, de 30 anos, teve uma relação por um ano e oito meses e sua terceira filha, com 4 meses de vida, é fruto desse relacionamento. Atualmente, mora com a mãe, o irmão e os filhos.

Relatou que a relação foi conturbada desde o início, já que o ex-parceiro era usuário de drogas e tinha internações recorrentes. Mencionou comportamentos abusivos, motivados por ciúmes – entendidos por ela como “coisa da cabeça dele”.

A sua família era contra esse relacionamento, o que foi sentido por Natalina como mais uma barreira para conseguir se desvincular dessa relação abusiva, em especial após descobrir a gravidez.

Após o registro do B.O., vivenciou repetidas separações e reconciliações. No momento da entrevista, relatou ter conseguido se separar e não estar mais vivendo uma situação de violência.

Relacionou os diagnósticos recebidos de síndrome do pânico e depressão pós-parto à violência doméstica vivida. Descreveu viver um acompanhamento acolhedor com psiquiatra da atenção primária à saúde, com quem conversava sobre a violência vivida.

Seu processo criminal foi referente a uma lesão corporal com agravante por tratar-se de crime no contexto das relações domésticas. Observa-se na Figura 2 a rota crítica percorrida por Natalina.

Figura 2 – Rota crítica de Natalina Soledad.

Quando abordada pela polícia após a agressão, teceu comentários sobre o medo por ter sido conduzida para o hospital na mesma viatura que o agressor.

É, eu me senti meio estranha, né? Eu... Me senti um pouco insegura, embora tenha uma proteção, mas ele me xingava ainda muito. Ele me xingava muito na viatura! Chegou a ameaçar também. (...) Tava eu, a testemunha e ele na mesma viatura. Só que ele no chiqueirinho e a gente aqui, sentada. (Natalina)

Natalina falou na entrevista da surpresa ao descobrir que estava grávida e do desejo de retirar o processo, dado que não foi informada sobre a queixa incondicionada na delegacia. Ao procurar o fórum criminal para receber informação, foi constrangida por um funcionário.

E aí eu fui no Fórum da Barra Funda e pedi... pedindo uma orientação, né? (...) E não tinha, né? Não tinha como tirar o processo, então eu deixei acontecer. (...) Eu tive que olhar com a cara, com o olho preto, desse tamanho. Então isso pra mim foi horrível! Nem pra mim eu tava me olhando no espelho sem óculos, aí eu tive que andar no Fórum? Então foi horrível. Pra mim, foi horrível.(...)“Eu não quero. Eu tô... não quero me expor. Eu não quero.” / “Não, não pode. Aqui não pode andar de óculos.” (Natalina)

Ao procurar o Centro de Referência da Mulher para pedir apoio sobre a gravidez, sentiu-se julgada, interrompendo sua rota novamente.

Eu não sei nem te explicar o que é que eu senti porque eu fui pra pedir ajuda. “Como que eu faço? Eu quero tirar a medida protetiva. Eu preciso contar pra ele que ele vai ser pai.” Aí acho que ela deu uma lida no processo e falou: “Você vai ter esse filho? Tem certeza que você vai ter?” Então eu fiquei muito...Quer dizer, eu já não tava tendo apoio da minha família, meus amigos se afastaram de mim, porque o relacionamento que eu tive foi um relacionamento abusivo. (...) eu fiquei um tempo sem vim (...) por conta de um medo mesmo, já, de um julgamento. Eu fiquei um tempo sem ir, depois eu comecei a ir de novo. (Natalina)

Ainda que com as medidas protetivas concedidas em seu favor, Natalina relatou não se sentir segura, dado que seu contexto não foi avaliado. Além disso, falou do medo após ele ter sido solto.

Me deram uma Protetiva de 300 metros. A casa dele pra minha não dá 300 metros, então... sabe? [Risos] Então, assim, não me deixa nem um pouco protegida, não. Não senti nenhuma proteção. (...) Mas o sistema não funciona, né? (...) Então ele foi preso, no dia seguinte ele foi solto. (...) Me deixou com mais medo! No outro dia ele tava solto. Depois eu encontrei ele várias vezes, poderia ter acontecido. Ele teria... Ele teria tido a oportunidade de... de me fazer alguma coisa se quisesse, né? (Natalina)

9.2.3 A rota crítica de Shirley Paixão

Shirley é uma mulher negra, de 30 anos, que completou o ensino médio. Atualmente, está desempregada e mora com a mãe e os quatro filhos, de 12, 9 e 6 anos e um bebê de 4 meses.

Relata que morou com o ex-companheiro, contra quem tem o processo criminal, por cerca de um ano e “pouquinho” – período em que se relacionaram afetivamente. Com ele, teve um filho que, na época da entrevista, tinha 6 anos. Descreveu uma relação difícil e que ele era muito nervoso, principalmente após ela descobrir que ele fazia uso de substâncias psicoativas, o que gerou ainda mais conflitos.

Shirley comentou que, depois que teve essa relação, ficou mais “nervosa e estressada”. Nunca foi questionada ou sentiu abertura para falar sobre o assunto no serviço de atenção primária à saúde em que faz acompanhamento clínico.

Após o início de sua rota institucional, Shirley conseguiu romper com a relação. Inclusive, no momento da entrevista, relatou que estava se relacionando com outra pessoa, pai de seu filho mais novo.

Seu processo criminal foi referente a uma lesão corporal com agravante por tratar-se de crime no contexto das relações domésticas. A rota crítica de Shirley é ilustrada na Figura 3.

Figura 3 – Rota crítica de Shirley Paixão.

Ao acionar a polícia em sua residência após as agressões físicas e ameaças recebidas de seu então companheiro, Shirley ficou cerca de três horas aguardando a

ajuda— que não chegou. Cabe ressaltar que, durante a entrevista, ficou aflita ao lembrar que, naquele período, o filho do casal, à época com 9 meses de vida, estava trancado na casa junto ao pai.

A mulher falou: “Ah, nós não temos viatura pra esse local”. Eu falava: “Moça, é urgente!” / “Nós não temos viatura disponível pra esse local.” – e a delegacia era coisa de 15 minutos. (...) Na hora eu falei: “Não é possível que não tem uma viatura aqui pra atender um chamado!” Eu falei: “Então se eu tivesse que morrer, eu morria!” Eu fiquei assim, decepcionada com a polícia, porque demorou demais! Pra dizer a verdade, demorou tanto que nem foi! Só foi depois que eu fui buscar. (Shirley)

Na busca por ajuda institucional, Shirley teve sua rota interrompida pela polícia, que não apareceu, e por duas delegacias que se recusaram a registrar o seu B.O. Ainda que tenha recebido atendimento e registrado o B.O. na Delegacia de Defesa da Mulher, não foi informada sobre a lesão corporal ter seguimento criminal sem que a mulher precise representar a denúncia. No dia em que foi entrevistada, mesmo dia de sua audiência, permanecia sem entender o procedimento.

Tanto é que quando chegou depois esse papel, eu até achei estranho. Eu falei: “Nossa, mas eu não levei pra representar!” Até ele eu acho que achou estranho. (...) Eu não levei o processo pra frente. O processo acabou indo pra frente por ele próprio, ou a delegacia que colocou. Não fui que eu representei. (Shirley)

9.2.4 A rota crítica de Maria do Rosário

Maria do Rosário é uma mulher negra e a mais jovem entrevistada desta pesquisa, com 23 anos. Concluiu o ensino médio e, à época da entrevista, estava desempregada. Atualmente, mora com a mãe o filho de 9 meses, fruto de um relacionamento posterior ao início do processo.

Esteve em uma relação afetiva com seu ex-namorado, homem branco, de 24 anos, por oito meses – período em que relata comportamentos controladores, relacionados a crises de ciúmes. Após a separação do casal e de sucessivas negativas expressas por Maria do Rosário às tentativas de reconciliação, ocorreu um episódio de violência física em uma festa. Cabe aqui exaltar que a lesão corporal provocada foi classificada como grave pelo médico legista do Instituto Médico Legal.

Após o início do processo, o ex-namorado não entrou em contato com Maria do Rosário. Seu processo criminal era referente à lesão corporal que resulta em deformidade permanente, com agravante por tratar-se de crime no contexto das relações domésticas. Sua rota crítica é descrita na Figura 4.

A história de Maria do Rosário foi marcada pela busca por ajuda nos serviços de saúde para cuidar das marcas físicas deixadas pela violência física sofrida. O hospital foi a primeira instituição procurada por ela, logo após a violência.

Me perguntaram e eu expliquei que foi agressão, que eu tava num pagode e ele me pegou... (...) O profissional ficou bem assim: “Nossa, ele acabou...” Ele falou pra mim: “Ele acabou com a sua cara!” (...) Ele falou: “Sua boca nunca vai voltar a ser como era antes”. (...) Eu fiquei muito assustada, porque quando eu cheguei em casa eu não me olhei no espelho. (...) Sabe aquela luz do dentista que eles têm um negocinho? Foi por lá que eu me vi, e aquilo pra mim foi o fim! (...) Sabe quando você se olha e você não se reconhece? Eu tava assim. (Maria do Rosário)

Nessa primeira passagem pelo hospital, na época com 21 anos, Maria do Rosário foi impedida de ligar para sua mãe.

Não deixaram eu ligar pra minha mãe porque eu era maior. Pra eu fazer a cirurgia, né? Porque eu tava morrendo de medo, porque eu já passei dor a noite inteira, eu tava sozinha! (Maria do Rosário)

Figura 4 – Rota crítica de Maria do Rosário.

Na delegacia, sentiu-se bem tratada. Não foi informada sobre o deferimento das medidas protetivas, o que, além de não promover segurança a ela, limitou seu repertório de vida.

Me ofereceram, eu falei que queria, mas não explicaram o que era, e nem me falaram se eu ia ter direito ou não. (...) Eu fiquei sabendo aqui, mês passado, que eu tinha medida protetiva. (...) Eu fiquei com medo de sair sozinha. Eu não saía. E se eu soubesse que eu tinha a medida protetiva, eu acho que ia me dar mais uma segurança, sabe? Tipo assim: vou retomar a minha vida, vou procurar um serviço. Mas demorou quase um ano pra eu voltar a minha vida ao normal mesmo. (Maria do Rosário)

Durante o tratamento no ambulatório do bucomaxilo, passou por nova violência.

(...) eles te dão uma anestesia no céu da boca, o resto você sente tudo! Então eu já ia pra lá com aquele pânico: “Eu vou sentir dor. Eu vou sentir tudo!” – sabe?E era uma dentista super grossa! (...) Eu falava assim: “Ai, tá doendo.” Ela: “Ai, se você não parar eu não vou conseguir terminar sua cirurgia”. E eu tinha que chorar lá quieta pra terminar logo, porque quanto mais eu ficava me mexendo, mais demorava. (Maria do Rosário)

Após um ciclo de desinformação sobre a gratuidade de seu tratamento, e já passado um ano desde a agressão, Maria do Rosário foi forçada a interromper o tratamento e deu continuidade em um dentista da rede privada.

Eles fizeram do jeito deles, sabe? Minha boca ficou torta, eles colocaram mais enxerto de um lado e menos do outro e a minha gengiva ficou “assim”, ó! Então meu dentista teve que abrir tudo, tirar tudo que eles colocaram e fazer tudo de novo. (...) ele caiu do céu, porque ele é um dentista maravilhoso! Toda a vez que eu ia lá e eu falava que eu sentia dor ele me dava anestesia. A minha cirurgia durou 4 horas e meia. (Maria do Rosário)

Maria do Rosário também reconheceu o serviço de atenção primária como um importante lugar de acolhimento. Relatou que teve quadro de depressão após o ocorrido e que buscou a enfermeira que já a acompanhava em sua UBS.

Ela me amparou de um jeito que eu não imaginava. Por ser um posto de saúde, ela ficou umas duas horas conversando comigo, e um monte de gente pra ser atendida lá fora. Ela me deu uma atenção! –que eu esperava que fosse dada no bucomaxilo, na delegacia, no IML, sabe? (...) Todas as vezes que eu precisava, porque me dava crises de pânico, eu ia lá. Toda a vez. (...) Ela é enfermeira. (Maria do Rosário)

9.2.5 A rota crítica de Lia Gabriel

Lia Gabriel é uma mulher negra, com 29 anos de idade, e que recentemente ingressou na faculdade no curso de pedagogia. Atualmente, trabalha como vendedora e mora sozinha. Está noiva de um rapaz, em uma nova relação, a quem se referiu com carinho ao longo da entrevista e em diferentes momentos fala da construção de uma relação não violenta.

Seu ex-companheiro, homem branco, de 37 anos, é a pessoa contra quem tem o processo por injúria na Lei Maria da Penha. Ficou em um relacionamento com ele por oito anos, entre idas e vindas, e relatou ter vivido violência psicológica e sexual durante a relação. Após o término, ele a perseguiu, e foi quando ela decidiu registrar o primeiro B.O.

Relatou ter vivido um quadro de depressão, que relacionou com a violência vivida. Buscou ajuda na UBS em que fazia acompanhamento, era questionada sobre como eram as coisas em casa, mas sentia vergonha de se abrir completamente.

A Figura 5 representa os serviços e as respostas encontradas por Lia Gabriel.

Figura 5 –Rota crítica de Lia Gabriel.

Destacamos aqui o racismo no contexto da violência doméstica vivido por Lia Gabriel.

Tanto é que no meu relacionamento eles tinha preconceito, tanto que eles xingavam por causa da minha mãe e minha avó “ser” negra – minha família ser negra, né? (...) o juiz determinou que eu fosse levar na casa da bisavó – a criança, né? E aí eu sempre... toda a vez que eu ia era um xingamento. “Ah, cadê sua mãe?”. “Ai tá lá no caixão se debatendo, aquela macacona”. Sempre assim, entendeu? (...) Tudo bem, ali, naquela hora, eu engolia a seco, depois eu chorava, chorava, chorava, porque eu não tinha quem me defendesse. Aí eu levei testemunha e gravei e fiquei na minha como eu sempre ficava, e foi aí que eles começaram: “A sua mãe é uma macacona vagabunda. A sua mãe não presta, ela não gosta de você” – falando pro meu filho isso. Uma alienação, né? (Lia Gabriel)

Lia Gabriel chegou a ser ameaçada em outras ocasiões, juntamente com os crimes racistas, porém não havia sido informada sobre a necessidade de representar a queixa para dar continuidade ao processo.

É. Tanto é que eu não sabia que eu teria que representar o B.O. (...) Não me avisaram [na delegacia]. (...) Mas eu não representei por conta de não saber. (Lia Gabriel)

Foi somente quando contratou uma advogada particular, por sentir-se lesada no processo da Vara de Família, que ficou sabendo sobre a representação. O caso de Lia Gabriel é mais um exemplo de violação de direitos, também atrelada ao fato de a Vara de Violência Doméstica não atuar nos casos cíveis, como previsto na legislação.

Eu estava trabalhando e os vizinho me ligaram. Cheguei em casa, tinha oficial de justiça, o advogado dele, tinha a polícia... (...) Eles não me deram mandado na hora pra eu lê e, depois, eles me deram o mandado, só que eu não tinha cabeça pra lê, então eles falavam: “De 15 em 15 dias a sua mãe vai pegar você e sua vida vai continuar a mesma coisa. E na hora que você quiser vê sua mãe você pode falar que eu vou te trazer”. Até então eu achava isso também, né? Depois o advogado conversou com o policial e o policial veio e conversou comigo: “Olha, se você não levar o seu filho você vai se prejudicar”. Eu tentava ligar pra minha advogada e não conseguia contato... Comecei a chorar e falei pro oficial: “Como que uma mãe perde a guarda, sendo que cuida do filho, e o pai tem três passagens?” (...) depois meu namorado leu o mandado. Ele falou: “Ó, você sabe que você não tá podendo vê seu filho? (...) Durante 30 dias você não pode nem ligar e nem chegar perto do seu filho”. (...) e esse 30 dias faz seis meses hoje que eu não vejo meu filho. (Lia Gabriel)

Lia Gabriel também relatou que em seus relatórios, feitos por uma psicóloga a pedido do juiz, constam dados errados e chegou a ter um dos seus relatórios arquivados em outro processo.

Alienação parental. Duas psicólogas “dizia”: “Não existe alienação parental”. A última já... que era fora do Fórum, mas foi de mandado do juiz, pegou e falou que existe alienação parental, que eu não me conformava de o pai ter outra família, sendo que eu tenho meu namorado. E lá ela coloca que eu não tinha namorado, ela coloca que minha morreu de câncer, sendo que minha mãe não morreu de câncer. Só que a minha advogada não contestou. (Lia Gabriel)

Falou, em diferentes momentos, que não compreendia as ações decorrentes do processo, tanto cível como criminal. Além disso, relatou não se sentir escutada nesses serviços.

Eu acho que em todos os processos tudo o que eu falo, eu não sei qual que é a vela que se acende! Porque em tudo que eu falo nada tem efeito, nada tem... E olha que eu tenho os elementos, tenho foto (...)Eu tenho todos esses elementos e eu não vejo voz nenhuma. (Lia Gabriel)

9.2.6 A rota crítica de Mary Benedita

Mary Benedita é uma mulher negra, natural de Pernambuco, de 28 anos de idade. Estava no primeiro ano do ensino médio quando parou de estudar. Mudou-se para São Paulo com o atual marido, cerca de um ano após registrar o boletim de ocorrência. Mora com o marido e três filhos: um de 13 anos e um de 11 anos, fruto do primeiro casamento, e um bebê com 1 mês de vida. Trabalha registrada como empregada doméstica, de segunda a sexta.

Conheceu seu ex-marido, um homem negro, de 38 anos, quando era adolescente. Ainda tinha 14 anos quando começou a namorá-lo. Havia terminado a relação, mas após ele contar à sua mãe que perdera a virgindade com ele, foi forçada a se casar.

Relatou que, no início, a relação era boa, mas que logo ele começou a demonstrar comportamentos controladores, pois a impedia de estudar, trabalhar e só podia sair de casa quando ele estivesse presente, inclusive para a casa de parentes. Ele ameaçava matá-la, assim como a seus filhos.

Não associou nenhum sintoma de saúde à violência vivida. Relatou que, tanto em Pernambuco quanto em São Paulo, nunca foi questionada sobre sua relação com o marido nos serviços de atenção primária em que fez acompanhamento.

A rota crítica de Mary Benedita é ilustrada pela Figura 6.

Figura 6 – Rota crítica de Mary Benedita.

A rota de Mary Benedita foi curta no sentido da procura por serviços, mas longa no tempo de duração do processo: nove anos. Ainda que o tratamento recebido nas instituições tenha sido bom, a falta de informação restringiu as possibilidades de ela continuar a estudar, relatado na entrevista como um projeto que não pôde ser concluído.

Não explicaram nada. Nada, nada [falando da medida protetiva]. Só perguntaram onde ele morava, o nome dele e pediram os dados dele, e a gente foi na hora atrás dele. Mas não explicaram nada.(...)Seria, seria diferente porque assim, eu ia me sentir protegida, né? Eu não teria saído da escola. Porque qualquer momento se eu visse ele perto de mim eu ligava e tinha certeza que alguém ia chegar e ia levar ele, tirar ele de perto de mim. Mas como eu não fui informada, então eu falei: “Ah, não vou estudar mais”. Eu não... Eu não saía mais, ficava só em casa. (Mary Benedita)

Ainda no momento da entrevista, Mary Benedita não tinha conhecimento sobre os mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha, que foram explicados pela entrevistadora. Além disso, relatou o medo e a falta de segurança sentida por ela após registrar o B.O. É interessante se atentar para a sua fala em que indica a relação com o atual marido como uma possibilidade de proteção – talvez a única, visto que não foi informada sobre os mecanismos de proteção.

Eu não dormia à noite, que eu ficava com medo dele ir lá na minha porta, ou fazer alguma coisa; arrombar, fazer alguma coisa comigo. Aí depois eu falei: “Não, eu vou...”. Aí foi quando eu não... Eu não queria me envolver com ninguém, sabe? Mas eu falei: “Não, eu vou ter que arrumar alguém pra me proteger”. Aí foi quando eu me envolvi com o meu atual marido, e a gente tá até hoje junto. (Mary Benedita)

No caso de Mary Benedita, ainda que ela tenha apontado para a lentidão do processo, sentiu que “a justiça está sendo feita”. Quando questionada sobre o papel dos serviços de saúde no enfrentamento da violência doméstica de gênero, falou de suas expectativas.

Se eu chegasse tipo no postinho lá no dia de alguma consulta e eles “procurasse” saber como era o meu dia a dia, como... fizesse algum tipo de pergunta, se eu vivia bem com o meu marido, se eu era feliz – alguma coisa. Se tinha alguma coisa que... que eu não gostasse que tivessem fazendo comigo. Eu acho que seria importante se eles se... Apesar que ninguém tem obrigação de fazer isso, né? Eu acho. Sei lá! Mas pelo menos puxar conversa, procurar saber de alguma coisa. (...) Então. Porque assim, o povo fala assim: “Ah, não é obrigação minha. Não é da minha conta. O que me interessa é só minha mulher, meus ‘filho’ e pronto. A tua vida não me interessa”, entendeu? Ah, eu acho isso. Mas eu acho que é importante sim procurar saber, procurar... (Mary Benedita)

9.2.7 A rota crítica de Rose Dusreis

Rose Dusreis é uma mulher negra, de 28 anos, com ensino médio completo. Atualmente, está desempregada e vive com o filho de 11 anos.

Relatou que interrompeu os estudos ao descobrir que estava grávida e, ao completar 18 anos, decidiu voltar a estudar – momento em que a violência começou. O seu então companheiro não aceitava que ela fosse estudar e a proibiu de trabalhar. As agressões verbais e físicas eram frequentes, em especial após o uso de bebida alcoólica. Rose Dusreis fala da procura por emprego, do trabalho como operadora de caixa até

conseguir juntar dinheiro como parte de seu planejamento para possibilitar o rompimento da relação.

Falou que se sentia muito sozinha, ainda na relação. Não apontou nenhum sintoma que se relacione com a violência vivida e disse nunca ter comentado sobre a situação com um profissional de saúde. A Figura 7 representa sua rota crítica percorrida na busca por ajuda.

Figura 7 – Rota crítica de Rose Dusreis.

Rose teve processo por lesão corporal e ameaça. Ainda que tenha passado no atendimento do setor técnico da VVDF-Oeste, descrito pelas mulheres como espaço para informação, no momento da entrevista relatou não ter sido informada sobre a lesão corporal configurar ação pública incondicionada, demonstrando surpresa à pergunta.

Não dá pra tirar? Então esse processo vai rolar por anos? Ele pode ser preso?
(Rose Dusreis)

Além disso, relata sua sensação de insegurança após o início do processo. Cabe ressaltar que, em sua primeira passagem pela delegacia, quando estava se relacionando com o agressor, não foram oferecidas medidas protetivas. Na segunda vez em que procurou a delegacia, após nova agressão física, não pediu protetiva, já que à época estava em um novo relacionamento e prestes a mudar de cidade.

Em nenhum momento! Eu vou ser sincera: eu não me senti protegida (...) Se eu tivesse que ter morrido nesses oito “ano”, eu tinha morrido, ninguém nem ia saber! (Rose Dusreis)

Apesar de ressaltar a demora para a conclusão do processo e a descrença na legislação, falou que acionar a lei a ajudou.

Ajudou, moça. Porque, assim, se eu tivesse tirado o processo dele naquela época, ele teria me batido de novo, porque ele não aceitava a separação. Ele ia atrás de mim, ele ficava me infernizando; brigando, me infernizando...
(Rose Dusreis)

9.2.8 A rota crítica de Regina Anastácia

Regina Anastácia é uma mulher negra, de 50 anos, com ensino médio completo. Mora com seu filho de 19 anos e trabalha como autônoma, confeccionando e dando aulas de artesanato.

Esteve casada por 28 anos com um homem, branco, de 48 anos, contra quem teve o processo criminal. Relatou uma história longa de violência psicológica e física, que data desde o início de seu casamento.

Regina Anastácia também tem uma história longa na busca pela garantia de uma vida sem violência, tendo mais de 50 boletins de ocorrência registrados nesses 28 anos. Sua narrativa é especialmente interessante, visto que viveu a Lei 9.099/95 e a transição para a Lei Maria da Penha, por meio da qual finalmente conseguiu romper com a situação de violência. De todos os B.O. registrados, teve seu primeiro processo judicial apenas após recorrer ao Ministério Público – pelo acaso de ter achado um folheto informativo.

Regina Anastácia relacionou as questões de saúde, como pressão alta e alergias, com a violência doméstica que viveu e relata que chegou, inclusive, a ser hospitalizada em um quadro grave decorrente dessas alergias.

Por muitos anos fez acompanhamento em serviço de atenção primária, no entanto, como não recebeu apoio quando a violência doméstica foi relatada, rompeu a relação com o serviço, após um histórico de violência institucional.

A Figura 8 representa a rota percorrida por Regina Anastácia na busca por ajuda.

Figura 8 – Rota crítica de Regina Anastácia.

Novamente, como na história de Lia Gabriel, a entrevistada sofreu racismo pelo ex-companheiro, no contexto da violência doméstica.

Quando a gente brigava, ele me chamava de macaca, preta, ele falava assim: “Ah, não presta mesmo a raça dela, raça de desgraçada. Não presta ninguém, tem que morrer tudo mesmo”. (...) Ele falava quando a gente discutia ou quando ele tava alcoolizado, ele falava: “Ah, tua raça. A tua mãe era preta mesmo, preto não presta, preto tem que tudo morrer mesmo. Por isso que você é assim”. E outras “besteira” que eles “fala”. E como eu escuto até hoje várias “coisa”. (Regina Anastácia)

Em um dos momentos em que foi registrar o B.O. em uma delegacia de polícia, relatou ter sido surpreendida pelo escrivão, que a assediou sexualmente.

Na época, ele falou, assim, que eu era bonita, se eu realmente não tinha mais nada com o meu ex-marido, e se eu não queria dar uma volta e não sei o que lá, e ele falou que eu tinha uns seios bonitos e se eu não queria mostrar pra ele. (Regina Anastácia)

Após 2006, início da Lei Maria da Penha e dos mecanismos de proteção à mulher, relata que as medidas protetivas nunca foram oferecidas. Ressaltou que a delegacia sempre foi um espaço de violência institucional, também ligada à desinformação.

Nunca ofereceram medida protetiva! (...)Na delegacia eu nunca recebi nenhuma informação! Sempre fui muito maltratada (...)Porque em lugar nenhum eu fui informada!” (Regina Anastácia)

Regina Anastácia contou que a sua “vida mudou” após uma reunião que ocorreu no fórum e, desde então, procura o Ministério Público para a denúncia, evitando a etapa da delegacia.

Não sei onde que eu estava, uma vez eu peguei um folheto. (...) E eu peguei um folheto e fui ler, e era justamente sobre isso, sobre a Maria da Penha. E aí tava dizendo que aqui no Tribunal ia ter uma reunião com as mulheres que sofriam esse tipo de situação, e eu me interessei. (...)E foi o que mudou minha vida. (...) Fui tratada com ser humano, como gente, me trataram super bem! Que eu sai daqui até, assim, sabe quando você fica “meia” passada? Eu falei: “Não, meu Deus, isso não existe! Tanta educação, tanta gentileza, tanta preocupação”.Fiquei, assim, “meia”... Falei até: “Não, não pode ser”. Mas continuei vindo. (Regina Anastácia)

Em sua narrativa, falou do tratamento recebido. Faz-se necessário atentar para a sua sensação de se sentir escutada finalmente e de não mais se sentir sozinha.

Eu gosto muito daqui, eu acho que eles te tratam muito bem, resolve seu problema. Eu me sinto segura, hoje eu me sinto amparada, não me sinto sozinha. É bem isso o que eu falo pras pessoas, não me sinto mais sozinha, não me sinto... Me escutaram, não me trataram mal, me olharam com os olhos “normal”, não como uma pessoa “Ah, um extraterrestre, uma mulher que tá apanhando que não sei o que”, não me senti julgada, condenada. (...) Então, eu acho que eu tive acesso à informação, fui bem tratada, me senti à vontade pra falar do meu caso e tive suporte, e resolveu. Só foi aqui que resolveu, quer dizer, se eu tivesse procurado aqui... Eu sinto muito, lamento muito de não ter pegado um folheto daquele antes, eu não tinha sofrido 28 anos, né? (Regina Anastácia)

Regina Anastácia falou da medida protetiva e da diferença de tratamento sentida quando precisava acionar a polícia após o deferimento em seu favor.

Porque toda vez que eu chamava a polícia, a polícia ria da minha cara e falava: “Você quer que eu faça o quê?”. Ficava contra a mim e a favor dele! (...) Aí, quando a juíza me deu a medida protetiva minha vida mudou (...) Se você quiser falar alguma coisa com policial, se você falar que você não tem a medida protetiva ele nem te dá atenção, tipo: “Ah, você tá nisso porque você tá gostando, você não tá fazendo nada”. (Regina Anastácia)

Após descumprir as medidas protetivas, o seu ex-marido foi preso em diferentes ocasiões. Em uma delas, Regina foi avisada de que seria informada quando ele fosse solto, o que não aconteceu – colocando-a e a seu filho em uma situação de alto risco.

Ele foi preso uma vez, foi solto. Foi preso de novo. Na segunda vez falaram que iriam me informar quando ele seria solto. Uma vez eu tava em casa, e aí tocou a campainha, eu fui atender (...) Então, quando ele veio entrando, assim, eu falei: “Mas quem que é?” E meu filho veio e falou: “Mãe, é o pai. Você não tá vendo que é o teu marido?”. (...) E aí, eu não acreditei, eu falei: “Olha que perigo!”. Ninguém me avisou nada. (Regina Anastácia)

Quanto à assistência em saúde, relatou uma prática estritamente biomédica e medicalizadora, falando do desinteresse que sentia dos profissionais em saber de sua história, preocupados apenas com o controle dos sintomas.

Não falei porque também senti que ela não tava interessada na minha história. Ela tava interessada em resolver o problema dela, que ela não tava conseguindo resolver o meu problema de que eu tava com várias coisas, assim, sentindo várias coisas, ela não tava conseguindo com os remédios, com as coisas. (Regina Anastácia)

Chegou a ser encaminhada para o atendimento com psicólogo, a quem relatou sobre a violência vivida – não recebendo a atenção devida. Logo depois,

foi encaminhada para a psiquiatria, recebendo o diagnóstico de bipolar. Recusou-se a tomar a medicação prescrita, visto que tal conduta nunca foi discutida com ela.

Como ela é psiquiatra ela poderia ter conversado comigo: “por que você não tá tomando?”. Entendeu? Eu ia falar pra ela: “Não, eu não me sinto à vontade de tomar remédio que eu não preciso disso, eu não sou louca, eu não tenho...”. Não que seja louca quem precisa tomar isso. Eu não sou bipolar. Eu falei: “Eu tô com um problema na minha vida, um problemão!”. (Regina Anastácia)

9.2.9 A rota crítica de Adelha Santana Limoeiro

Adelha Santana Limoeiro é uma mulher negra, de 38 anos, com formação técnica em enfermagem – área em que atua hoje, trabalhando em esquema de plantão em dois locais. Atualmente, mora com os três filhos, de 18, 11 e 9 anos.

Com a pessoa contra quem tem o processo criminal, homem branco, de 44 anos, teve uma relação por cerca de seis meses, marcada por violência psicológica e constantes ameaças, de morte e de expor fotos íntimas – que acabaram sendo divulgadas por fim. Ele a perseguiu em seu trabalho e chegou também a assediar suas colegas.

Durante o início da busca por ajuda, Adelha chegou a tentar suicídio pela ingestão de remédios. Foi acolhida pelo médico em seu trabalho e afastada nesse período.

Teve seu processo por ameaça e por perturbação da tranquilidade. Observou-se que sua rota, representada pela Figura 9, iniciou com uma passagem pela delegacia normal, em que sofreu violência institucional e não foi informada sobre medidas protetivas. Na segunda delegacia que procurou, porém, após ser bem acolhida e receber informação, conseguiu ter uma rota menos tortuosa comparada à das outras mulheres.

Adelha é a terceira mulher que relatou sofrer racismo no contexto da violência doméstica, falando ainda do impacto na sua auto imagem. O parceiro, por várias vezes, dizia a ela:

“Você fede, você é negra, você fede, sua vagina fede.” Tem um estereótipo que a mulher negra exala um odor pela vagina... (...) Eu lembro que uma vez eu comprei tudo quanto foi tipo de sabonete íntimo, eu lembro que eu gastei horrores com Natura e Boticário. E era algo que eu tinha que deitar e eu tinha que me sentir limpa e cheirosa, mesmo que eu soubesse que eu não tinha nenhuma doença. Exame ginecológicos todos em dia, sempre, eu chegava...

A gente tem que fazer o Papa Nicolau uma vez por ano, eu ia antes, a ponto do meu ginecologista dizer: “você não tem nada”. Chegar a esse ponto, pra provar que eu não tinha mau cheiro, que a cor da minha pele não exalava mais ou menos cheiro do que a cor da pele de outra pessoa. (Adelha Santana Limoeiro)

Figura 9 – Rota crítica de Adelha Santana Limoeiro.

Na primeira vez em que foi à delegacia, como já relatado, passou por violência institucional.

Mesmo lá, eu indo lá... O primeiro dia que eu fui, a escrivã, eu fui dar o depoimento, ela falou assim: “Ah, quem procura, acha. Porque a mulher não pode ir num site de relacionamento procurar um homem”. (...) Isso era uma delegacia da mulher. E ela tinha o perfil evangélico, sabe? Conservador. Então, até isso é difícil pra uma mulher, entendeu? (Adelha Santana Limoeiro)

A procura direta pelo Ministério Público, novamente, configurou um facilitador na busca por ajuda. Adelha ressaltou o bom atendimento – também chamando atenção pelo fato de ter sido ouvida.

Eu acho que ela deu entrada, falou que eu teria direito a medida protetiva, algo do tipo. Só sei que eu consegui aqui, de tantas vindas eu consegui aqui, que aqui eu fui muito bem recepcionada, muito bem ouvida, muito bem orientada. Inclusive, até apoio psicológico aqui alguém aí da equipe me encaminhou, mas como eu já tava fazendo tratamento na Casa da Mulher, próximo da minha região, eu optei ficar por lá. (Adelha Santana Limoeiro)

As constantes ofensas racistas, vividas no contexto da violência, fizeram Adelha procurar um Centro de Testagem e Acolhimento para realizar sorologias para doenças sexualmente transmissíveis – DST, pois seu ex-namorado também a acusou, para seus colegas de trabalho, de ter transmitido alguma doença para ele. Ao relatar a violência sofrida, Adelha foi encaminhada para um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, equipamento territorial pensado para substituir o cuidado manicomial de pessoas com transtorno mental grave e persistente. Ao passar no CAPS e relatar a situação de violência, não foi “patologizada” ou “medicalizada”, mas encaminhada a um serviço especializado.

Passei na triagem, ela falou: “Filha, você foi vítima de uma situação, de um gigolô, né? Não vejo necessidade nenhuma de você tá aqui, e você pode ter o acompanhamento na Casa de Saúde da Mulher”. Que foi onde eu fui umas duas vezes, porque, assim, eu tava muito perturbada com essa situação, ele não me deixava em paz! Eu não conseguia dormir, ele não me deixava em paz! (Adelha Santana Limoeiro)

Essas foram as rotas, bastante críticas, das mulheres negras que participaram da pesquisa. Percebemos que suas rotas são longas e repetitivas – no sentido do retorno aos mesmos serviços. No coletivo, observou-se que suas rotas foram interrompidas em 13 etapas, fora a grande presença de momentos em que não foram bem informadas ou acolhidas – representados pela cor laranja, pintadas 38 vezes nas nove histórias.

9.2.10 A rota crítica de Líbia Moirã

Líbia Moirã é uma mulher branca, de 36 anos, que completou o ensino superior logo antes de se casar e contou nunca ter exercido a sua formação. Relatou que mora com o marido, os três filhos (15, 9 e 6 anos) e a babá. Atualmente, não trabalha, por opção, para poder cuidar dos filhos e da casa.

Casada com um ex-policial civil, branco, de 48 anos, relatou que, antes do registro do boletim de ocorrência, o companheiro apresentava comportamentos controladores, motivados por ciúmes.

Na entrevista, Líbia relatou ter sofrido estresse pós-traumático, falou do medo sentido após o ocorrido, ainda que se sentisse segura pelas medidas protetivas. Não chegou a procurar ajuda médica e contou ter melhorado com a leitura de livros de autoajuda.

No dia em que procurou a delegacia para registrar a queixa, havia sofrido a primeira agressão física, que culminou no processo por lesão corporal. Sua rota pode ser observada na Figura 10.

Figura 10 – Rota crítica de Líbia Moirã.

Líbia apontou a demora para o processo judicial ser encerrado, mas relatou ter recebido um bom atendimento nos serviços. Falou também do cuidado recebido no IML e que priorizaram seu atendimento para evitar que se sentisse constrangida.

Pra mim foi tudo muito tranquilo. Demorou, mas foi tudo muito tranquilo. Eu não tenho muito pra falar do sistema aqui dentro porque, como eu te disse, graças a Deus eu tenho sorte, sempre tive sorte na vida. Mas, assim, tem muitas dessas que não têm. Eu tenho sorte e conhecimento e tem muitas dessas que não têm. (Líbia Moirã)

Eu fui no IML, no dia tinha vários presos lá, mas eles me passaram na frente, me deixaram, por questão de constrangimento... eu não sei o que tinha havido, que tinha ocorrido que tava um caos o IML e, por questão de constrangimento mesmo me atenderam assim, muito rápido. Não fiquei aguardando lá. (Líbia Moirã)

Durante a entrevista, também apontou para a informação como importante para a efetivação da lei. Cabe ressaltar que estava se referindo também ao marido, que após o início do processo, sabendo que poderia ser preso, não se relacionou mais de forma violenta com ela; eles reataram o casamento após cerca de um ano do ocorrido.

Eu acho que a Lei ela é... Eu acho que a Lei ela trabalha em cima de quem tem um pouco mais de informação, porque ela acaba coagindo a pessoa, tendo em vista que a pessoa sabe quais são... o que espera por ela lá na frente. Agora, a falta de informação ainda é muito grande a respeito dessa Lei. (Líbia Moirã)

9.2.11 A rota crítica de Mirtes Aparecida da Luz

Mirtes Aparecida é uma mulher branca, de 47 anos, que atua como advogada em um escritório particular. Mora atualmente com os dois filhos, de 15 e 10 anos, e com a empregada.

Esteve casada por cerca de 15 anos com o homem contra quem teve seu processo criminal – branco, de 49 anos. A violência psicológica e física estiveram presentes desde o início da relação, sendo que, na entrevista, Mirtes nos falou, inclusive, de momento em que precisou ser encaminhada a um hospital e, apesar de bem tratada e informada, a legislação à época (Lei 9.099/95) não tinha mecanismos de proteção às mulheres.

Faz acompanhamento de saúde em um médico da rede particular, mas nunca falou sobre a situação de violência, por sentir vergonha e medo de julgamentos.

Seu processo criminal se deu por lesão corporal. Sua rota pode ser observada na Figura 11.

Figura 11 – Rota crítica de Mirtes Aparecida da Luz.

Ao procurar a delegacia de polícia, em um fim de semana, foi negado atendimento.

Fui em uma, falaram: “Aqui não. Procura outra” – e o cara que me atendeu na delegacia foi super grosseiro. Falou: “É, mulher aqui chorando porque apanhou? Não vem aqui, não”. O cara parecia um... aqueles caras do Texas, sabe assim? Com uma bota, um cintão assim... “Ah, não vem, não. Mulherzinha apanhou e vem aqui chorar? Aqui não tem choro, não. Procura outro lugar”. E aí eu chorei mais ainda e fui procurar outro lugar, né? (Mirtes Aparecida da Luz)

Após o auxílio de uma amiga, procurou no mesmo dia outra delegacia, onde foi bem acolhida e informada.

Aí eu fui lá pra delegacia do Ceasa, que era a única que tava aberta. E aí lá eu fui ouvida. Tinha uma mulher lá, que era a escrivã, que me ouviu, me ajudou, me acalmou um pouco (...) Eu fui orientada na DP – porque eu não faço isso, a minha área é outra, é tributária, então a gente acaba ficando meio desligado. (...) O delegado era muito gente boa. (Mirtes Aparecida da Luz)

Após o início do processo, passou pelo divórcio. Reatarem o relacionamento e, à época da entrevista, estavam namorando. Relatou que as agressões não mais aconteciam, porém temia que a decisão judicial pudesse influenciar a relação, e até mesmo retomar a situação de violência. Como observado na rota, ele foi absolvido.

Melhorou. Acho que melhorou bastante. Até o presente momento, acho que sim, né? [risos] Depois que acabar isso que eu quero vê quem que ele é mesmo. (Mirtes Aparecida da Luz)

9.2.12 A rota crítica de Saura Benevides Amarantino

Saura Benevides Amarantino é uma mulher branca, de 35 anos, que recentemente ingressou na faculdade, no curso de pedagogia. Na ocasião da entrevista, vivia com os dois filhos mais novos, de 7 e 5 anos. Seu filho mais velho, de 15 anos, mora com o pai e é fruto do primeiro casamento de Saura.

O segundo casamento de Saura Benevides, com homem branco, de 52 anos, durou cerca de cinco anos. Ela conta que a relação era muito conflituosa e que o seu ex-marido tinha muito ciúmes, em especial da sua relação com o filho mais velho. As agressões físicas começaram na gravidez do primeiro filho do casal.

Saura contou na entrevista sobre diversos problemas de saúde, os quais relacionou à violência vivida, como labirintite, pressão alta e endometriose. Ela também ligou seu quadro de saúde à morte do pai – de quem cuidou até os últimos momentos de vida. Nos serviços, nunca falou da violência sofrida.

Saura teve processo por lesão corporal. Sua rota pode ser observada na Figura 12.

Figura 12 –Rota crítica de Saura Benevides Amarantino.

Saura relatou ter sido bem acolhida na delegacia e falou também das informações recebidas sobre o processo, foi informada sobre lesão corporal configurar ação pública incondicionada. Não quis pedir as medidas protetivas, já que o pai tinha boa relação com as crianças, e ela achou que isso poderia prejudicar os filhos.

Ah, eu fui muito bem acolhida, sabe? A gente fica com vergonha, tal. Mas eles conversam. É uma coisa tão natural. “Não tenha vergonha”, entendeu? (...) Conversei numa boa, não tive vergonha de nada – de nada. Fui muito bem atendida. Muito bem atendida. (...)Parecia... Assim, eu me senti em casa – da forma que eles me tratavam. (Saura Benevides Amarantino)

Eles falaram na delegacia. “Vai entrar no criminal”. Eu falei: “Tá, vai entrar sim” (sobre queixa incondicionada). (...) Explicaram que seria 300 metros de distância, se eu queria, tal. Eu coloquei como “não precisava”, porque eu expliquei que eu tenho as crianças pequenas, entendeu? (Saura Benevides Amarantino)

A violência vivida por Saura teve influência importante em sua saúde mental. Após as agressões, o ex-marido negava que havia sido ele e contava outras histórias – fazendo ela se questionar sobre o que de fato havia acontecido. Ele a levava a um psiquiatra, e a violência nunca foi relatada, já que ele a acompanhava durante as consultas.

Ele ia comigo, ele ficava junto na terapia. Ai! Pelo amor de Deus! (Saura Benevides Amarantino)

9.2.13 A rota crítica de Isaltina Campo Belo

Isaltina Campo Belo é uma mulher branca, de 63 anos, que trabalha como advogada em um cargo concursado. Mora sozinha, com os animais de estimação. Com o ex-marido teve uma filha, hoje com 33 anos.

Foi casada por 25 anos com o homem, branco, de 65 anos, contra quem tem processo por injúria na VVDF-Oeste. Relatou que, no início, a relação era harmoniosa, mas foi se tornando difícil, em especial pelo uso de drogas do parceiro. Relatou ter vivido violência psicológica e física.

Após o divórcio, no início de 2006, ele invadiu a casa em que Isaltina morava e ela registrou a ocorrência na delegacia, mas não representou. Cabe ressaltar que, à época, a violência doméstica não estava sob a Lei Maria da Penha, que entrou em vigor em agosto daquele ano, e a lesão corporal ainda era passível de representação.

O ex-marido voltou para a mesma casa, por não ter onde morar, visto que a residência pertencia aos dois e não pode ser colocada na divisão de bens, devido à documentação irregular. Após diversas agressões verbais, Isaltina registrou a queixa-crime e deu continuidade ao processo. Sua rota crítica pode ser observada na Figura 13.

Figura 13 – Rota crítica de Isaltina Campo Belo.

Isaltina reporta sempre ter sido muito bem acolhida nos serviços e fez a ressalva de que isso pode estar relacionado ao alto cargo que ocupava no Judiciário.

Sempre muito bem! Mas também o fato de eu ser advogada, porque eu agi nesse processo aqui em causa própria, você entendeu? E ninguém mais do que eu sabe do que tá acontecendo. Mas eu acho que o fato de eu ser advogada ajuda, o fato de eu trabalhar na Assembléia ajuda, porque esse pessoal tem medo que a gente fale pro Secretário da Segurança que ele não atendeu bem a gente. Então, eu acho que tem um diferencial em relação a mim, por causa disso.(Isaltina Campo Belo)

Relata a articulação feita com a justiça para que o ex-marido fosse intimado quanto ao deferimento das medidas protetivas em seu favor. Após avisar que havia retornado de viagem a trabalho, logo o retiraram de sua residência.

Aí, ele voltou pra minha casa na sexta-feira, eu fiquei quietinha, sexta, sábado, domingo, segunda, na terça... Aí, na sexta-feira eu vim aqui avisar que ele tinha saído, né? Avisei que ele já estava em casa. Aí, na terça-feira foram lá intimá-lo, entendeu? (Isaltina Campo Belo)

Isaltina também ressaltou sobre sentir-se segura com as medidas protetivas e, quando questionada sobre isso, respondeu:

Mas muito! Com certeza! Tanto que na hora que a juíza falou que a advogada: “Ah, já pode acabar a medida protetiva?” Eu falei: “Pelo amor de Deus”. Eu falei pra promotora: “Eu tenho medo dele! E tenho mesmo”. Porque tudo que ele fez ali na frente, aquela cena, tudo cena, e o juiz saca. (Isaltina Campo Belo)

Quando buscou ajuda médica, em seu próprio local de trabalho, relatou que, após falar da situação de violência vivida, foi bem acolhida.

Me deu todo o suporte. (...) eu fui lá e mostrei, e falei: “Olha, eu fui agredida, aconteceu isso, isso e isso.” Aí ele falou: “A senhora foi fazer exame de corpo de delito?”. “Já fui fazer.” Aí, ele me mandou tomar, ele falou: “Olha, vou te dar um negócio que é... Até na delegacia os delegados dão pra diminuir a dor, tirar o roxo, que é você tomar uma solução de arnica, que vai ajudar a tirar esse roxo seu, e você passa Hirudoid também pra tirar as manchas”. Foi isso. (Isaltina Campo Belo)

9.2.14 A rota crítica de Walquiria

Walquiria é uma mulher branca, de 41 anos, que atua como advogada cível em escritório particular. Mora atualmente com o marido e a filha, de outro relacionamento.

O atual marido, branco, de 59 anos, é a pessoa contra quem tem o processo criminal de lesão corporal na VVDF-Oeste e com quem se relaciona há cinco anos. Walquiria relatou que o episódio de agressão física foi algo isolado em sua relação; o casal tinha discussões relacionadas a ciúmes, de ambas as partes, mas que ocorriam de forma respeitosa. Depois do registro da ocorrência, afirmou que não ocorreram episódios de violência.

Contou que o registro da ocorrência aconteceu por um “impulso”, ainda que não se arrependa de o ter feito. Acredita que, na ocasião, isso a protegeu de a violência progredir em sua relação.

Com exceção do hospital em que recebeu os primeiros socorros após a agressão, conversou sobre a violência com um psiquiatra que a acompanhava na rede de saúde privada. Relatou ter sido bem acolhida e apoiada pelo fato de ter registrado o B.O.

Sua rota institucional pode ser observada na Figura 14.

Figura 14 – Rota crítica de Walquiria.

No momento da agressão, estava próxima a uma delegacia da polícia federal, local onde registrou o boletim de ocorrência. Ressaltou o bom atendimento recebido e as informações obtidas no serviço.

Agora, em relação ao tratamento na delegacia, eu fui muito bem tratada, muito bem! Eu não sei como acontece na delegacia civil ou na DDM, eu não posso falar sobre isso porque realmente eu não fui lá, mas nessa daí, o atendimento, olha, mas fui muito bem tratada, mesmo! Muito bem tratada. (...) O delegado da... O primeiro que eu pedi socorro. E ele foi, olha, exemplar no trabalho dele. Exemplar. (Walquiria)

Eles explicaram sim. Até porque, no momento, eles nem sabiam que eu era advogada, né? Só me prestaram socorro. Na hora que eu voltei perguntaram que independe de eu querer ou não, uma vez feito o Boletim de Ocorrência que eles iam dar andamento. (...) Falaram [das medidas protetivas de urgência]. Tanto que na hora eu pedi, porque eu tava com medo. Eu aceitei, me ofereceram e eu aceitei. (...) É, na hora, eles avisaram ele na hora, eu acho. (Walquiria)

Walquiria também relatou o acolhimento recebido no hospital, onde foi oferecido um local mais reservado na sala de espera. O laudo recebido do hospital foi agregado também ao processo e ela não precisou realizar o exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal.

Fui no Pronto-Socorro (...) era um corredor “assim”, ali lá na frente tinha um espacinho, aí nós fomos... Aí ele falou assim: “Você não é melhor ficar ali, pro pessoal não ficar vindo aqui toda hora perguntar?” (...) Eu fui bem atendida também. Me deram ponto, me deram medicação... Tanto que ele mesmo que tirou as fotos, por isso que eu tô falando, não me lembro de ter passado no IML, acho que foi o doutor mesmo que fez e enviou. (Walquiria)

9.2.15 A rota crítica de Aurora

Aurora é uma mulher branca, de 30 anos, com ensino superior completo no curso de psicologia e que não atua na área. No momento da entrevista, estava se mudando do país junto a seu atual marido e sua filha, de 6 meses.

O homem, branco, de 36 anos, contra quem tem processo de lesão corporal na VVDF-Oeste, foi seu namorado por cerca de um mês. Nesse tempo, relatou que ele era muito ciumento, ligava para ela constantemente e era agressivo, verbalmente, caso ela não atendesse à ligação. Aurora não teve mais contato com o ex-namorado após o início do processo. Contou que ele enviou uma mensagem depois de ser intimado, acusando-a de “estragar” a vida dele, mas nada além desse fato.

Sua rota é descrita na Figura 15.

Figura 15 – Rota crítica de Aurora.

Aurora falou que, desde que acionou a Polícia Militar no momento da agressão física, foi bem acolhida. Na delegacia, falou das orientações recebidas sobre as medidas protetivas.

E, assim, no processo... na delegacia eu fui bem tratada, a delegada me orientou. Sempre eles dão um apoio – eu senti isso. (...)Lembro vagamente algo, eles me falando sobre isso, que ele não poderia chegar perto por uma distância de 50 metros, que ele não poderia entrar em contato por nenhum meio eletrônico, de comunicação, e que se ele fizesse uma tentativa assim que eu poderia denunciá-lo novamente, que ele estava proibido. (...)Não sei se é porque é uma delegacia de mulher, então ela conversa assuntos de mulheres... Então eu me senti acolhida lá. (Aurora)

Ainda que tenha sido bem acolhida, Aurora não sabia que a lesão corporal se tratava de ação pública incondicionada, demonstrando não compreender sobre o andamento do processo e o motivo de ter sido chamada para audiência.

Não sei se... o porquê me chamaram aqui hoje pra depor, não sei se ele tem feito mais alguma coisa... (Aurora)

Eu acho que falta um retorno da justiça pra informar o que foi resolvido. Por exemplo, hoje mesmo ele poderia me falar: “Olha... Eu não sei se ele vai

arquivar o processo, eu não sei se ele vai dar continuidade, eu não sei o que ele achou. Então falta talvez uma... (Aurora)

Aurora descreveu o tratamento recebido no serviço de saúde, logo após a violência. Percebeu-se em sua fala que, ainda que tenha sido acolhida, medicada e o serviço tenha fornecido laudo sobre as lesões, sua fala quanto ao serviço público parecia ter a intenção de o deslegitimar.

Sim, perguntaram [sobre a violência]. Eu fui num posto de saúde, do SUS, eu não tava... eu não tinha plano de saúde na época, então foi no SUS mesmo, e perguntaram o ocorrido. Aí eles me falaram qual que era o tratamento, e tal. Me passaram os remedinhos pra tomar pra desinchar, pra não inflamar – uma coisa assim, que eu lembro, e... uma coisa bem simples, de SUS, assim. Aquela orientação bem... bem fraca assim, sabe? (...) Eles me deram um atestado do que tinha acontecido, fizeram uma cartinha: “Ela chegou no posto de saúde alegando que foi agredida pelo namorado. Não foi necessário ponto, mas ela estava roxa, ela estava com uns vermelhos no rosto, no corpo...”
[*Você se sentiu bem tratada?*] Normal. (Aurora)

9.2.16 A rota crítica de Atília Bessa

Atília Bessa é uma mulher branca, de 38 anos, com ensino superior completo na área de administração. Atualmente mora sozinha e está desempregada.

Relatou ter tido um relacionamento por “um ano e pouquinho” com o homem, branco, de 40 anos, contra quem tem processo por lesão corporal na VVDF-Oeste. Os dois moravam juntos nesse período, marcado por violência psicológica.

Atília contou que, após o início do processo, teve quadro depressivo e fez acompanhamento com psiquiatra. Relatou sobre a violência vivida, que o médico a relacionou com os sintomas apresentados e que nas consultas seguintes apenas o procurou para renovar a receita.

Sua rota, também marcada por violência institucional, pode ser observada na Figura 16.

Atília relatou ter sido mal atendida na delegacia, que naturalizou a situação de violência. Além disso, contou que o delegado a assediou, chamando-a para sair.

Mas na delegacia eu me senti extremamente constrangida, abusada, no sentido de ter sido até... paquerada pelo delegado, sem nenhum tipo de apoio, sem nenhum tipo de vontade nem de saber o que aconteceu comigo. (...) Um dos policiais veio com um papel pra eu assinar como se fosse o meu

depoimento, e eu questionei ele que aquilo não era um depoimento (...) Eu não quis assinar aquilo, eles ficaram até um pouco bravos, eu exigi falar com o delegado(...) Ele ficou bem irritado, me chamou, conversei com ele acho que por uns 15 minutos, e as coisas que eu ouvi dele foi que aquilo era normal, que ele estava acostumado a ver esse tipo de coisa (...) que era só uma briguinha de casal, que... pra eu não ficar daquele jeito porque separação é difícil, que ele também estava se separando e que inclusive ele fazia plantão às sextas-feiras, se eu quisesse ir lá tomar um café com ele, [riso] e que ele não iria... não iria fazer nada. (Atília Bessa)

Figura 16 – Rota crítica de Atília Bessa.

O registro da ocorrência foi feito por lesão corporal e realizado pela insistência de Atília, que recebeu o encaminhamento para o exame de corpo de delito e ainda teve

que retornar à delegacia para pegar novo documento, já que o primeiro que havia sido entregue continha erros.

Exatamente. Então eu falei pra ele que eu queria fazer o corpo delito, que eu queria aquele documento pra provar que eu estava machucada, mas que eu ia prosseguir na Delegacia da Mulher. Ele me deu, só que ele me deu o documento errado e depois eu tive que ir lá no outro dia pedir, e aí eu fui fazer o... (Atília Bessa)

Atília também falou do atendimento no Instituto Médico Legal e sobre suas expectativas.

Eu cheguei lá, foi um homem que me atendeu pra fazer, ele mal fez perguntas. Eu tava com hematomas principalmente na parte superior do corpo, porém com a queda, com tudo o que aconteceu eu também tinha alguns hematomas na região da barriga, do bumbum, enfim, e ele... Eu tava acompanhada da minha irmã e do meu cunhado, ele falou apenas pra eu tirar a blusa, tirou meia dúzia de fotos – nada além disso. Eu acreditava que o corpo delito era algo mais específico, algo mais detalhado. (Atília Bessa)

9.2.17 A rota crítica de Florença

Florença é uma mulher branca, de 40 anos, que trabalha como advogada em um escritório particular. Mora com seus pais e o filho de 11 anos – fruto do relacionamento com o homem, branco, de 42 anos, contra quem tem processo por lesão corporal e ameaça na VVDF-Oeste.

Florença foi casada por 15 anos. Relata uma boa relação nos sete primeiros anos, até que começaram os conflitos. Relatou ter vivido violência psicológica, física e patrimonial. Foi após a primeira ameaça de morte que Florença decidiu sair de casa e registrar o primeiro boletim de ocorrência contra o ex-marido.

A Figura 17 representa a rota percorrida por Florença.

Florença falou em sua entrevista sobre as dificuldades vivenciadas nas delegacias, relatando alguns episódios em que não foi bem tratada. Além disso, comentou que as coisas melhoraram após ela ter procurado direto o Ministério Público, ainda que conste um episódio em que as ameaças e as agressões verbais tenham sido naturalizadas pelo operador do direito.

Tratando das dificuldades que a gente tem quando comparece à uma delegacia. Elas existem. Não é “inventação” lá das mulheres. (Florença)

Já vim aqui no Ministério Público, inclusive devido o meu caso ser recorrente, até aqui eu encontrei uma certa resistência depois, em outras ocorrências. Porque é assim. Olha o que que a gente ouve! “Ele nunca bateu na senhora! Ele nunca atentou contra sua vida.” Digamos, só ficou no campo da ameaça, né? Então de certo modo parece que são ações que são toleradas. (Florença)

Figura 17 –Rota crítica de Florença.

Florença falou da mudança percebida no acolhimento quando os profissionais tomavam conhecimento de que ela era advogada.

Aí a coisa melhorava um pouquinho quando pio... quando o pessoal descobria que eu era advogada, que eu nunca também cheguei dando “carteirada” em lugar nenhum. Aí virava doutora, entendeu? [Riso] Então é mais ou menos por aí! (Florença)

A entrevistada ressaltou o bom acolhimento na audiência e a abertura dada pelo juiz para que as mulheres pudessem falar quando desejassem em ação acordada antes de iniciar a oitiva.

Então, assim, o nó que tava “aqui” praticamente eu deixei ele sair [risos], porque eu me manifestei. Ele falou que quando eu quisesse me manifestar, que eu levantasse minha mão, eu fiz como ele falou. (Florença)

9.2.18 A rota crítica de Idália

Idália é uma mulher branca, de 24 anos, que estudou até o primeiro ano do ensino médio e trabalha em uma clínica de estética. Atualmente, mora com as duas filhas, de 4 e 2 anos – sendo a mais velha filha do homem, negro, de 32 anos, contra quem tem processo na VVDF-Oeste por lesão corporal.

Na entrevista, relatou que esteve em uma relação abusiva por cerca de dez anos; o namoro iniciou quando ela tinha 13 anos, e o casamento, com 15. Falou que o ex-marido tinha comportamentos controladores, motivados pelo ciúmes. Além disso, relatou episódios de violência psicológica e física.

Não relatou questões relacionadas à saúde na entrevista e disse nunca ter revelado a situação de violência a algum profissional. Sua rota é representada pela Figura 18.

Figura 18 – Rota crítica de Idália.

Idália fala do tratamento recebido pelos policiais, que também a conduziram para os primeiros cuidados no hospital, palco de um episódio que gerou incômodo a Idália.

Eu acionei a polícia e não tinha como eu ir direto pra delegacia porque eu tava muito machucada, eu fui direto pro hospital. Lá eu fiquei internada. Que eu me lembre, eu não falei nada. Mas é... quem mesmo falou foi os “policia” na hora que chegou pra abrir... (...) Eles me trataram bem. (Idália)

Mas eles... ele já sabiam o que tinha acontecido porque eles vinham, olhava, assim... Tinha uma enfermeira, que eu lembro até hoje, que veio, chorou... (...). Ficou tão machucada a minha cabeça que eu não conseguia. Parecia que tinha um peso em cima, que eu não conseguia levantar sozinha. Então sempre que eu queria levantar tinham que me ajudar. Aí quando eu chamei a enfermeira, que eu pedi, aí ela começou a chorar, né?(...) Acho que eu não tinha cabeça pra conversar. Aquela hora, não. (Idália)

De posse de todas as rotas críticas das mulheres brancas entrevistadas nesta pesquisa, observou-se que em 15 momentos foram mal acolhidas ou mal informadas, representadas pela cor laranja, e um em que a rota foi interrompida.

9.2.19 A percepção da violação de direitos e o racismo

Ao final das entrevistas, todas as mulheres foram questionadas sobre como avaliaram a rota institucional percorrida e se acreditam ter vivido alguma violação de direitos nesse processo. Sete mulheres negras e duas mulheres brancas afirmaram reconhecer alguma violação de direitos em sua trajetória.

Além disso, foi lido um trecho do Mapa de Violência – Homicídios de mulheres no Brasil, que apontava para o aumento do homicídio de mulheres negras enquanto, no mesmo período, diminuíram os homicídios de mulheres brancas. Todas as mulheres negras reconheceram que o racismo pode configurar um obstáculo na busca formal por ajuda, também relacionando a outros eixos de opressão, como preconceito de gênero e de classe.

Só pra quem tem dinheiro que resolve, né? Pra quem não tem... Continua agredindo. (...) Agora, eu sou do gueto, eu sou preta, eu moro na favela. Eles pensam: “Pra que preocupar com ela? Por que ela foi procurar?”, entendeu? (...) Igual eu tô te falando: é porque as pessoas ficam jogando pra um lado e pro outro e... pessoas que não têm estudo e que é da cor mais escurinha é mais... né? É como se fosse uma pessoa que não fosse fazer muita falta – *Você acha que é isso que está acontecendo com você?* – Eu acho que sim. Isso. E por não ter dinheiro, né? Porque se eu tivesse dinheiro eu tinha “pagado” advogado, eu não tava andando pra lá e pra cá. Igual ela falou pra mim. Ela falou pra mim assim: “Se pagar a gente tira ele no mesmo dia de lá”. E será que não tira? Né? (Aramides Florença, negra, 50 anos, ensino fundamental incompleto)

Eu acho que o ser humano em si ele é preconceituoso, né? E também quando a gente busca ajuda é muito difícil a gente ter informação. Acho que tudo isso dificulta um pouco. (...) Então, eu acho um absurdo isso, né? Porque como a mulher é agredida e demoram anos pra poder ter uma audiência, e demora mais tempo ainda pra saber se vai ser culpado ou não. E não tem uma medida

protetiva, nada, e às vezes a pessoa nem sabe que tem. Eu acho que é difícil isso, né? (Maria do Rosário, negra, 23 anos, ensino médio completo)

Ah, porque é visível, tá na cara, porque o mundo é preconceituoso, né? (...)E a gente volta lá pros outros séculos, que a gente sabe que teve o tempo de escravidão, a gente sabe. Que hoje em dia muitas pessoas pensam assim, que branco é diferente de preto. Então, a mulher branca é uma coisa, a mulher negra é outra. (Regina Anastácia, negra, 50 anos, ensino médio completo)

É difícil ser negro no Brasil. É difícil ser mulher negra no Brasil. É difícil ter estereótipo no Brasil de mulher, independente e, principalmente, negra. É muito difícil. Ele [o ex-namorado]falava todo o tempo: “Seu lixo, você fede, quem vai acreditar em você? Eu sou homem”. Tem a questão do machismo. (...) Ah, é a questão da vulnerabilidade, né? É muito difícil a mulher chegar numa delegacia. E a mulher negra ela, querendo ou não, às vezes, ela é tida como “padrão”, né? De beleza, de sexo, de fofosidade. E, às vezes, encarar tudo isso lá na delegacia, às vezes dá a interpretação de que realmente era vulgar, de que era puta. Que nenhuma mulher quer ser tirada com prostituta. (Adelha Santana, negra, 38 anos, ensino técnico completo)

Natalina Soledad fez uma ressalva importante, apontando que a lei em si não discrimina, mas os atores que a operam podem reproduzir o preconceito. Tal fala também foi expressa por Regina Anastácia, mulher negra, que também falou da discriminação por orientação sexual e classe social. Ressaltou o racismo como sendo o “mais pesado”.

O preconceito tá muito forte ainda, né? As pessoas não conseguem, não são todas, mas tem muita gente preconceituosa. (...)o Estado mesmo não tem isso, né? Mas a cultura da nossa história, quando tudo começou, eu acho que as pessoas ainda carregam muito isso, né? Então de... Eu acho que deve ter um ou outro que representa o Estado, que tem essa cabeça fechada e acaba dificultando o serviço pra uma pessoa, por julgar ela pela cor, ou pela roupa ou pela classe social, né? (Natalina Soledad, negra, 38 anos, ensino superior incompleto)

Olha, eu acho que pode até ser, porque a gente não conhece a pessoa que você está conversando... Quando você procura ajuda, você pode conhecer... (...) E pode ser se a pessoa não gosta de gente preta ou negra, ela vai te tratar mal, entendeu?E aí você não sabe, às vezes, porque ela tá te tratando mal, porque ela já carrega dentro dela esse negócio de que pessoa de cor não presta, ou que deveria ser empregada. E tem muita gente assim, entendeu? Que continua com esse mesmo pensamento que vem lá da lei

que soltou os escravos. Isso é uma coisa muito cultural, e as pessoas trazem muito isso até hoje. E não é só de cor, é de outras coisas que tem preconceito, da opção sexual, de tudo. Mas eu acho que o mais pesado continua sendo o da raça. (Regina Anastácia, negra, 50 anos, ensino médio completo)

No início da entrevista, quando Rose Dureis foi questionada sobre já ter vivido alguma situação de racismo na vida, ela começou a contar sobre o atendimento nos serviços, em especial referindo-se ao IML.

Às vezes, quando eu ia... quando eu ia toda machucada fazer os exames, as “pessoa” me olhava com cara feia, me discriminava, julgava, sem saber o que tava acontecendo. Era humilhante! Eu tinha que... Sim, as pessoas discrimina a gente às vezes. Mas é normal. Coisas da vida! (...)Eu ignoro. (Rose Dureis, negra, 28 anos, ensino médio completo)

Porque as pessoas “discrimina”. Muita discriminação – pela cor da pele, pelo fato das “pessoa ser negra”. Muito preconceito dentro desse nosso Brasil. Fazer o que, né? As pessoas são muito “preconceituosa” ainda. (Rose Dureis, negra, 28 anos, ensino médio completo)

Aramides apontou também para a desumanização vivida na busca por ajuda.

E acontece com muitas mulheres que não vai atrás porque não tem condição, e não tem dinheiro, e não tem... estômago pra aguentar o jeito que as pessoas “trata” as pessoas – porque a gente tá sendo tratado como bicho, sabe?! Os “bicho” tem mais valor do que as pessoas. Igual me falaram assim, que eu peço pra ele tratar do cachorro, eu comentei que ele bate no cachorro porque o cachorro tem hora que faz alguma coisa errada, aí falou: “Ah, tira foto do cachorro que é mais fácil eles ‘tirar’ ele de lá por causa que ele tá batendo no cachorro!” Entendeu? Então eu... Qual o valor do ser humano? (Aramides Florença, negra, 50 anos, ensino fundamental incompleto)

Uma última categoria foi referente à reação das mulheres brancas entrevistadas aos mesmos dados do Mapa de Homicídio de Mulheres no Brasil (Waiselfisz, 2015). Uma das entrevistadas essencializou a questão ao biológico, sugerindo que a cor da pele das mulheres não deixava aparecer marcas.

Não mostrar, é, aí começa a apanhar uma, não fala nada, apanha outra, apanha outra, até chegar num estado que a pessoa vai e mata. Porque a pessoa branca, você dá um tapa, você já tá vermelha. A pessoa que é mais morena, você, infelizmente, você não consegue. Agora, se cortar, assim, alguma bola de hematoma, aí você vê, mas fora isso, é difícil pra eles. Eu nunca tinha

pensado nisso que você me falou. Será que eles falam que por conta da cor da pele não vai machucar, não vai ficar hematoma, com os brancos já ficam mais... Será? (Saura Benevides, branca, 35 anos, ensino superior incompleto)

Por tudo o que se ouviu, a percepção de uma pobreza exclusivamente negra ficou evidente, assim como uma aniquilação da questão racial. Evidenciou-se também que a responsabilidade de romper com a violência parece ser um ato exclusivo da mulher.

Então infelizmente acho que a condição das mulheres negras acho que são diferente. E elas ficam nesse relacionamento porque não têm como sobreviver, e têm filhos. (Atília Bessa, branca, 38 anos, ensino superior completo)

Não, a minha opinião é essa, elas dependem do cara e elas têm medo de tomar uma atitude e depois não ter quem sustente elas. Porque elas não têm cabeça pra pensar que elas não “pode” se encher de filhos, porque essas mulheres você já reparou, né? Elas não pensam que o filho você tem que ter, mas você tem que criar o filho, tem um agora, aí já engravidada de outro, aí depois de outro, sabe? É uma falta de cultura, uma cultura de você pensar no futuro, eu acho que é isso. (...) Então, eu acho que a gente que corre atrás das coisas, eu sou contra essa pessoa que: “Ah, o Estado tem que dar oportunidade...” A oportunidade que o Estado te dá você tem que agarrar (...) o Estado não é uma tenda dos milagres, a gente tem que trabalhar pra isso, né? (Isaltina Campo Belo, branca, 63 anos, ensino superior completo)

Na fala de Isaltina retratada anteriormente, além da individualização do problema, há a isenção do Estado de responsabilidade sobre o aumento dos homicídios de mulheres negras. Essa culpabilização e o imaginário de que elas não buscavam ajuda para o enfrentamento da violência foi retratado em diferentes entrevistas, também chegando ao ponto de infantilizá-las – colocá-las em um local de passividade, como se não fossem capazes de ter uma crítica da situação vivida ou tomar decisões sobre sua vida.

Primeiro, eu acho que depende delas em primeiro lugar. Primei... Eu acho que elas não... Eu não sei por qual motivo, mas não vão tanto, não procuram tanto, não tem conhecimento dos seus direitos. Eu acho que elas não têm conhecimentos de... de o que é proteção, de o que é que pode fazer ou não pode. No caso, você não tem que ser violentada, né? Agredida. Elas não

sabem disso, às vezes, e se sujeitam... porque não têm onde trabalhar, por exemplo, não trabalha, depende do marido, têm filhos – e acho que pensam muito nisso também. (Walquiria, branca, 41 anos, ensino superior completo)

Eu acho que porque infelizmente a gente tem uma diferença social mesmo – o que eu acho um absurdo, porque a sua capacidade não depende da sua cor. Mas culturalmente, por história, as mulheres negras elas vêm de famílias com menos estrutura, menos educação, menos oportunidade, que muitas vezes elas dependem 100% dos homens pra viver, pra cuidar dos seus filhos, enquanto as mulheres brancas acho que pode vir de uma família tão classe média ou humilde, mas ela tem mais oportunidade de estudar, consequentemente trabalhar. Ela pode decidir se quer ter filhos ou não, ela pode decidir se ela quer trabalhar ou não, e isso faz com que ela não dependa de um homem se separar. (Florença, branca, 40 anos, ensino superior completo).

Na contramão desse imaginário racista expressado pelas mulheres brancas entrevistadas, observou-se nas rotas uma busca incessante das mulheres negras por ajuda, com respostas institucionais que obstaculizavam essa rota. Regina Anastácia expressou em suas entrevistas essa procura tortuosa por direitos.

Ó, eu tenho 50 “ano”, 30 “ano”... Eu passei metade da minha vida apanhando! E ninguém fez nada! E eu não fiquei em casa sentada, eu fiquei procurando.(...)Passaram esses anos, assim, mas eu nunca me acomodei, eu nunca aceitei como já me falaram: “Ah não, você gosta de apanhar, você aceita, você ama ele...” (...) Eu não acredito que mulher nenhuma goste de apanhar! E, tudo bem, a pessoa fica muitas das vezes por outros motivos, mas não existe mulher que goste de apanhar, não existe isso. Entendeu? (...)É uma coisa erradíssima a gente falar pra uma mulher: “Você gosta de apanhar. Você tá gostando dessa situação”. Quem gosta de ser maltratada?! Ninguém gosta, ninguém. (Regina Anastácia, negra, 50 anos, ensino médio completo)

Além disso, Regina Anastácia continuou a fala anterior, apontando para questões que dificultaram o acesso das mulheres negras a uma vida livre de violência.

Não é nenhum desses motivos que faz a mulher ficar com o homem quando ela é agredida, é realmente ela não tem como sair daquilo, ela não tem pra onde ir, não tem suporte, a família às vezes tem medo. (...) E aí, você acaba ficando naquele círculo vicioso: você sai, fica um tempo na casa de uma,

depois tem que acabar voltando, você sai, fica um tempo se mantendo sozinha, mas depois tem que acabar voltando. E aí, vai começando tudo de novo e isso não termina. Mas porque a gente não tem uma justiça que realmente dá essa assistência pra mulher, entendeu? Eu não sou feminista, nada, mas eu acho que é muito... Me falta às vezes “palavra”. É escasso, muito precário a ajuda às mulheres nesse sentido. (...) Vai ficando cada vez mais, não é nem difícil, impossível ela buscar ajuda. Por isso que essas mulheres morrem. (...) Enquanto nós táamo conversando aqui, tem várias mulheres morrendo! Mas sabe por quê? Porque falta ajuda. (Regina Anastácia, negra, 50 anos, ensino médio completo)

10 DISCUSSÃO

Este trabalho permitiu a reflexão sobre a efetivação da Lei Maria da Penha como política pública universal para o enfrentamento da violência doméstica de gênero. A lacuna entre o que a legislação prevê em seu documento e sua efetivação no plano das práticas, ou seja, o encontro entre os operadores da rede intersetorial de proteção e as mulheres (Schraiber, 2012a), foi compreendida por meio das experiências e percepções das próprias mulheres, negras e brancas, que buscaram ajuda no Judiciário e acessaram, ou não, outros serviços da rede intersetorial.

A literatura nos contempla com farta produção sobre os obstáculos vividos pelas mulheres na busca de ajuda pelas instituições para romper com a situação de violência doméstica (Silva, 2009; Pasinato, 2011; Meneghel et al, 2011; Villela et al, 2011). Grande parte dessas barreiras foi superada por todas as mulheres que participaram deste estudo, visto que estavam em meio ao processo judicial e, algumas, chegaram à última audiência e à sentença.

A Lei Maria da Penha é uma conquista brasileira, em especial do movimento de mulheres, para o enfrentamento da violência doméstica. Nos discursos, ela foi apontada como importante para cessar a violência vivida, e percebemos que todas as mulheres entrevistadas que conseguiram chegar ao fim do processo³ tiveram efetivamente garantido seu direito de viver uma vida sem violência. Algumas mulheres encerraram seus relacionamentos e se mantiveram seguras por mecanismos da legislação, pelo apoio familiar ou por reconhecer que, ao acionar a lei, os homens que as agrediam passaram a se relacionar de forma não violenta – inclusive nos três casos em que as mulheres reataram a relação afetiva.

Ainda que a Lei Maria da Penha configure importante legislação, nossa análise do material empírico deste trabalho sugere que seu funcionamento, além de não efetivar tudo o que está proposto na política, não transcorre de forma igualitária para todas as mulheres – sendo que para as mulheres negras e àquelas de uma camada social baixa, o caminho institucional percorrido na busca por ajuda pode ser ainda mais tortuoso, em razão do racismo estrutural que opera nas relações institucionais.

³ Das mulheres entrevistadas, apenas Aramides Florença estava na fase de inquérito policial.

A própria experiência da violência doméstica apareceu de forma diferenciada entre as mulheres negras e brancas, sendo o racismo parte importante do contexto da violência psicológica. Suelaine Carneiro (2017), que apresentou esse mesmo dado em pesquisa recente, chamou atenção para a urgente necessidade do adensamento da discussão sobre o racismo vivido na violência por parceiro íntimo, possibilitando que as políticas públicas, por meio de seus operadores, abracem as diversidades e complexidades das experiências das mulheres. Isso significa também pôr em discussão o racismo introjetado pelos operadores da lei e todos os trabalhadores da rede de proteção.

A falência da universalidade da Lei Maria da Penha é percebida especialmente pela desigualdade entre mulheres negras e brancas na qualidade do acolhimento e das informações recebidas nos serviços, que se traduz em uma maior e insistente busca pelas mulheres negras para ter seus direitos garantidos, tornando a rota crítica das mulheres negras ainda mais longa e crítica.

Na delegacia – que para quase todas foi o início da rota institucional, visto que este estudo captou as entrevistas na Vara de Violência Doméstica, observamos que nenhuma das mulheres negras recebeu em sua totalidade as informações referentes a medidas protetivas, representação e/ou lesão corporal como ação pública incondicionada ao desejo da mulher de processar. No momento da entrevista, duas mulheres negras seguiam sem ter conhecimento dessas informações básicas para quem presta uma queixa desse tipo, em um dos casos tendo transcorrido oito anos desde o início da rota institucional. Sobre as mesmas informações, observamos que duas mulheres brancas também não as receberam na primeira busca pelo serviço, mas, ainda assim, foram informadas ao decorrer do inquérito ou processo.

O atendimento multiprofissional realizado pelo setor técnico foi compreendido pelas mulheres como um espaço de troca de experiências e de informação, mas que também não foi acessado de forma igualitária entre as diferentes mulheres. Os dados quantitativos apresentaram uma diferença significativa por raça e escolaridade, sendo que as mulheres negras participam menos desses atendimentos; as com menos de onze anos de estudo, ainda menos.

Reconhecemos que muitos são os fatores que interferem no comparecimento a esse tipo de atendimento. Primeiro, precisam ser convocadas pelo setor técnico para o encontro – todas o são conforme protocolo, mas nem todas recebem a convocatória,

como demonstrado nas entrevistas. Problemas relacionados à dificuldade de encontrar os endereços ou telefones podem estar envolvidos nessa dificuldade, dificultando para as mulheres com maior vulnerabilidade de moradia ou pouco/nenhum acesso à comunicação. Além disso, as mulheres precisam dispor de recursos financeiros e pessoais, como ter onde deixar os filhos pequenos, conseguir conciliar o trabalho e ter repertório para se locomover pela cidade – em razão da distância de alguns territórios. A questão que permanece é que essas diferenças não são pensadas pelos formuladores de políticas e programas, também passando despercebidas pelos profissionais que as operam.

Somadas as consequências da violência por parceiro íntimo na vida das mulheres, a falta de informação também contribuiu para limitar repertórios de vida das mulheres negras – como a interrupção dos planos de estudo ou a retomada de sua vida após a violência. Em uma sociedade marcada por diferenças, compreendemos o acesso à informação como “instrumento de manipulação e hierarquia social”, podendo também ser considerada instrumento de libertação quando circulada livremente (Berth, 2018), o que foi perceptível em algumas histórias que tiveram importantes desdobramentos após o acesso à informação.

Outro aspecto importante percebido no discurso das mulheres negras diz respeito à sensação de não serem ouvidas, não terem suas histórias validadas ou suas demandas absorvidas pelos operadores da política – seus discursos não ecoam. Grada Kilomba (2010), em “The mask” – capítulo que abre seu livro *Plantation memories: episodes of every day racism* – faz uma reflexão sobre a autorização discursiva. Alguém só pode falar quando sua voz é ouvida. E nessa relação dialética entre quem fala e quem ouve são legitimadas as pessoas que “pertencem”, ou seja, que são ouvidas, e aquelas que “não pertencem”, as que não são ouvidas. Essa máscara simbólica, ainda viva, é a herança colonial que silencia vozes negras ao negar sua humanidade. É imprescindível ressaltar aqui, como elabora Djamila Ribeiro (2017), que, ao reivindicar o direito de falar e, portanto, de ser ouvida, as mulheres negras reivindicam o direito à própria vida (Ribeiro, 2017).

Quanto à diferença de acolhimento vivida nos serviços da rede, observamos que as mulheres negras relataram viver mais episódios de violência institucional, narrando desde ações de culpabilização pela violência doméstica e dúvidas sobre a veracidade de suas falas até a interrupção de suas rotas – percebidas em 13 momentos diferentes, seja

por operadores da política negarem diretamente seu acesso, seja pelo tratamento desumanizado que as afastava dos serviços. Na rota de mulheres brancas, identificamos uma interrupção, dada pela negativa de acesso.

A diferença entre o acolhimento das mulheres negras e brancas também foi percebida no uso dos serviços de saúde, que identificamos como frequente na rota de todas as mulheres – dado o impacto da violência de gênero e, no caso das mulheres negras, agregada ao racismo, na sua saúde física e mental. As mulheres negras relataram ter sido constrangidas ao entrar no pronto-socorro; falta de anestesia; cirurgias malfeitas, resultando em novas cirurgias para reparação; e diferentes violências perpetradas por profissionais de saúde, que em algumas histórias interromperam o uso dos serviços, agravando a vulnerabilidade das mulheres.

Estudos evidenciam o racismo institucional (Wieviorka, 2007) na saúde, demonstrando os obstáculos que as mulheres negras encontram no acesso aos serviços. As autoras avaliam a assistência ofertada como de má qualidade, sendo que as mulheres negras recebem menos informações, menos analgesia e têm menor tempo de consulta – impactando em suas condições de vida e processos de saúde-doença que, muitas vezes, as afasta dos espaços de cuidado (Leal, 2005; Kalckmann, 2007; Goes, 2013).

Ainda assim, também ouvimos experiências positivas no setor de saúde, como no caso de Maria do Rosário, que usou um serviço de atenção primária. Ela reconheceu naquele espaço um momento de acolhimento para a dor vivida, que se traduziu em ações de não julgamento, não culpabilização e não prescrição de condutas prontas. Ainda assim, essa história entre as mulheres negras foi exceção.

Comum a todas as mulheres, a violência doméstica seguiu em grande parte invisibilizada pelos profissionais da saúde, sendo reduzida a sintomas e medicalizada. Quando visível, as mulheres relataram que o encorajamento à denúncia na delegacia de defesa da mulher foi o principal encaminhamento ou “conselho” realizado pelos profissionais da saúde. Note-se que, na maior parte dos casos, a violência não foi visibilizada ou tomada para o trabalho, e mesmo o encorajamento à denúncia foi tomado mais como conselho pessoal, fora do escopo profissional, do que um protocolo a ser realizado em todos os casos, como demonstrado também na literatura (Kiss, 2011).

A rota crítica das mulheres esteve muito atrelada ao Judiciário, esperado pelo desenho deste estudo. No entanto, o documento da lei prevê uma rede intersetorial de assistência, mas os demais serviços da rede apareceram em pequeno número, e como

uma trama de serviços desarticulados (Schraiber, 2012b), restritos a poucos encaminhamentos. Mesmo entre os diversos pontos do sistema de justiça a integração foi pequena. Os aspectos criminais e cíveis dos processos foram tratados separadamente, por exemplo, diferente do que a Lei Maria da Penha previu a princípio, o que trouxe muita dificuldade às envolvidas, porque a violência acabou não sendo considerada em assuntos de guarda e alimentos.

Ainda que as mulheres negras vivenciem mais obstáculos na busca por ajuda institucional para romper com a violência doméstica, como discutido anteriormente, observamos que elas aparecem levemente sobrerrepresentadas nos processos judiciais. Em nosso estudo, 40,9% das mulheres com processo eram negras, enquanto na região do estudo, os dados do IBGE de 2010 demonstram que 32,8% eram mulheres negras. Cabe ressaltar que essa comparação foi realizada visto que a maior parte dos crimes ocorreu na casa das mulheres (Lima, 2018).

De forma geral, esse dado demonstra uma insistente procura pelo sistema judiciário pelas mulheres negras. Suelaine Carneiro (2017), ao trabalhar com os dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres referentes ao atendimento do Ligue 180 do primeiro semestre de 2016, observou que 59,71% dos relatos de violência doméstica eram de mulheres negras, ou seja, as mulheres negras denunciam mais a violência vivida.

O Dossiê das Mulheres Negras (IPEA, 2013) chama atenção para o fato de que, apesar de procurarem menos a polícia, as mulheres negras registram mais boletins de ocorrência, sendo que das mulheres que procuraram a delegacia, 89,4% das negras registraram queixa, contra 82,0% das brancas.

Outro estudo do sul do país (Silveira, 2014a) aponta para uma sobrerrepresentação das mulheres negras no momento do B.O., também comparado à da população geral. No entanto, quando observados os B.O. que após denúncia do Ministério Público viraram processos criminais, há uma inversão: os processos das mulheres brancas aparecem em maior número.

Não podemos afirmar que as mulheres negras sofrem mais violência doméstica que as mulheres brancas – o estudo não fornece elementos para tal suposição, e estudos de prevalência não encontram diferenças significativas (Cho, 2012). Também não podemos dizer que as mulheres brancas buscam menos ajuda, até porque o processo criminal não configura a única alternativa para o enfrentamento da violência de gênero.

Mas, assim como Suelaine Carneiro o faz em seu trabalho, cabe a nós questionar porque a alta prevalência das denúncias entre mulheres negras se mantêm entre as pesquisas (Carneiro, 2017; Silveira, 2015; Brito, 1997) e as estatísticas de feminicídios continuam mostrando aumento entre vítimas negras e diminuição entre vítimas brancas?

Os obstáculos que as mulheres negras vivenciam na rota crítica pela busca de ajuda também parecem impactar o tempo do processo, sendo que as mulheres negras vivenciam o processo por tempos mais longos que as mulheres brancas, como sugerido pela análise estratificada. Corroborando com esse dado, percebeu-se uma tendência para terem seus processos extintos de punibilidade, o que pode ocorrer pela prescrição do crime.

Além de viverem uma rota mais tortuosa e mais demorada, observamos que outro fator pode estar associado a uma maior procura e pode estar atrelado à maior gravidade dos crimes, como o risco de morte. Ainda que a maioria dos processos de negras e brancas seja por lesão corporal, a análise quantitativa sugere que as mulheres negras aparecem mais representadas nos crimes de ameaça. Cabe ressaltar que a denúncia desse tipo de crime, muitas vezes, é pouco valorizada pelos operadores da lei – como demonstrado na fala de algumas mulheres entrevistadas. Junto a isso, percebemos que são as mulheres com menos anos de estudo, e entre elas as negras ainda mais, que mais solicitam medidas protetivas de urgência, também sugerindo uma percepção por elas de maior gravidade. Apesar disso, observamos que as mulheres negras, e entre elas as menos escolarizadas, aparecem em menor proporção nos casos já sentenciados.

A análise de dados quantitativos tem muitas limitações para compreender a interação das variáveis nos desfechos apresentados, e não recorremos à análise de regressão logística, já que ela não superaria essas limitações. Novas análises do material empírico coletado serão realizadas em artigos futuros, para tentarmos compreender não a ação independentemente de raça e escolaridade, mas como elas se compõem entre si para produzir os efeitos nos desfechos estudados.

Nesta dissertação, buscamos compor a produção e a análise de dados quantitativos e qualitativos, para melhor compreender o objeto de estudo. Com as limitações inerentes a esses tipos de estudo misto, e como primeira aproximação, buscamos compreender as probabilidades de determinados eventos existirem em razão do acaso e das possibilidades de sua ocorrência na vida social.

Cotejando com a literatura, propomos aqui o racismo estrutural como importante barreira na garantia de direitos, expressa em percursos tortuosos e custosos para as mulheres negras. O racismo e o classismo tornam-se, de certa forma, invisíveis diante do fato de que há um acesso preferencial para as mulheres brancas e escolarizadas – naturalizado. Precisamos aqui falar de privilégio. Estamos todos dentro de uma mesma estrutura social, como aponta Neusa Souza, “a questão é saber como funcionamos nela e como ela funciona em nós”.

Schucman (2012), em sua tese de doutorado *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*, aponta para a construção da identidade branca, que, a se ver, como sujeito universal, tem o privilégio de não carregar a raça, ou seja, como não nos racializamos como brancos, mas racializamos o negro, tido como “o outro”. Dessa forma, o privilégio material e simbólico é atribuído à branquitude socialmente, garantindo que possam “trafegar soberanos”, com a reprodução de uma hierarquia nas relações sociais de forma naturalizada.

O melhor acolhimento e a garantia de informação mais presentes nas histórias das mulheres brancas podem ser entendidos como esse “trafegar soberano”, que garante a elas a legitimidade de sujeito social demandando seus direitos – o que foi garantido em grande parte às mulheres pela Lei Maria da Penha.

Walquiria se sentiu acolhida no hospital quando ofereceram a ela local reservado na sala de espera e ao receber o laudo médico com fotos, que a exime de viver a etapa do exame de corpo de delito. Aurora também recebeu laudo médico falando da agressão e do tratamento para juntar ao processo. Líbia Moirã recebeu cartilha sobre os serviços da rede intersetorial e foi passada na frente na fila do IML, para evitar constrangimento.

Como expressado por Líbia Moirã, ao avaliar o processo vivido pela Lei Maria da Penha: “graças a Deus eu tenho sorte, sempre tive sorte na vida”. Precisamos entender que não é sorte que nós, brancos, vivenciamos em uma sociedade marcada por desigualdades raciais, e sim esse privilégio material e simbólico. Mas, até onde sabemos não “é graças a Deus”? Tal situação “é graças” a nossa história colonial, que garantiu ao longo do tempo *status* social a um grupo e negou a humanidade de outro. É graças ao racismo estrutural e à manutenção desse *status quo*.

Mas, como percebemos também nas entrevistas, nós, brancas, não só somos apenas privilegiadas de nosso lugar não racializado, como também reproduzimos as estruturas que asseguram as desigualdades. Bento (2002) coloca que a ideia altamente

propaganda de democracia racial isenta a população branca em reconhecer que ocupar um alto lugar na hierarquia social seja entendido como privilégio, ou, ainda, que nos responsabilizemos pelas questões sociais dos não brancos.

Essa noção de privilégio é relativa, ou seja, comparando brancas e negras, houve maior cuidado e legitimidade da demanda para as brancas. No entanto, estamos falando de mulheres, que vivenciam gênero de diferentes formas, mas que, quando comparadas aos homens, têm menor valor atribuído a suas necessidades e direitos. O termo privilégio serve aqui para mostrar essa vantagem relativa, mas não queremos de forma alguma dizer que as mulheres brancas receberam algo a mais, ou que não lhes era devido. Ao contrário: buscamos visibilizar que ser bem acolhida e ter acesso à informação deveria ser um direito de todas e, portanto, chamar atenção para as mulheres negras e suas ainda maiores dificuldades de acesso à cidadania.

Nas entrevistas, as mulheres brancas, quando questionadas sobre a diferença apresentada pelo Mapa da Violência da Evolução do Feminicídio entre Negras e Brancas, negam a questão racial e atribuem o aumento dos feminicídios de mulheres negras à pobreza – mostrando o que bellhooks (2000) discute em seu livro *Where do we stand? Classmatters*, que aos olhos dos brancos a pobreza é sempre preta.

Ainda que consigam se conectar com outras mulheres pela dor de ter vivenciado uma situação de violência doméstica, percebe-se um nítido distanciamento e uma marcação de que “essas mulheres que morrem mais” nada têm a ver com elas. A questão é individualizada e atribuída à “culpa” das mulheres negras e pobres, por supostamente não perceberem que estão sofrendo violência ou não buscarem ajuda para sair dessa situação.

Essa culpabilização individual também isentou em suas falas a responsabilidade do Estado com esses números alarmantes de aumento do feminicídio entre as mulheres negras. Podemos entender, como expresso por Djamila Ribeiro (2017), que a insistência de que as políticas universais são capazes de abranger a todas as mulheres é um reflexo de nós, mulheres brancas, falando de nós mesmas – compreendidas como universais e invisibilizando aquelas que são diferentes.

É imprescindível compreender que a diferença apontada por este trabalho entre as mulheres negras e brancas não deve ser mera coincidência. Ainda que as experiências das entrevistadas sejam pessoais e singulares, precisamos estar atentas ao conceito de sujeito social e lugar de fala – importante para pensar que o grupo social a qual cada

indivíduo pertence também produz experiências comuns entre eles, pois estamos falando de uma estrutura social em que todos nós estamos inscritos. A análise dessa questão deve ser pautada estruturalmente (Ribeiro, 2017).

Lélia Gonzales, em 1984, questionava-se sobre de que forma o racismo e o sexismo operavam simbolicamente e resultavam nas experiências concretas das mulheres negras, percebendo que as mulheres negras que pertenciam a uma camada social mais elevada ainda sofriam discriminação – ou seja, a questão não está confinada apenas à opressão de classe ou gênero, mas precisamos incluir a análise racial.

No mesmo sentido, Patricia Hill Collins (2000) aponta para que os sistemas de opressão – gênero, raça e classe – operam de forma interligada em uma “matriz de dominação”. Em seu livro *Black feminist thought*, a autora discorre sobre o conceito, chamando atenção para a não hierarquização das formas de opressão, sendo que articuladas culminam em diferentes experiências.

Na análise quantitativa, ainda que a técnica escolhida não nos permita compreender a interação entre as variáveis nos desfechos analisados, percebemos que raça e escolaridade atuam produzindo desigualdades entre negras e brancas, e mulheres com mais ou menos anos de estudo, que se interseccionam. Nas entrevistas, as mulheres negras também expressam essa articulação da opressão na experiência concreta das passagens pelo serviço. Quando Aramides se questiona “Agora, eu que sou do gueto, eu sou preta, eu moro na favela. Eles pensam: ‘pra que preocupar com ela?’”, fica explícito o reconhecimento de que é um sujeito marcado por diferenças, que nas instituições se traduzem em desigualdades na garantia efetiva de direitos, como pelo citado por ela em ter os mecanismos de proteção da lei. Como ela expressa de forma eloquente, há vidas que efetivamente têm menor valor nos diversos espaços sociais – e algumas vidas valem quase nada.

Ainda que o conceito dessa articulação entre as diferentes opressões de raça, gênero e classe social, também nomeado interseccionalidade, tenha sido amplamente discutido por intelectuais do feminismo negro (hooks, 1982; Gonzales, 1984; Collins, 2000; Crenshaw, 2002; Carneiro, 2003), as políticas públicas – e aqui nos referimos especialmente à Lei Maria da Penha – parecem ainda não conseguir incorporar ações que garantam a equidade de acesso entre as diferentes mulheres, sendo que a sua prática reproduz as desigualdades já presentes na sociedade. Cabe ressaltar que, não à toa, o conceito de interseccionalidade encontra resistência em seu uso, visto que o

silenciamento das produções intelectuais negras, o epistemicídio, também é notável em nosso meio acadêmico.

Ao não reconhecer a pluralidade de mulheres e garantir ações que garantam a equidade, as instituições reproduzem as desigualdades e geram novas opressões. Em outras palavras, as políticas e práticas impedem as mulheres negras de usufruir seus direitos (Collins, 2000). Compreendemos então que os direitos não serão universalmente acessados sem a transformação efetiva dessas instituições e de seus operadores. Como também entendido por uma das entrevistadas, a manutenção das desigualdades não se dá por políticas públicas explicitamente racistas e sexistas, mas pela forma como funcionam as instituições (Collins, 2000).

Djamila Ribeiro (2018), em seu livro *O que é lugar de fala?*, chama atenção para a necessidade de as políticas públicas se atentarem para a maneira como as desigualdades são criadas e a maneira pela qual as instituições, inseridas em uma estrutura social, oprimem e privilegiam certas identidades.

A autora também chama atenção para o fato de que as mulheres negras estão em uma posição de maior vulnerabilidade social exatamente porque a própria sociedade reproduz as desigualdades. Se não colocarmos as mulheres negras no centro da questão – como também afirma Collins (2000) – não conseguiremos avançar. E concordamos com a autora quando diz: “Melhorar o índice de desenvolvimento humano dos grupos mais vulneráveis deveria ser entendido como melhorar o índice de desenvolvimento humano de uma cidade ou país”.

Sueli Carneiro há muito também vem apontando essa questão, entendendo que a garantia dos direitos às mulheres negras será somente plena quando do enfrentamento às estruturas racistas, sexistas e classistas da sociedade. A garantia de direitos de cidadania das mulheres negras precisa passar por políticas que tensionem essas estruturas.

Por fim, é interessante perceber que a busca por ajuda para cessar com a violência doméstica vivida também é capaz de produzir a consciência de direitos, em um caminho emancipatório.

Isso é dito baseado nos discursos das mulheres, tanto nessa pesquisa como pela experiência do atendimento a mulheres em situação de violência na saúde. A busca por romper a situação de violência carrega a percepção de que essa situação é um problema da esfera pública e que tantas outras mulheres vivenciam histórias similares, tornando a experiência individual parte de um processo coletivo. Trata-se de um processo que

visibiliza a situação desigual em que vivem as mulheres, e a construção do entendimento que é um direito viver uma vida livre de violência.

Ainda assim, a negação do racismo por muitas de nós, mulheres brancas, apresenta-se como obstáculo para o processo de emancipação das mulheres, visto que é preciso romper com todas as estruturas de opressão, não apenas com gênero, já que as mulheres vivenciam gênero também por meio de raça, classe social e outros eixos de opressão. Como colocado por Berth (2018), pensar o empoderamento, conceito trabalhado por ela em seu livro, significa pensar necessariamente em estratégias antirracistas, antissexistas e anticapitalistas.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho estudou uma população bem delimitada, refletindo mulheres negras e brancas que têm processos pela Lei Maria da Penha em uma Vara de Violência Doméstica específica da cidade de São Paulo, em um território circunscrito que não foi analisado em suas especificidades.

Ainda que esta pesquisa possa refletir sobre os obstáculos a mais vivenciados por mulheres negras e de camadas sociais baixas, outros marcadores de diferença devem ser estudados em profundidade para refletirmos as barreiras enfrentadas pela multiplicidade de mulheres. Quando a mulher universal sujeito da lei é percebida plural, precisamos pensar nas diferentes necessidades e dificuldades das mulheres indígenas, nas mulheres trans, nas mulheres lésbicas, nas mulheres portadoras de alguma deficiência, nas mulheres migrantes, nas mulheres em situação de rua, como elemento importante para o acesso ao direito de todas...

Os serviços de saúde apareceram ao mesmo tempo como potência e como reprodutores das desigualdades sociais. Entendemos a saúde como um lugar privilegiado para o enfrentamento da violência doméstica, visto que permeia a trajetória de muitas mulheres, ainda que elas, por vezes, não reconheçam os serviços de saúde como espaços capazes de cuidar dessa demanda, e os profissionais muitas vezes não tenham elementos para uma ajuda efetiva.

Podemos concluir que há um abismo entre o que a Lei Maria da Penha prevê no documento de sua política e seu real funcionamento. Pensada como política pública universal, este estudo demonstra sua ineficiência em reconhecer a pluralidade das mulheres. Ao compreendermos que o racismo, o sexismo e o preconceito de classe estruturam a nossa sociedade e moldam as relações sociais, é evidente que uma política pública jamais será universal se não construir mecanismos concretos que assegurem a igualdade de acesso e de direitos.

Os formuladores de política e o movimento de mulheres precisam escutar as múltiplas vozes que há tempos disputam narrativas para denunciar a diferença vivida por meio dos marcadores de diferenças no acesso e na efetivação de seus direitos, criando estratégias bem delimitadas para superar as barreiras de gênero, raça e classe, entre outras.

Se conseguirmos concretizar essa mudança, podemos vivenciar de fato uma política para o enfrentamento da violência doméstica que seja universal, pois, ao incluirmos os grupos de mulheres mais vulneráveis, incluímos todas as outras.

12 ANEXOS

Anexo 1

Treinamento dos estagiários para a coleta de dados

PARÂMETROS PARA A COLETA DE DADOS QUE DEVEM SER ADOTADOS POR TODOS

- 1- Não registrar processos com vítimas menores de 18 anos (na data do fato), independentemente de qual for o crime.
- 2- No caso de vítima menor, apenas tarjar e anotar em papel separado, mas não registrar.
- 3- Se duas vítimas, uma maior e outra menor, registrar os dados da vítima maior (ex.: agrediu esposa e filha – registrar apenas a esposa) e indicar nas observações que tem outra vítima e a relação com o agressor.
- 4- No caso de duas vítimas, registrar dos dados daquela que tem maior vínculo com o réu (ex.: esposa, mãe). Indicar nas observações que tem outra vítima e a relação com o agressor.
- 5- O estupro de vítima maior será cadastrado.
- 6- Fazer uma anotação em lista separada quando a cor da vítima for preta (independentemente da cor do réu).
- 7- Registrar todos os processos iniciados até 04/09/2015 (data da denúncia menor ou igual a tal data), mesmo que já haja sentença (aplicação de pena) no processo.
- 8- O CEP é um dado muito importante. Pesquisar no site dos Correios e na internet.
- 9- Para saber se foi a medida protetiva pedida, ler as declarações da vítima. Cuidado, nem sempre o pedido de protetiva está com capa vermelha apensada, às vezes está no próprio inquérito ou com uma capa sem cor (processos mais antigos), por isso é importante ler as declarações da vítima.
- 10- Se a vítima for casada ou ex-mulher do agressor, informar na relação o ícone outros e escrever (marido da vítima ou ex-marido da vítima).
- 11- Nos processos mais antigos não tinha multidisciplinar: informar que a vítima não veio. Dica: no recebimento da denúncia é marcada data para

a vítima comparecer ao multidisciplinar. Se não tiver nenhuma data, significa que ainda não havia sido implantado o procedimento.

- 12-Prisão envolve flagrante e preventiva: se o réu foi preso por qualquer motivo no processo, preencher osim e depois indicar o tipo de prisão nas observações. Caso não conste qualquer informação sobre a prisão do réu no processo, preencher a resposta não.
- 13-Nos campos em que a vítima refere violência e registro de boletins anteriores, ler as declarações da vítima em delegacia para preencher corretamente.
- 14-Somente salvar como completo o cadastro em que constar todas as informações, se estiver faltando algo (idade, cor da pele, escolaridade), salvar como incompleto, mas indicar o dado que não consta nas observações.

Anexo 2

Roteiro das entrevistas semiestruturadas

Identificação da entrevista

Data:	
Identificação:	
TCLE: Sim ☐ Não ☐	
Local da entrevista:	
Horário do início da entrevista:	Término:

Antes de iniciar a entrevista, gostaria de fazer algumas perguntas.

1. Idade

2. Cor da pele

Branca	☐
Preta	☐
Parda	☐
Amarela	☐
Indígena	☐

3. *Status*civil

Casada	☐
Amasiada	☐
Divorciada	☐
Viúva	☐
Solteira	☐

3a. Tempo da atual/última relação

Anos/Meses

4. Mora com o companheiro?

Sim	☐	Não	☐
-----	--------------------------	-----	--------------------------

5. Filhos

Sim	☐	Não	☐
-----	--------------------------	-----	--------------------------

5a. Se sim, quantos filhos?

5b. Se sim, quantos moram com você?

6. Mais alguém mora na sua casa?

Sim	☐	Não	☐
-----	--------------------------	-----	--------------------------

6a. Se sim, quem?

Pais	☐	Sogros	☐
Irmãos	☐	Outros	☐

7. Escolaridade

Ensino fundamental	☐	☐
Ensino médio	☐	☐
Ensino superior	☐	☐
Pós-graduação	☐	☐

8. Exerce atividade remunerada?

Sim	☐	Não	☐
-----	--------------------------	-----	--------------------------

8a. Qual é o seu trabalho?

8a. Há quanto trabalha nisso?

Anos/Meses

8b. Horas de trabalho por semana

Obrigada. Agora vou perguntar sobre algumas experiências pessoais.

9. Experiências em perceber-se (negra/branca)

- a. Acima, quando perguntei sobre sua cor de pele, você se declarou (branca/preta/parda). Você se lembra como foi quando você, pela primeira vez, percebeu-se (branca/preta/parda)?

EXPLORAR:

- Seus pais/familiares têm a mesma cor de pele?
- Na sua escola/bairro, tinham pessoas com a mesma cor de pele que você?

- b. Você já se sentiu discriminada por ser (branca/preta/parda)? Você pode me contar o que aconteceu?

EXPLORAR:

- Como você se sentiu nessa ocasião?
- Como você reagiu?

Obrigada. Agora vou perguntar sobre suas experiências pessoais. Por favor, avise-me se alguma pergunta fizer você se sentir desconfortável ou se você preferir não responder.

10. Experiências de violência

- a. Eu sei que você teve um processo pela Lei Maria da Penha porque alguém próximo a machucou ou adeixou com medo. Você pode me dizer quem é essa pessoa?
- b. Você se sente confortável em me contar o que aconteceu?
- c. Aproximadamente, por quanto tempo você vivenciou esses comportamentos?
- d. Que nome você dá para o que viveu? Você acha que é violência?
- e. Para quem você já contou sobre isso?

EXPLORAR:

- Família? Vizinhos? Amigas? Líder religioso? [REDE INFORMAL]
- O que elas/eles disseram?
- Como você se sentiu?

Obrigada por compartilhar, entendendo que pode ser difícil falar sobre isso. Como você está se sentindo? Está tudo bem para continuar? [Se sim] As próximas perguntas são sobre essas situações de violência e o seu processo em buscar ajuda.

11. O Boletim de Ocorrência

- a. Você foi à delegacia para registrar B.O.? Você pode contar como foi esse processo?

EXPLORAR:

- Como foi a decisão de buscar a delegacia?
- Em qual delegacia você foi? DP ou DDM?
- Você foi sozinha ou acompanhada?
- De que episódio você deu queixa?
- Como foi atendida?
- Você se sentiu acolhida? Confortável?
- Ofereceram a você medidas protetivas? Você se sentiu bem informada sobre elas?
- CASO NÃO SEJA AGRESSÃO FÍSICA: Você foi informada sobre a necessidade de representar a queixa?
- Você se sentiu bem informada?

b. Você foi encaminhada ao IML?

EXPLORAR:

- Explicaram a você sobre os procedimentos do IML na delegacia?
- Como você foi até o local?
- Como foi atendida?
- Você se sentiu acolhida?
- Você se sentiu bem informada?

c. A delegacia encaminhou você a algum outro serviço?

EXPLORAR:

- Qual serviço?
- Você chegou a ir? Se não, porquê?
- Como foi atendida?

d. Você pode me contar o que aconteceu após o registro do B.O.?

EXPLORAR:

- Você foi chamada à delegacia novamente?
- Como foi orientada no quesito das provas (fotos, testemunhas, *e-mail* etc.) para a justiça?
- Seu companheiro/ex-companheiro foi intimado? Como ficaram as coisas depois disso? Você se sentia segura? (EXPLORAR NOVAMENTE AS MEDIDAS PROTETIVAS)

e. Você já conhecia a Lei Maria da Penha? Você sabia como a lei funcionava?

EXPLORAR:

- Quais eram suas expectativas? Elas foram atendidas?

f. Você já fez algum outro B.O. por violência? Como foi?

Muito obrigada por compartilhar isso comigo. Agora vou fazer algumas perguntas sobre a fase que procede o inquérito policial, feito pela delegacia.

12. Sobre o processo judicial

- a. Você pode me contar o que aconteceu após o boletim de ocorrência vir para a Vara de Violência Doméstica e Intrafamiliar contra a Mulher?

EXPLORAR:

- Quantas vezes você foi chamada para depor?
- Quais eram suas expectativas?
- Como ficou a relação com o seu companheiro/ ex-companheiro? Ele a agrediu novamente nesse período? Você se sentia segura?
- Como você avalia esse processo? Como você se sentiu?

- b. Você foi encaminhada ao atendimento multiprofissional com profissionais de psicologia ou da assistência social aqui na Vara?

- Você foi ao atendimento? Se não, porquê?
- Se sim, como foi atendida?
- Encaminharam você para algum outro serviço? Quais? Você foi?

- c. SE JÁ TIVER SENTENÇA: O que você achou da sentença dada?

- Você achou justa?
- O que você gostaria que acontecesse?

13. Sobre a rede de saúde

- a. Você já precisou de assistência médica depois de algum episódio de violência? Se sim, você buscou ajuda em algum serviço de saúde?

EXPLORAR:

- Qual serviço você procurou?
- Como você foi atendida?
- Perguntaram a você sobre a violência sofrida?
- Você falou sobre a violência sofrida?
- Que tipo de ajuda foi oferecida nesse serviço?

- b. Você tem matrícula em alguma UBS? Se sim, qual?

SE NÃO, perguntar sobre algum profissional de saúde da rede particular com quem tenha vínculo.

[SE MATRICULADA EM ALGUM SERVIÇO DE SAÚDE OU TEM VÍNCULO COM PROFISSIONAL]

- c. Você já contou para algum profissional de saúde sobre a violência vivida? Você pode me contar como foi?

EXPLORAR:

- Como surgiu o assunto? Você contou ou foi questionada sobre?
- Como o profissional de saúde reagiu quando você contou?
- Que tipo de ajuda você esperava receber?
- O que aconteceu depois?
- Você foi encaminhada para algum serviço? Qual? Você foi?
- Falaram sobre a Lei Maria da Penha?
- Foi receitada alguma medicação? Qual? Para qual finalidade?
- Como você se sentiu após o relato?

[SE NUNCA FALOU]

- d. Porque você acha que nunca falou para um profissional de saúde sobre os conflitos que vivia em casa?

EXPLORAR:

- Você se sente acolhida nos serviços de saúde que frequenta?
- Como você avalia o atendimento nesses locais?

Obrigada. Agora vou fazer algumas perguntas sobre outros serviços que você possa ter procurado. Até agora, você me disse que já procurou as pessoas X, Y e Z e que também já buscou ajuda nos serviços A, B e C.

14. Busca pela rede intersetorial

- a. Quais serviços (saúde, assistência social, assistência jurídica) você já buscou para lidar com a violência?

EXPLORAR (para cada um deles):

- Como você ficou sabendo desse serviço?
- Quais eram as suas expectativas? Elas foram atendidas?
- Como você foi atendida?
- Que ajuda lhe foi oferecida?
- Como você se sentiu?

- 15.** Segundo o “Mapa da Violência 2015. Homicídio das Mulheres no Brasil”, no período de 2003 a 2013, o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, enquanto o de mulheres negras aumentou 54,2% no mesmo período. Se observamos o período após

a Lei Maria da Penha (2006 a 2013), nota-se que o número de vítimas cai 2,1% entre as mulheres brancas e aumenta 35,0% entre as negras.

- a. Pensando nos dados que acabei de ler, porque você acha que isso acontece?
EXPLORAR a rota crítica da entrevistada.

- b. Você se sentiu discriminada em algum serviço em que buscou ajuda? Se sim, quais?
EXPLORAR:
 - Como aconteceu?
 - O que você sentiu?

16. Sentimentos presentes

- a. Como estão as coisas para você agora? Alguma coisa mudou para você?
- b. O que você gostaria que acontecesse no futuro?
- c. De todas as pessoas e serviços para quem/em que você contou sobre suas experiências, em quem você teve mais confiança? Você pode explicar o porquê?

17. Finalizando a entrevista

Muito obrigada. Estamos terminando a entrevista agora, mas antes disso gostaria de saber:

- a. Como você se sentiu ao falar sobre isso hoje? Quais sentimentos surgiram?
- b. Você acha que seria interessante o apoio de algum serviço para lidar com a violência vivida?

Obrigada por compartilhar suas experiências e ajudar com nossa pesquisa. Eu sei que pode ser muito difícil e doloroso falar disso. É preciso muita força para se abrir com alguém que você não conhece, e eu realmente admiro isso. Existe alguma coisa que você gostaria de me dizer antes de terminar a entrevista?

Anexo 3

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gênero e raça: a situação das mulheres negras no enfrentamento à violência doméstica

As informações fornecidas farão parte do estudo “*Gênero e raça: a situação das mulheres negras no enfrentamento à violência doméstica*”, que visa conhecer e analisar a situação da mulher negra no acesso e na assistência dos serviços que compõem a rede de enfrentamento a violência doméstica, a fim de refletir acerca das atuais políticas públicas direcionadas a esse enfrentamento.

Na primeira fase desta pesquisa, analisamos processos judiciais pela Lei Maria da Penha (11.340/2006) e você foi selecionada, junto a outras mulheres, para participar da segunda fase – entrevista. Entendemos que os dados obtidos no processo não correspondem à vivência subjetiva do enfrentamento à situação de violência e, portanto, acreditamos que a entrevista é uma importante técnica para a coleta de informações capazes de ampliar nosso entendimento acerca dos obstáculos e facilitadores nesse processo de busca por ajuda. A entrevista poderá lhe trazer lembranças tristes ou difíceis, e poderemos ajudar com apoio e encaminhamentos para serviços capazes de atendê-la. No entanto, o que será relatado poderá ajudar a melhorar o trabalho com mulheres que passam por situações similares a sua.

Você responderá de forma voluntária a uma entrevista e terá o direito de não responder a qualquer pergunta que lhe for incômoda, podendo até interromper o depoimento a qualquer momento se assim o desejar. É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo para você ou para a continuidade do seu processo.

Os pesquisadores utilizarão os dados coletados somente para esta pesquisa, mantendo-se, assim, o seu sigilo. Os depoimentos serão gravados, mas sua identificação não será associada ao conteúdo da fita. As fitas serão destruídas depois de transcritas.

Você tem o direito de ser mantida atualizada sobre os resultados da pesquisa.

Não há despesas pessoais para participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é a Professora Ana Flávia d'Oliveira, que pode ser encontrado no endereço Av. Dr. Arnaldo, 455 – Faculdade de Medicina – 2º andar – Tel.: 3061-7085 ou 3061-7444. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) – Av. Dr. Arnaldo, 255 – 21º andar – Tel.: 3893-4401, *E-mail*: cep.fmusp@hcnet.usp.br.

Acredito ter sido suficientemente informada a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo “*Gênero e raça: a situação das mulheres negras no enfrentamento à violência doméstica*”.

Eu discuti com a professora Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira sobre a minha decisão em participar neste estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Assinatura da entrevistada

Data: ____/____/____

Assinatura da testemunha

Data: ____/____/____

(Para casos de mulheres analfabetas, semianalfabetas ou portadoras de deficiência auditiva ou visual.)

(Somente para o responsável do projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste paciente ou representante legal para a participação neste estudo.

_____ Assinatura do responsável pelo estudo

Data: ____/____/____

Anexo 4

Parecer consubstanciado do CEP

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - FMUSP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Gênero e raça: a situação das mulheres negras no enfrentamento à violência doméstica

Pesquisador: Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52629715.6.0000.0065

Instituição Proponente: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.818.409

Apresentação do Projeto:

A violência doméstica é um obstáculo para a efetivação dos direitos humanos e influencia diretamente na saúde das mulheres. A superação desse problema só será efetiva na medida em que for encarado como fenômeno complexo. A pesquisa tem como hipótese que as mulheres negras tem menos acesso ao sistema judiciário e aos serviços que compõe a rede intersetorial de enfrentamento à violência doméstica, quando comparadas às mulheres não negras. Assim o objetivo do estudo é compreender a situação da mulher negra no acesso aos serviços que compõe a rede de enfrentamento a violência doméstica. Trata-se de estudo quanti e qualitativo a ser realizado com mulheres acima de 18 anos que tem processo em andamento pela Lei Maria da Penha na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Fórum Butantã, cidade de São Paulo, no período de 01/09/2011 a 01/09/2015. A parte quantitativa será realizada por meio de estudo transversal e os dados serão coletados pelos processos judiciais na plataforma na RedCap e analisados no STATA 12 (estimado em 1100 processos). As variáveis analisadas serão idade, cor da pele, escolaridade, estado civil, tipo de violência sofrida (artigo penal), pedido de medidas protetivas, sexo do agressor, idade do agressor e ocorrência de prisão preventiva. A parte qualitativa será realizada por meio de estudo exploratório-descritivo, com entrevistas semi-estruturadas e serão

Endereço: DOUTOR ARNALDO 251 21º andar sala 36

Bairro: PACAEMBU

CEP: 01.246-903

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3893-4401

E-mail: cep.fm@usp.br

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - FMUSP

Continuação do Parecer: 1.818.409

escolhidas aproximadamente 10 mulheres negras e 10 não negras que se diferenciem por idade, escolaridade, estado civil e tipo de violência sofrida. A quantidade precisa será definida pela saturação das informações. Serão analisadas as políticas públicas da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial direcionadas ao enfrentamento da violência de gênero e do racismo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

- Analisar o acesso das mulheres negras à justiça e a rede de enfrentamento a violência doméstica.

Objetivo Secundário:

- Analisar a intersecção de raça e gênero nas políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência doméstica e ao racismo.
- Descrever o perfil sociodemográfico das mulheres da região de abrangência da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Fórum Butantã/SP, e comparar com o perfil das mulheres que possuem processo aberto na mesma Vara.
- Analisar a presença do racismo no contexto da violência doméstica sofrida pelas mulheres negras.
- Analisar a rota crítica das mulheres negras e não negras com processo aberto pela Lei Maria da Penha
- Refletir acerca dos obstáculos e facilitadores que encontraram nas respostas institucionais, focando em questões raciais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Na parte quantitativa da pesquisa o risco é no manuseio dos processos que tramitam em segredo de justiça. Na parte qualitativa o risco diz respeito à lembranças difíceis e sofrimento emocional decorrente da entrevista. As participantes poderão ser encaminhadas a serviços da rede de enfrentamento à violência de gênero, quando solicitado ou quando a entrevistadora julgar necessário.

Benefícios: Os resultados do estudo servirão para o aprimoramento das políticas públicas e o acesso equânime à garantia dos direitos.

Endereço: DOUTOR ARNALDO 251 21º andar sala 36

Bairro: PACAEMBU

CEP: 01.246-903

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3893-4401

E-mail: cep.fm@usp.br

**FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - FMUSP**

Continuação do Parecer: 1.818.409

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de grande relevante social e em saúde, bem fundamentado e claro quanto aos objetivos e metodologia propostos. Em sua nova versão, os pesquisadores informam forma de estabelecimento de contato e convite aos potenciais participantes. Essas informações foram descritas no projeto na íntegra e no TCLE

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios: Projeto na Íntegra, TCLE e Autorização de acesso aos processos pela Vara da região Oeste de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. – Foro Regional Butantã. No TCLE, em sua nova versão, foi atualizado endereço e telefone do CEP.

Recomendações:

Nada a declarar

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_608921.pdf	24/10/2016 15:04:01		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_apos_pendencia_emitida_pelo_CEP.doc	24/10/2016 15:02:49	Stephanie Pereira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_apos_pendencia_emitida_pelo_CEP.docx	24/10/2016 15:01:05	Stephanie Pereira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.docx	04/12/2015 11:09:08	Stephanie Pereira	Aceito
Outros	PARECER.pdf	24/11/2015	Ana Flávia Pires	Aceito

Endereço: DOUTOR ARNALDO 251 21º andar sala 36

Bairro: PACAEMBU

CEP: 01.246-903

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3893-4401

E-mail: cep.fm@usp.br

FACULDADE DE MEDICINA DA
UNIVERSIDADE DE SÃO
PAULO - FMUSP

Continuação do Parecer: 1.818.409

Outros	PARECER.pdf	09:59:07	Lucas d'Oliveira	Aceito
Folha de Rosto	folha.pdf	24/11/2015 09:57:19	Ana Flávia Pires Lucas d'Oliveira	Aceito
Outros	Autorizacao_Juiza_da_Vara.pdf	22/10/2015 11:16:42	Stephanie Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	21/10/2015 16:14:09	Stephanie Pereira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado ✓

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 08 de Novembro de 2016

Assinado por:

Maria Aparecida Azevedo Koike Folgueira
(Coordenador)

Endereço: DOUTOR ARNALDO 251 21º andar sala 36

Bairro: PACAEMBU

CEP: 01.246-903

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3893-4401

E-mail: cep.fm@usp.br

13 REFERÊNCIAS

Almeida Filho N, Barreto ML. *Epidemiologia & Saúde: fundamentos, métodos, aplicações*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011.

Almeida S. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento; 2018.

Bardin L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70; 2000.

Bauer MW. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer MW, Gasakell G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 3a ed. Petrópolis: Vozes; 2002.

Beauvoir S. *O segundo sexo I: os fatos e os mitos*. Tradução de S. Milliet Lisboa: Quetzal; 2009.

Bento MA, Carone I (organizadores). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. São Paulo: Vozes; 2002.

Berth, J. *O que é empoderamento?*. Belo Horizonte: Letramento; 2018.

Bondia JL. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. 2002;19:20-8.

Bourdieu P. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 2a ed. Rio de Janeiro: BestBolso; 2014.

Brannen J. Mixing Methods: the entry of qualitative and quantitative approaches into the research process. *International Journal of Social Research Methodology*. 2005;8(3):173-84.

Brasil. Leis etc. Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989. [acessado 05 maio 2015]; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm.

Brasil. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Nacional de Enfrentamento à violência contra as Mulheres, Brasil. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para Mulheres; 2011.

Brasil. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Lei Maria da Penha – Lei n. 11.340/2006. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres; 2012.

Bravo M. *Incesto y violación*. Chile: Academia; 1994.

Carneiro RG. Da (in)visibilidade do caso Sirlei Dias Carvalho: um estudo interseccional da violência contra a(s) mulher(es). *Acta Sci. Human. Soc. Sci.* (Maringá). 2008;30(2):137-45.

Carneiro S. Raça e etnia no contexto da conferência de Beijing. In: Werneck J. Mendonça M, White EC (organizadoras). *O livro de saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. 2a ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola; 2002.

Carneiro S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*. 2003;17(49):117-32.

Carneiro S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro; 2011.

Carneiro S. *Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números*. São Paulo: Gêledes – Instituto da Mulher Negra; 2017.

Cho H. Racial Differences in the prevalence of intimate partner violence against women and associated factors. *Journal of Interpersonal Violence*. 2012;27(2):344-63.

Collins PH. *BLACK feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge; 2000.

Corsi J (organizador). *Maltrato y abuso em el ámbito doméstico*. Buenos Aires: Paidós; 2003.

Crenshaw K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas* (Florianópolis); 2002;10(1):171-88.

Davis A. A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura. Tradução de Arthur Neves Teixeira. Rio de Janeiro: DIFEL; 2009.

Davis A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo; 2016.

Diniz SG. A violência de gênero como questão de saúde. *Jornal da Rede saúde*. 1997; 14:7-8.

d'Oliveira AFPL, Schraiber LB, HanadaH, Durand J. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero: uma alternativa para a atenção primária em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2009;14(4):1037-50.

d'Oliveira AFPL, Schraiber LB, França-Junior I, Ludermir AB, Portella AP, Diniz CS, Couto MT, Valença O. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Rev. Saúde Pública* (São Paulo). 2009;43(2):299-310.

Fernandes F. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça*. 3. ed. São Paulo: Ática; 1978.

Foucault M. *Vigiar e punir*. 39a ed. Petrópolis: Vozes; 2011.

Garcia-Moreno, C et al. Prevalence of intimate partner violence: findings from the WHO multi-country study on women's health and domestic violence. *The Lancet*. 2006; 368:1260-9.

Gil AC. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. 6a ed. São Paulo: Atlas; 2008.

Gimeno SGA, Souza JMP. Utilização de estratificação e modelo de regressão logística na análise de dados de estudo caso-controle. *Rev. Saúde Pública*. 1995;29 (2):283-9.

Goes EF, Nascimento ER. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. *Saúde em Debate* (Rio de Janeiro). 2013;37(99):571-79.

Gonzales L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984:223-44.

Gonzales L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro). 1988b:69-82.

Guimarães ASA. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3a ed. São Paulo: Editora 34; 2009.

Heise L, Garcia-Moreno C. Intimate partner violence. In: KrugEG, DahlbergLL, MercyJA, ZwiAB, Lozano R. (editores). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization; 2002.

Heise L, Kotsadam A. Cross-national and multilevel correlates of partner violence: an analysis of data from population-based surveys. *The Lancet*. 2015;3:332-40.

Heise L, Pitanguy J, Germain A. *Violencia contra la mujer: la carga oculta sobre la salud*. Washington: OMS; 1994.

hooks b. *Ain't I a woman* – Black women and feminism. Londres: Pluto Press; 1982.

hooks b. *Where do we stand? Class matters*. New York: Routledge; 2000.

hooks b. Luta de classes feminista. [Internet]. [acessado em 12 fev 2017]. Disponível em: <http://www.cabn.libertar.org/wp-content/uploads/2013/08/LutadeClassesFeminista.pdf>.

Instituto Geledes (org.). Brasil: o movimento quilombola pode ser o maior programa do mundo de reparação pela escravidão [Publicado em 15 de julho de 2014] [Acessado em 10 de maio de 2015]. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/brasil-movimento-quilombola-pode-ser-o-maior-programa-de-reparação-pela-escravidao/>

IPEA. *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras*. Brasília: IPEA; 2013.

Kalckmann S, Santo CG, Batista LE, Cruz VM. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? *Saúde soc.* (São Paulo). 2007;16(2):146-55.

Kilomba, G. The mask In: *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast Verlag, 2ª ed., 2010.

Kiss LB, Schraiber LB. Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2011;16(3):1943-52.

Laqueur T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: RelumeDumará; 2001.

Leal MC. Gama SGM. CunhaCB. Desigualdades raciais, sociodemográficas e na assistência ao pré-natal e ao parto, 1999-2001. *Rev. Saúde Pública*. 2005;39(1):100-7.

Lima TM. *Perfil e a distribuição espacial das mulheres que tiveram processos na vara de violência doméstica e familiar contra a mulher da região oeste de São Paulo* [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2018.

Lima RS. Atributos raciais no funcionamento do sistema de justiça criminal paulista. *São Paulo em Perspectiva*. 2004;18(1):60-5.

Lipsky S, Cristofalo M, Reed S, Caetano R, Roy-Byrne P. Racial and Ethnic disparities in police-reported intimate partner violence perpetration: a mixed methods approach. *Journal of Interpersonal Violence*. 2012;27(11): 2144-62.

Marconi MA, Lakatos EM. *Técnicas de pesquisa*. 6a ed. São Paulo: Atlas; 2006.

Maringoni G. O destino dos negros após a abolição. Ipea: Desafios do Desenvolvimento (São Paulo). 2011;70:34-42.

Meneghel SN; Bairros F; Mueller B; Monteiro D; Oliveira LP; Collazio EM. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2011;27(4):743-52.

Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2a ed. Rio de Janeiro: Abrasco; 1992.

Miryam Cristina Mazieiro Vergueiro da Silva. *Rota crítica: os (des)caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda* [dissertação]. São Paulo, Faculdade de Medicina da USP; 2009.

Moi T. *Whatis a woman?* Andotheressays. Oxford: University Press; 2001.

Narvaz MG. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. *Psico* (Porto Alegre). 2006;37(1):7-13.

Pacheco ACL. *Mulher negra: afetividade e solidão* (coleção temas afro). Salvador: ÉDUFBA; 2013.

Pasinato W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*. 2015;11(2):407-28.

Ribeiro D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento; 2017.

Ribeiro JLP. *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. 2a ed. Lisboa: Placebo; 2010.

Saffioti H. Violência contra a mulher e violência doméstica. Violência contra a mulher e violência doméstica. In:Bruschini C,UnberhaumSG (organizadoras). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34; 2002.

Saffioti H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão popular/ Fundação Perseu Abramo; 2015.

Sagot M. *Ruta crítica de lasmujeresafectadas por la violencia intrafamiliar em América Latina*: estudos de caso de diez países. Organização Pan Americana de Saúde; 2000.

Schraiber LB, d'Oliveira, AFLP. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Interface– Comunicação, Saúde, Educação*. 1999;5 (3):11-26.

Schraiber LB, d'Oliveira AFPL, Falcão MTC, Figueiredo WS. *Violência dói e não é direito*: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP; 2005.

Schraiber LB, d'Oliveira AFPL, Couto MT. Violência e saúde: estudos científicos recentes. *Rev. Saúde Pública*. 2006;40(n. esp.):112-20.

Schraiber LB, d'OliveiraAFPL, França-Junior I, Diniz S, Portella AP, LudermirAB, Valença O,Couto MT. Prevalência da violência contra a mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Rev. Saúde Pública*. 2007;41(5):797-807.

Schraiber LB. Necessidades de saúde, políticas públicas e gênero: a perspectiva das práticas profissionais. *Ciênc. Saúde Coletiva*. 2012a;17(10):2635-44.

Schraiber LB, d'Oliveira, AFPL, Hanada, H, Kiss, Ligia. Assistência a mulheres em situação de violência – da trama de serviços à rede intersetorial. *Athenea Digital*. 2012b;12(3):237-254.

Schucman LV. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana [tese]. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; 2012.

Schumacher S, BrazilEV. *Mulheres negras do Brasil*. Ed. condensada. Rio de Janeiro: Senac Nacional; 2013.

Schwarcz LM. *O espetáculo das raças – Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras; 1993.

Schwarcz LM. Espetáculo da miscigenação. *Estudo Avançados*. 1994;8(20):137-52.

Scott J. *Gender: a useful category of historical analysis*. *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press; 1989.

Silveira RS, Nardi HC. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a Lei Maria da Penha. *Psicologia & Sociedade*. 2014a;26(n. especial):14-24.

Silveira RS, Nardi HC, Spindler G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*. 2014b;26(2):323-334.

Soares V. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Godinho T., Silveira ML (organizadores). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher; 2004.

Souza NS. *Tornar-se negro*. 2a ed. Rio de Janeiro: Graal; 1983.

Terra MF, d'Oliveira AFPL, Schraiber LB. Medo e vergonha como barreiras para superar a violência doméstica de gênero. *Athenea Digital*. 2015;15(3):109-25.

Thomas DQ. *Injustiça criminal: a violência contra a mulher no Brasil*. Human Rights Watch: America's Watch; 1992.

Truth S. E não sou uma mulher? [Internet – Instituto Geledes]. [Acessado em 12 fev 2017]. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.SoExtsY>.

Venturi G, Recamán M, Oliveira S, organizadores. A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2004.

Villela WV; Vianna LAC; Lima LFP; PaquierSala DC; Vieira TF; Vieira ML; Oliveira EM . Ambiguidades e Contradições no Atendimento de Mulheres que Sofrem Violência. Saúde Soc. 2011; 20(1):113-123.

WaiselfiszJJ [IPEA]. Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. [Acessado em 2017 fev. 10] Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf

Werneck J. Mendonça M, White EC (organizadoras). *O livro de saúde das mulheres negras*: nossos passos vêm de longe. 2a ed. Rio de Janeiro: Pallas/Criola; 2002.

Wieviorka M. *O racismo, uma introdução* (Coleção Debates). São Paulo: Perspectiva; 2007.